

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

GABRIELA CAVALCANTI CARNEIRO DE ALMEIDA

A MULHER NA PESQUISA EM JORNALISMO
TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO E COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)

Ponta Grossa

2018

GABRIELA CAVALCANTI CARNEIRO DE ALMEIDA

A MULHER NA PESQUISA EM JORNALISMO

TESES E DISSERTAÇÕES DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO E COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo do Departamento de Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa para obtenção do grau de Mestre em Jornalismo.

Linha de Pesquisa: Processos de Produção Jornalística

Orientador: Dr. Felipe Simão Pontes

Ponta Grossa

2018

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Setor de Tratamento da Informação BICEN/UEPG

A447 Almeida, Gabriela Cavalcanti Carneiro de
A mulher na pesquisa em jornalismo
teses e dissertações defendidas em
Programas de Pós-Graduação em Jornalismo e
Comunicação do Brasil (1972-2015)/
Gabriela Cavalcanti Carneiro de Almeida.
Ponta Grossa, 2018.
149f.

Dissertação (Mestrado em Jornalismo -
Área de Concentração: Processos
Jornalísticos), Universidade Estadual de
Ponta Grossa.
Orientador: Prof. Dr. Felipe Simão
Pontes.

1.Mulher. 2.Jornalismo. 3.Pesquisa da
pesquisa. 4.Processos de produção
jornalística. 5.Teses e dissertações.
I.Pontes, Felipe Simão. II. Universidade
Estadual de Ponta Grossa. Mestrado em
Jornalismo. III. T.

CDD: 070.449.5

GABRIELA CAVALCANTI CARNEIRO DE ALMEIDA

A MULHER NA PESQUISA EM JORNALISMO: TESES E DISSERTAÇÕES
DEFENDIDAS EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM JORNALISMO E
COMUNICAÇÃO DO BRASIL (1972-2015)

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestre na Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Área de concentração: Processos jornalísticos e práticas sociais.

Ponta Grossa, 21 de fevereiro de 2018

Prof. Felipe Simão Pontes – Orientador
Doutor em Sociologia Política
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Karina Janz Woitowietz
Doutora em Ciências Humanas
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Gislene Silva
Doutora em Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Catarina



Universidade Estadual de Ponta Grossa
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Jornalismo

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaração de Compromisso Ético com a Originalidade Científico-Intelectual

Eu, GABRIELA CAVALCANTI CARNEIRO DE ALMEIDA, CPF nº 073.923.594-01, RG nº 7141667, responsabilizo-me pela redação do trabalho intitulado **"A mulher na pesquisa em jornalismo: teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em jornalismo e comunicação do Brasil (1972-2015)"**, atestando que todos os trechos que tenham sido transcritos de outros documentos (publicados ou não), e que não sejam de minha exclusiva autoria, estão citados entre aspas, com a devida indicação de fonte (autor e data) e a página de que foram extraídos (se transcrito literalmente) ou somente indicados fonte e ano (se utilizada a ideia do autor citado), conforme normas e padrões da ABNT vigentes. Declaro, ainda, ter pleno conhecimento de que posso ser responsabilizada legalmente caso infrinja tais disposições.

Ponta Grossa, 21 de fevereiro de 2018.


GABRIELA CAVALCANTI CARNEIRO DE ALMEIDA
RA nº 3100116003018

Dedico essa pesquisa a minha mãe, Luiza Peres Cavalcanti.

AGRADECIMENTOS

Caso a ABNT exigisse referência bibliográfica para os agradecimentos, meu trabalho seria ainda mais penoso. Desde sempre gostei de ler dedicatórias e agradecimentos, fossem em livros de sebos ou em trabalhos acadêmicos. Mesmo que não tenha um resultado empírico consistente, posso dizer que é maioria os trabalhos que dão início a essa etapa da pesquisa (sim, agradecer faz parte de todo esse processo) falando sobre os clichês de agradecer e sobre a solidão da pesquisa. Apoio a justificativa do meu agradecimento nesta dissertação em uma investigação extraoficial e na ideia já apresentada no meu TCC de que “[...] é impossível ser feliz sozinha”. Neste momento, em terras frias e já adulta faço uma releitura para dizer que “[...] uma andorinha só não faz verão” e, nascida no calor de Recife, o verão de Ponta Grossa para ser verão precisou de um número considerado de andorinhas.

Agradeço a Paulo Maia, fotógrafo na Universidade Católica de Pernambuco, que me provocou à pesquisa em todas as nossas conversas e que dentro desse mundo foi o responsável por me ensinar a ler textos acadêmicos. Minhas primeiras ideias acadêmicas começaram a tomar forma a partir das indicações de leitura de Paulo. Agradeço à Adriana Dória, Ana Veloso e Elisa Barreto, minhas professoras da Unicap nos anos de graduação, por terem sido Professoras com P maiúsculo, sem arrogância, sem gritos, sem prepotência. Mas com uma vontade enorme de me fazer conhecer mundos.

Aos professores da Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Em especial, Cintia Xavier, Graziela Bianchi, Marcelo Bronosky, Paula Rocha e Karina Woitowicz. Cintia por todas as conversas e ensinamentos na sala de aula; Grazi por ser disponível e por se dispor a conversar independente de ser sobre seu tema de interesse ou não; Marcelo pelas provocações pertinentes e pela discordância, tanto minha como dele, sempre presente; Paula pelo cuidado nas conversas, pela disponibilidade em ajudar com novas referências e pelas indicações na banca de qualificação e durante esses dois anos; Karina pela paciência de ouvir várias vezes minhas descobertas sobre a “roda” nas manhãs e tardes pelo laboratório e pela gentileza de ensinar a todo o momento.

Aos companheiros da turma do mestrado pelos debates em sala e nas mesas - do laboratório, do refeitório e do bar. Aos bolsistas Edilene Ogura, Elaine Schmitt, Ilton Porto, Matheus Lobo Pismel, Nayane Rodrigues de Brito e Vinicius Biazotti pela convivência diária. Aos amigos-vizinhos-bolsistas Abinoan Santiago, Rodrigo Reis e Thays Reis pelas voltas para casa, pelas conversas e pelo açúcar trocado quando ele faltava. Vocês me ajudaram a

sentir em casa nesse tempo de distância. Em especial à bolsista do mestrado Melissa Eichelbaun e a bolsista do pós-doutorado Paula Paes. Ponta Grossa não teria sido Ponta Grossa sem vocês duas. Pela sinceridade da amizade, minha eterna gratidão. Aos alunos da turma T31 da graduação de jornalismo da UEPG, agradeço pela troca. Foi um prazer aprender com vocês durante o estágio de docência.

Ao Bibliotecário da USP, Walber Teixeira Lustosa, pela cópia do livro registro com teses e dissertações defendidas na ECA; ao professor Alex Criado, por disponibilizar versão digitalizada da sua dissertação; e a professora Maria Alice Otre, pela conversa e troca de informações fundamentais para a estruturação da pesquisa. Agradeço às pessoas que cruzaram meu caminho e contribuíram para a realização da minha pesquisa. Anjos existem.

A Felipe Pontes, orientador desta pesquisa, e aqui orientador no sentido de puxar os dois pés para o chão, meu muito obrigada. Nossa pesquisa toma forma e deixa marcas de conversas, cafés e entendimentos. Agradeço por toda sinceridade nas orientações, pela vontade de pesquisar a pesquisa junto comigo e por concretizar esses meus pequenos primeiros passos no mundo acadêmico. Que nossos passos continuem alinhados e alongados.

Aos meus amigos. Ray Farias pela leitura cuidadosa e opiniões. Que nossa troca siga prospera, Ray. A Felipe de Almeida, Igor Bezerra, Lucas Sobreira e Mirella Lucena agradeço mais uma vez por permitirem a magia de me sentir parte de algo importante: nossa amizade. Na saúde, na ressaca, na casa ao lado ou em Ponta Grossa: próximo carnaval estaremos todos em Olinda.

Por fim, e sempre mais importante, aos meus. Meus irmãos, Natália Cavalcanti e Filipe Almeida por essa experiência contínua de aprender a amar na diferença. Uma patricinha, um agroboby e eu, a desmantelada. Nossa harmonia é só nossa e isso me basta. As minhas sobrinhas Giovanna Cavalcanti e Luiza Almeida, mais conhecidas como Cão 1 e Cão 2, por me lembrarem diariamente que preciso de férias na praia com elas. À Vera Lúcia, mulher que junto a minha mãe me educou, por continuar me cuidando à distância e por todos esses anos de amor. A saudade da risada e da alergia de Vera foi cotidiana. E aos meus pais, Luiza Peres Cavalcanti e Antônio José Coelho Carneiro de Almeida. Pela oportunidade de estudar, pelo exemplo que sempre tive em casa, pelas pessoas fantásticas que vocês são e por todo nosso amor. Se todo mundo começa o agradecimento falando da solidão, fecho o meu falando que é impossível solidão de fato tendo Dona Lulu e Senhor Almeidinha com um celular na mão. Agradeço por vocês terem feito parte de cada dia dos últimos dois anos em que estive a 3 mil quilômetros de distância de casa.

*[...] Não luto pela menstruação
Pelo parto
Ou pelo hímen*

*Luto por mim enquanto ser
Luto por mim e por você
Ajude-nos.*

(Graça Nascimento, Luta Fêmea)

RESUMO

Esta pesquisa analisa teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo brasileiros, entre os anos de 1972 e 2015, que enfoquem o Jornalismo e a Mulher. Assim, tem por objeto a articulação do Jornalismo e dos estudos feministas nas metodologias e teorias que fundamentam dissertações e teses da Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo no Brasil. Trata-se de uma “pesquisa da pesquisa”, nos termos de Maldonado (2003), de caráter documental. O esforço da análise é identificar como as pesquisas sobre a mulher no jornalismo relacionam as teorias feministas às teorias do jornalismo. Também é propósito da pesquisa analisar o percurso teórico-metodológico adotado pelos trabalhos que abordam o jornalismo e a mulher a fim de perceber como é construído o conhecimento de pesquisas científicas em Comunicação e Jornalismo que tratam do tema. O levantamento das teses e dissertações implica no mapeamento dos programas de pós-graduação (PPGCOM e PPGJOR) e possibilita não só uma visão ampla das pesquisas que tratam da mulher. Também são apresentados dados que permitem interpretações sobre o desenvolvimento da Comunicação e do Jornalismo no Brasil a partir de um panorama quantitativo das teses e dissertações publicadas no país. Parte-se do pressuposto de que são poucas as pesquisas que tensionam a epistemologia do jornalismo a partir da epistemologia feminista, embora as críticas feministas à construção do conhecimento tenham maior visibilidade em outros campos como a História, Filosofia e as Letras. A resposta para a questão levantada, embora não seja uma resposta estanque, atravessa a estrutura dos capítulos apresentados e, principalmente, a análise das teses e dissertações. Assim, o primeiro capítulo trata do que é estudado: a Mulher e o Jornalismo; o segundo, apresenta a anatomia da pesquisa ao explicar como se chegou às teses e dissertações analisadas; o terceiro, busca a partir de uma revisão bibliográfica localizar o lugar da mulher no jornalismo; e por fim, o quarto apresenta a análise de cinco dissertações e cinco teses escolhidas a partir do processo desenvolvido para esta dissertação de categorização das teses e dissertações com maior potencial para observar relações epistemológicas entre o Jornalismo e os estudos feministas e ou de gênero.

Palavras-chave: Mulher; Jornalismo; Pesquisa da pesquisa; Processos de Produção Jornalística; Teses e dissertações.

ABSTRACT

This research analyse theses and dissertations defended on post-graduation programs on Communication and Brazilian Journalism, between years 1975 and 2015, that focus Journalism and the Woman. Thus, it aims at the articulation of Journalism and feminist studies on methodology and theory that base dissertations and theses from Post-Graduation on Communication and Brazilian Journalism. It is a “research of the research”, in Maldonado (2003) terms, of documental character. The effort to analyse and identify how the research about the woman in journalism relate the feminist theories with the theories of Journalism. It is also purpose of the research analyse the theoretical-methodological approach adopted by essays that deal the journalism and the woman in order to understand how it is to built the knowledge for scientific research process in Communication and Journalism which deal with the subject-matter. The survey of the Theses and Dissertations implies in the mapping of the post-graduation programs (PPGCOM e PPGJOR) and enables not only a broad view of research that deals with women. Also is presented data which allow interpretations about the development of Communication and Journalism in Brazil from a quantitative overview of theses and dissertations published in the country. It is assumed that there are few researches that support the epistemology of journalism from feminist epistemology, although the feminist critiques about knowledge built process has a greater visibility in other fields such as History, Philosophy and Literature. The answer for the issue raised, although it is not a tight response, cross the structure of the chapters, and, mainly, the analysis of the theses and dissertations. Thus, the first chapters presented deals with what is studied: The woman and the journalism; the second one present the anatomy of the research by explaining how the theses and dissertations analyzed were reached; the third one, search from a bibliographical review situate the place of woman in journalism; and finally, the fourth one presents the analysis of five chosen dissertations and theses from the process developed for this thesis categorization of theses and dissertations with greater potential to observe epistemological relations between Journalism and Feminist and Gender Studies.

Key-words: Woman; Journalism; Research of Research; Process of Journalism Production; Theses and Dissertations.

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 - As mulheres na pesquisa da Comunicação (Dissertação).....	66
Gráfico 2 - As mulheres na pesquisa da Comunicação (Tese).....	67
Gráfico 3 - As mulheres que pesquisam a mulher e gênero na Comunicação (Dissertações e Teses) – 1972 a 2015.....	69
Gráfico 4 - As mulheres que pesquisam Jornalismo (Dissertações) - 1972 a 2015..	71
Gráfico 5 - As mulheres que pesquisam Jornalismo (Teses) - 1972 a 2015.....	71
Gráfico 6 - As mulheres que pesquisam a mulher e ou gênero no Jornalismo (Dissertação e Teses) – 1972 a 2015.....	74
Gráfico 7 - Teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo (1972-2015).....	86
Gráfico 8 - Comparativo Total de pesquisas (Comunicação – Jornalismo).....	87
Gráfica 9 - As pesquisas sobre a mulher e gênero na Comunicação e no Jornalismo (1972 a 2015).....	91

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Os 10 programas em que as mulheres são maioria (dissertação e teses).....	68
Quadro 2 - Os programas em que a mulher é maioria como autoras de pesquisas sobre o Jornalismo.....	72
Quadro 3 - Os programas em que a mulher é minoria como autoras de pesquisas sobre o Jornalismo.....	73
Quadro 4 - Os dez programas que mais produzem pesquisas em jornalismo de 1972-2015 (numericamente).....	88
Quadro 5 - Os dez programas que mais produzem pesquisas em jornalismo de 1972-2015 (proporcionalmente).....	89
Quadro 6 - Distribuição das pesquisas por região.....	91
Quadro 7 - As cinco universidades com maior número de pesquisas que tematizam o jornalismo e a mulher.....	92
Quadro 8 - Distribuição das pesquisas por categoria.....	94
Quadro 9 - Teses e dissertações analisadas.....	94
Quadro 10 - Teses e dissertações analisadas.....	97

LISTA DE ABREVIATURAS

UCB - Universidade Católica de Brasília

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFMS - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNB - Universidade de Brasília

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFPA - Universidade Federal do Pará

PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

UEL - Universidade Estadual de Londrina

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UTP - Universidade Tuiuti do Paraná

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio Sinos

ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing

FCL - Faculdade Cásper Líbero

PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

PUC-RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

UAM - Universidade Anhembi Morumbi

UERJ - Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFES - Universidade Federal do Espírito Santo

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UMESP - Universidade Metodista de São Paulo

UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

UNIMAR - Universidade de Marília

UNIP - Universidade Paulista

UNISO - Universidade de Sorocaba e Cultura

UPM - Universidade Presbiteriana Mackenzie

USCS - Universidade Municipal de São Caetano do Sul

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1. A MULHER E O JORNALISMO	23
1.1 A Mulher	24
1.2 O Jornalismo	30
1.2.1 Objeto de estudo do Jornalismo	30
1.2.2 Jornalismo como forma de conhecimento: para além do capitalismo e do masculino	32
2. O LUGAR DA MULHER NO JORNALISMO	40
2.1 Jornalista: a mulher no exercício da profissão	41
2.2 A mulher na cobertura jornalística	50
2.2.1 A mulher nos espaços do jornalismo tradicional	51
2.2.2 Lado B: a resistência do jornalismo feminista	56
2.3 As pesquisadoras da Comunicação e do Jornalismo	62
2.3.1 As pesquisadoras na Comunicação	65
2.3.2 As pesquisadoras no Jornalismo	70
3 ANATOMIA DA PESQUISA: A MULHER E O JORNALISMO NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO	76
3.1 A pesquisa da pesquisa no Jornalismo	76
3.2 Breves referências sobre as Pós-Graduações em Comunicação e Jornalismo no Brasil	79
3.3 Percurso para os dados: o mapa para as teses e dissertações (1972-2015)	81
3.4 A pesquisa em Jornalismo na pós-graduação em Comunicação e Jornalismo no Brasil	85
3.5 A pesquisa sobre a mulher e o Jornalismo na Pós-Graduação	89
3.6 A construção do <i>Corpus</i> da pesquisa	92
4. A ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ENTRE JORNALISMO E FEMINISMO	97
4.1 Mulheres jornalistas - Iara de Jesus Dias	99
4.2 Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral – Alex Criado	100
4.3 Mulheres jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania – Carolina Matos	101

4.4 Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias – Marcia Veiga da Silva	102
4.5 Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discurso, identidade e trajetória de vida de jornalistas – Cristina Miyuki Sato Mizumura	105
4.6 Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países – Ana Maria da Conceição Veloso	109
4.7 Marcas de gênero e performance: a construção do lugar de fala para a mulher apresentadora no telejornalismo – Máira dos Santos Portela	113
4.8 Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade – Marcia Veiga da Silva	115
4.9 Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas – Carolina Cerqueira Lôbo	121
4.10 Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa – Danubia de Andrade Fernandes	123
4.11 O panorama da pesquisa sobre a mulher em teses e dissertações sobre o Jornalismo	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	137
APÊNDICE A - Programas de Pós-Graduação com teses e dissertações publicadas entre 1972 e 2015	147

INTRODUÇÃO

Toda atividade teórica supõe um corte epistemológico. Contudo, não se deve encobrir as questões sociais que atravessam tal recorte. Assumir essa simultaneidade responde a questões centrais da pesquisa que envolvem diretamente a pesquisadora que fala e o objeto que se constrói. Para além da relação primária entre pesquisadora e pesquisa, o sincronismo dos cortes ou recortes da pesquisa esclarece também a relação da pesquisadora com a realidade e com o objeto. Mulher, jornalista e dando início ao longo processo para adentrar no universo da academia com esta dissertação, pode-se afirmar que as qualidades citadas da pesquisadora são parte da motivação para a investigação e refletem tanto no percurso metodológico quanto no teórico. É a partir dessa compreensão que o objeto e o problema para a pesquisa são construídos.

Escosteguy e Messa (2008, p. 14), ao mapearem teses e dissertações defendidas entre os anos de 1992 e 2002, afirmam que “dentro das universidades brasileiras, os vínculos entre a pesquisa de comunicação e os estudos de gênero são ainda pouco explorados”. Ainda assim, as pesquisadoras percebem que os estudos sobre o tema vêm ganhando força no campo da Comunicação. Nesse período de 10 anos investigado por elas, 65 trabalhos foram identificados, sendo 24 deles sobre a mídia impressa; 17 sobre audiovisual; e 24 enquadrados na categoria *outros* (rádio, internet etc.). A partir da análise, Escosteguy e Messa categorizam as teses e dissertações por ano e tema central, a saber: De 1992 a 1996: luzes, câmera: mensagem!; De 1997 a 1999: a hora e a vez do receptor; De 2000 a 2002: as muitas representações do feminino.

Segundo Martinez, Lago e Souza Lago (2016), ao analisarem artigos publicados entre os anos de 2003 e 2014 nos encontros da Associação Brasileira de Pesquisadores (SBPjor), existe um “diálogo de superfície” nas produções dos estudos feministas e de gênero nas pesquisas de jornalismo. As pesquisadoras concluem que os artigos se limitam a investigar a desigualdade das relações de gênero “[...] sem estender essa forma crítica de reflexão às bases epistemológicas e metodológicas do próprio fazer científico” (MARTINEZ; LAGO; SOUZA LAGO, 2016, p. 21).

As observações das pesquisadoras citadas e a inexistência de estudos que analisem a produção acadêmica com foco nas teses e dissertações que tematizam o Jornalismo e a Mulher despertaram interesse para investigar esse universo. Assim, o **objeto** da pesquisa é a articulação do Jornalismo e dos estudos feministas nas metodologias e teorias que fundamentam dissertações e teses da Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo no Brasil.

O desenho da problemática da pesquisa parte de questionamentos teóricos sobre o jornalismo, sobre os estudos feministas e possíveis relações entre os dois campos.

Em 1987, Genro Filho reforça uma problemática vigente sobre o jornalismo em seu tempo: o distanciamento entre a teoria e a prática. A identificação dessa carência motiva o pesquisador a propor elementos para pensar uma teoria que se preocupa com o diálogo próximo da prática. Para tanto, ele se apropria das categorias *singular, particular e universal*, trabalhadas na filosofia a partir da perspectiva da dialética marxista. A concretização desse esforço acontece com a sua dissertação de mestrado, *O segredo da pirâmide - para uma teoria marxista do jornalismo* (1987), logo publicada em livro. Inspirado na estética de Lukács, Genro Filho concebe o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular. Ao caracterizar o jornalismo dessa forma e diferenciando seu conhecimento do produzido pela ciência e pela arte, Genro Filho o desvincula do modo de produção capitalista e crítica à redução do jornalismo a um aparelho reprodutor da ideologia dominante. O pesquisador frisa o caráter crítico e revolucionário do jornalismo.

A conjuntura social e o jornalismo da década de 1980, momento em que Genro Filho escreve, ainda possibilitam compreender algumas características do jornalismo contemporâneo. Contudo, as transformações, tanto sociais como no jornalismo, indicam a necessidade da renovação do debate. Alguns pesquisadores, como Meditsch (1992) e Pontes (2015), deram continuidade à visão do jornalismo como forma de conhecimento no Brasil. O primeiro, voltado para questões pedagógicas e guiado principalmente por Paulo Freire; o segundo, a partir de uma preocupação de desvelar o percurso teórico-metodológico de Genro Filho e de consolidar os elementos e as pistas encontrados por Genro Filho para uma teoria do jornalismo.

Em 2010, Veiga problematizou o processo de produção simbólica de gênero no jornalismo, visando estudar a relação dos valores pessoais e profissionais dos jornalistas e o processo de construção da notícia. A pesquisadora, inspirada na metodologia da etnografia e utilizando o método da observação participante, acompanhou a rotina de produção de um programa de telejornalismo. A análise de Veiga, que parte da perspectiva dos estudos culturais, do pós-estruturalismo, dos estudos feministas e da teoria *queer*, inspira-se na afirmação de Guacira Lopes Louro, de que o gênero da escola é masculino, para concluir que o jornalismo também é masculino.

O cruzamento entre as problemáticas levantadas por Genro Filho (1987; 2012) e Veiga (2010; 2014) suscita atritos densos para a construção de um problema de pesquisa. Se o entendimento do jornalismo como uma forma de conhecimento direciona para a sua

superação do capitalismo, modo de produção no qual foi gerado e potencializado, também não seria possível uma teorização e uma prática que ultrapasse o masculino? A amplitude de uma pesquisa para responder a essa questão foi a razão principal para o recorte cabível a esta dissertação. Assim, a pesquisa toma como **questão-problema** como a mulher é estudada na pesquisa em jornalismo, para perceber (**objetivo**) as relações epistemológicas estabelecidas nestas pesquisas entre o jornalismo e os estudos feministas. Ou seja, identificar como a teoria feminista é utilizada para tensionar a teoria do jornalismo. Coaduna ao objetivo outras questões secundárias: quando estabelecida relação epistemológica entre o jornalismo e os estudos feministas, quais são os direcionamentos dados ao jornalismo? A partir de qual referencial teórico essa relação é firmada? Quais são as motivações dessas pesquisas? Quais são as decisões metodológicas adotadas?

Embora aqui estabelecidos, esses questionamentos complementares não são estanques. Seguindo o percurso natural do desenvolvimento de uma pesquisa, a análise do objeto propicia perspectivas não esperadas e novos problemas. Contudo, para buscar resposta satisfatória ao que já se levantou, é necessário o esforço de mapear as teses e dissertações defendidas em Programas brasileiros de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo. Com o propósito de construir um panorama da pesquisa em Comunicação e Jornalismo no país, delimitou-se a data de 1972 como início do levantamento, já que os primeiros Programas de Pós-Graduação surgem em 1970. O ano limite da pesquisa é de 2015, por razão do acesso às publicações. Levando em consideração o tempo que as universidades têm para a divulgação on-line e física das teses e dissertações, acredita-se que todas as pesquisas defendidas até 2015 estejam públicas durante a realização desta pesquisa.

Para elaborar o mapeamento da produção acadêmica, em nível de mestrado e doutorado, foi necessário cruzar os dados fornecidos pelo Banco de Teses e Dissertações da Capes, pela Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, pelo mapeamento publicado por projeto desenvolvido na UFRGS (teses e dissertações da área de 1992 a 2008), por repositórios online, pelo site das instituições e dos programas de pós-graduação e por meio de catálogos internos de algumas instituições. O mapa das teses e dissertações colabora para a compreensão do desenvolvimento dos programas da Comunicação e do Jornalismo para a produção acadêmica sobre o jornalismo no país e, principalmente, localiza a pesquisa sobre a mulher no campo e a produção do conhecimento das mulheres para o campo.

A organização da resposta ao problema é apresentada em quatro capítulos. O primeiro, de caráter teórico, inicia-se com a justificativa para a escolha da categoria Mulher, a qual atravessa toda a pesquisa; além disso, delimita-se a compreensão do objeto de estudo do

Jornalismo e do objeto de pesquisa, que entrelaça o jornalismo e os estudos feministas. O segundo localiza a Mulher no campo do jornalismo, perpassando a profissão, a notícia e o campo acadêmico. O terceiro capítulo responde ao percurso metodológico adotado para a construção do objeto empírico: o mapeamento das teses e dissertações e a seleção do *corpus* da pesquisa; também apresenta conceitos elementares para a análise das teses e dissertações selecionadas para compor o *corpus*. E, por fim, o quarto capítulo corresponde às análises das cinco teses e cinco dissertações escolhidas como as que têm maior potencial para observação da relação epistemológica entre o jornalismo e os estudos feministas. A escolha das pesquisas não acontece de forma aleatória, mas efetua-se a partir do processo de categorização das pesquisas.

1. A MULHER E O JORNALISMO

Este capítulo tem como objetivo a construção teórica do objeto e do problema de pesquisa. Contudo, esse movimento representa também a exposição de um ponto de vista ou de uma forma de entender o mundo. É, portanto, a percepção de mundo da pesquisadora o primeiro recorte dado tanto ao objeto como ao problema. Para conceituar o jornalismo e localizar a particularidade da questão da mulher no jornalismo, a estrutura desta reflexão é organizada a partir de dois tópicos. Primeiro, justifica-se o uso majoritário da categoria Mulher e o ato de furtar-se da categoria gênero. Depois é abordado o jornalismo e sua relação com estudos feministas.

Para o debate crítico e conceitual sobre a Mulher, foi utilizada a abordagem de Hamlin (2008) e as críticas sobre o uso da categoria gênero das pesquisadoras Piscitelli (2002), Costa (1998) e Saffioti (2004). O estudo de Zirbel (2007) é usado como base histórica para a estruturação de argumentos. Em síntese, a adoção da categoria Mulher é uma decisão epistemológica ontologicamente orientada.

Já a reflexão sobre o jornalismo acontece em dois momentos. Primeiro, a partir de Silva (2009; 2009b; 2009c), de Silva e Pontes (2009) e de Pontes e Silva (2009), discute-se a perspectiva sobre o objeto de estudo do Jornalismo enquanto disciplina. Como resultado dessa discussão, a percepção da necessidade de uma teoria para o jornalismo fica mais nítida. Justifica-se a importância de sistematizar o conhecimento sobre o jornalismo também pela compreensão do que é teoria e, principalmente, por seu papel quando trata de fenômenos sociais:

[...] as teorias desempenham uma espécie de funcionalidade que organiza os sujeitos que compõem a totalidade a ser estudada. Além de explicar o que é, a teoria diz também como deve ser, sobre a base de indicar as conexões materiais do objeto que pretende explicar. De maneira mais evidente do que as teorias que explicam a natureza, as que explicam ações e produtos humanos interferem no produto que visam explicar. Ao expressar a essência de fenômenos sociais, a teoria altera a dinâmica fenomênica do próprio ente analisado e suas diferentes representações (PONTES, 2015, p. 20).

A preocupação de formular uma teoria para o jornalismo pode ser percebida em pesquisadores de diferentes localidades e tempo. Na Alemanha, entre 1960 e 1965, Groth publicou a obra com sete volumes *Die unerkannte culturmacht. Grudlegung der zeitungswissenschaft* (O desconhecido poder da cultura. Fundamentação da ciência jornalística). A obra, que é considerada a publicação mais importante do autor, conta com

“[...] mais de 2000 páginas sobre a gênese e estrutura do que ele chamou de ‘zeitungswissenschaft’ ou a ‘ciência dos jornais’” (PONTES, 2015, p. 328).

No Brasil, Beltrão (1992), com o livro *Iniciação à Filosofia do Jornalismo*, publicado na década de 1960, foi um dos pioneiros. Para Beltrão (1992), existe um distanciamento entre o conceito de jornalismo da elite brasileira e popularizado entre a massa e o verdadeiro papel do jornalismo na sociedade. O pesquisador atrela o jornalismo ao desenvolvimento da liberdade. Fátima Feliciano explica, na abertura da edição de 1992 do livro de Beltrão, que essa preocupação não era exclusiva do pesquisador. Órgãos como a UNESCO e a ONU também davam atenção à liberdade naquele momento pós-segunda guerra mundial para entender o papel do jornalismo na sociedade.

Outro pesquisador brasileiro que se mobilizou para pensar uma teoria do jornalismo foi Genro Filho. O problema que levou Genro Filho (2012, p. 09) a propor uma teoria para o jornalismo foi a percepção de que as teorizações acadêmicas defendidas até a década de 1980, período em que publicou seus pressupostos, “[...] oscilam entre a obviedade dos manuais, que tratam apenas operativamente das técnicas, e as críticas puramente ideológicas do jornalismo como instrumento de dominação”. Assim, Genro Filho (2012) vai propor o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular. Essa afirmação nega o caráter puramente informativo do jornalismo e o diferencia do meio em que é produzido (jornal, televisão, rádio, internet).

No segundo momento do tópico sobre o Jornalismo, coloca-se em debate a questão do jornalismo como forma de conhecimento. A partir da perspectiva de Genro Filho (2012), estrutura-se a ideia do jornalismo autônomo do modo de produção do qual é fruto, o capitalismo. Para localizar a questão da mulher, toma-se de forma crítica a conclusão de Veiga (2010), segundo a qual o jornalismo é masculino. Coloca-se, portanto, que se o jornalismo é autônomo do capitalismo, também existe nele a potencialidade de autonomia do masculino.

1.1 A Mulher

Uma das questões nodais das teorias feministas é desconstruir a ideia do homem universal e essencial. Portanto, a utilização da categoria Mulher pode ser questionável, principalmente por ela ter se desenvolvida entre as décadas de 1960 e de 1970, a partir da figura da mulher universal (branca, ocidental, classe média e heterossexual). É justo uma explicação da escolha pela categoria Mulher, ao invés de utilizarem-se “Mulheres” ou

“Gênero”, sendo esta última a mais comum nos estudos contemporâneos. Por essa razão, esse subcapítulo justifica a escolha da categoria *Mulher* e indica as diferenças entre a sua utilização dada para esta pesquisa e a categoria *Mulher* que surge nas referidas décadas.

A escolha da categoria Mulher é um recorte epistemológico da pesquisa. Entende-se que “[...] qualquer epistemologia ou teoria do conhecimento tem que se basear minimamente em uma ontologia do senso comum que leva a sério a existência do mundo” (HAMLIN, 2008, p.67). É, portanto, a orientação ontológica que não permite negar a existência real da mulher. A partir das críticas de Piscitelli (2002), Costa (1998) e Saffioti (2004), optou-se não adotar *gênero* como categoria principal para esta pesquisa¹. Essas pesquisadoras são de correntes distintas do feminismo, porém elaboram críticas ao conceito de *gênero* com algumas aproximações possíveis. Toma-se como base conceitual para justificar a escolha da categoria Mulher a perspectiva de Hamlin (2008). Como suporte para a compreensão histórica dos estudos de gênero e feminista, principalmente no Brasil, utiliza-se a pesquisa de Zirbel (2007).

O retorno à categoria Mulher também significa encarar a “[...] instabilidade das categorias analíticas, encontrar nelas a desejada reflexão teórica sobre determinados aspectos da realidade política em que vivemos e pensamos, usar as próprias instabilidades como recursos de pensamento e prática” (HARDING, 1993, p. 11). Isso significa compreender as limitações que as categorias das teorias feministas ainda possuem, já que são as tensões e os debates que proporcionam soluções.

A categoria Mulher se desenvolve principalmente nos Estados Unidos e na Europa a partir de três correntes: i. feminismo socialista, que coloca a origem da opressão das mulheres a partir dos pressupostos da origem da família de Engels; ii. uma segunda vertente do feminismo socialista, que tem na associação capitalismo - patriarcado a origem da opressão feminina; iii. feminismo radical, que concebe a reprodução como a origem da opressão feminina (PISCITELLI, 2002). As pesquisas sobre essas questões, que se desenvolvem dentro das universidades por acadêmicas muitas vezes autodeclaradas feministas, consolidam o campo de estudos denominado de *Feminist* ou *Women's studies* (ZIRBEL, 2007).

A categoria tem raízes na vertente do feminismo radical e surge nas décadas de 1960 e de 1970. Assim, parte do pressuposto de que “[...] para além das questões de raça e classe, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres” (PISCITELLI, 2002, p. 4). Ou seja, a

¹ Embora sejam construídas críticas à categoria *Gênero*, não se nega a importância da mesma, já que se admite que, a partir da década de 2000, é majoritário o uso da categoria. Contudo, para solucionar o problema da pesquisa e as preocupações da pesquisadora, a categoria Mulher é mais adequada, o que pode ser percebido no decorrer da pesquisa.

condição compartilhada pelas mulheres é biológica, tendo no corpo “[...] o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade” (PISCITELLI, 2002, p. 04). Essa corrente feminista desenvolveu e trabalhou com conceitos fundamentais, como Mulher, opressão e patriarcado. Segundo Piscitelli (*op.cit.*), essa ideia do feminismo radical “[...] foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo”, principalmente nos contextos estadunidense e inglês. Por outro lado, para a autora, a categoria formulada dessa maneira é dotada do essencialismo e não percebe as diferenças existentes entre as próprias mulheres - a questão do essencialismo será tratada ao fim do tópico. No Brasil, o feminismo de cunho radical não se desenvolveu durante as décadas de 1960 e 1970, mas algumas pesquisadoras do feminismo marxista, como Saffioti, desenvolveram conceitos ligados à vertente radical, como o patriarcado (ZIRBEL, 2007).

O par de categorias *sexo-gênero* surge nos Estados Unidos na década de 1950, principalmente em estudos da medicina, psicologia e sexologia (ZIRBEL, 2007). A partir de 1975, com a publicação do ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, de Rubin, as feministas começam a se apropriar da categoria gênero. No Brasil, a apropriação tem início na década de 1980 e são três as publicações que deram início ao debate teórico sobre gênero: os artigos *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, de Joan Scott; *Mudar a referência para pensar a diferença: o estudo dos Gêneros na crítica literária*, de Maria Vicentini; e o material produzido em 1987 para o seminário *Relações de Sexo X Relações de Gênero*, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, ambos da USP (ZIRBEL, 2007).

Segundo Nicholson (2000), a categoria *gênero* foi utilizada de duas formas. A primeira, como oposição ao *sexo*. *Gênero* corresponde às questões socialmente construídas e o *sexo* à biologia (personalidade-comportamento versus corpo). “Aqui, 'gênero' é tipicamente pensando como referência à personalidade e comportamento, não ao corpo: 'gênero' e 'sexo' são portanto compreendidos como distintos” (NICHOLSON, 2000, p. 09). A segunda utilização da categoria *gênero* a concebe como qualquer construção social que tenha relação com a distinção masculino/feminino. Segundo a pesquisadora, é percebido que a sociedade molda tanto comportamentos e personalidades como a própria percepção do corpo (*sexo*). Assim, gênero passa a ser “[...] o conhecimento que estabelece significado para diferenças corporais” (Scott *apud* Nicholson, 2000, p. 10).

Costa (1998), em seu artigo *O tráfico do gênero*², indica alguns problemas na utilização da categoria *gênero*. Para além da amplitude do conceito, a ambiguidade no uso da palavra pode ser considerada prejudicial à luta contra as desigualdades. Como exemplo dessa ambiguidade, Costa (1998) apresenta duas utilizações, uma considerada positiva e a outra negativa. A primeira corresponde ao uso do conceito de *gênero* em políticas públicas e programas de desenvolvimento social. No Brasil, essa apropriação acontece com a entrada as mulheres no Estado no fim da década de 1970 e início da década de 1980 (TELES, 1999; PINTO, 2003). A segunda forma de usar gênero corresponde à apropriação do conceito por instituições como a Igreja, conforme ocorreu em 1995 na Conferência de Beijing. O Vaticano associou o conceito de *gênero* à destruição da família (patriarcal) (COSTA, 1998).

Consequente dessas associações, a apropriação de *gênero* em países da América Latina encara duas problemáticas. O conceito de *gênero* foi desenvolvido no hemisfério norte do globo e, assim, problematiza a realidade vivida por mulheres de realidade social, política e econômica distinta das mulheres do hemisfério sul. Em outras palavras, as mulheres da elite estadunidenses enfrentam submissão e opressão muito diferentes das mulheres da elite brasileira, ainda que elas sejam da mesma classe social. Essa é uma questão com resposta. Mesmo que o conceito absorva uma realidade distinta, ele pode ser adaptado.

O segundo problema faz parte da história de apropriação de *gênero* em países da América Latina. Para Costa (1998), o conceito despolitizou os estudos feministas desta região. No Brasil, por exemplo, a escolha pela palavra “gênero” tem um percurso histórico de deslegitimação das pesquisas feministas que teve início com a nomenclatura “estudos sobre as mulheres”, por preconceito à palavra “feminista”. Na virada da década de 1980 para 1990, tais pesquisas passam a ser denominadas “estudos de gênero”, por preconceito à palavra mulheres/mulher. Primeiro, a palavra feminista estava associada a mulheres feias, masculinas, mal-amadas, promíscua (ZIRBEL, 2007). Conforme Zirbel (2007) esse preconceito - tanto da ala conservadora da sociedade, quanto de parte da esquerda - fez com que muitas das pesquisadoras adotassem o termo *estudos sobre mulheres*, ao invés de *estudos feministas*. Depois, como as pesquisadoras que estudavam sobre as mulheres durante as décadas de 1960 e 1970 constituíam um gueto, os estudos passaram a ser classificados como sendo de “gênero”.

Além disso, a condição da pesquisa no Brasil daquele tempo exigia que as pesquisadoras se adequassem às exigências das agências de fomento (ZIRBEL, 2007). Ou

² O título do artigo de Costa (1998) faz alusão ao título do texto de Rubin, *Tráfico de mulheres*.

seja, era preciso atender ao “rigor” da neutralidade da ciência e o termo *gênero* era supostamente neutro (COSTA, 1998; SAFFIOTI, 2004). Assim, alguns núcleos de pesquisas começaram a acrescentar e ou substituir o termo *mulher* por *gênero* em seus nomes, conforme aconteceu com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher, da USP, que passou a ser chamado Núcleo de Estudos da Mulher e Relações Sociais de Gênero, em 1988; o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da UFSC passou a se chamar Núcleo Interdisciplinar de Estudos de Gênero (NIEG), em 1989 (ZIRBEL, 2007). Nessa passagem de Mulher para Gênero não existiu uma revisão do conteúdo, simplesmente ocorreu a mudança de nomenclatura (COSTA, 1998).

Outro problema indicado por Costa (1998) é derivado do desconstrutivismo radical. As pós-estruturalistas colocam como necessário desconstruir as categorias Mulher, Gênero e Sexo, torná-las ficção - não no sentido de falsidade, mas de reorganização da realidade -, a fim de que surjam novas formulações conceituais com propostas de mudança social. Contudo, é necessário perceber o perigo de ficcionalizar a Mulher e, ao mesmo tempo, lutar contra sua submissão e opressão, principalmente se for entendido que:

[...] para que a teoria feminista possa ser percebida como uma teoria para o empoderamento de mulheres, ela necessariamente deve fazer alusão às formas como elas têm sido sistematicamente dominadas, assim como às suas capacidades, habilidades e poderes causais que, embora historicamente constituídos, são parte integrante de sujeitos reais e não meramente nominais (Hartsonck, 1990; New, 1998). Sem uma concepção relativamente geral de um tipo de sujeito marcado por uma identidade sexual e de gênero, não importa o quão variável e historicamente contingentes, a teoria feminista cai por terra (o mesmo pode ser dito a respeito da epistemologia: sem um sujeito do conhecimento, não há epistemologia possível) (HAMLIN, 2008, p. 72-73).

O posicionamento de desconstrução da categoria Mulher abre espaço para linhas de pesquisa sobre Gênero que não são centradas na mulher (PISCITELLI, 2002). O que não se configura um problema, já que estudos sobre a masculinidade, gays, bissexuais e transexuais são importantes. Mas cabe observar que, para o feminismo, esses temas só são interessantes quando a partir da perspectiva da mulher. Assim, embora tenha surgido dentro dos estudos feministas e tenha interesse fundamental na situação da mulher, o conceito de Gênero não se limita aos estudos sobre a mulher. Nessa perspectiva, de que há ainda uma necessidade por estudos específicos sobre mulheres, nota-se a Mulher virar Gênero nos anos 1980 e masculinidade no final dos anos 1990 (COSTA, 1998). Em outras palavras, a abrangência dos estudos de Gênero descentraliza as questões da mulher.

Em outro sentido, Saffioti (2004) também critica a amplitude do conceito de Gênero. A pesquisadora faz uma revisão do conceito de Gênero desenvolvido por Rubin e por Scott.

Sobre o desenvolvido pela primeira, Saffioti (2004, p. 108) critica a possibilidade do conceito do sistema sexo/gênero servir a “[...] objetivos econômicos e políticos distintos daqueles aos quais originalmente atendia”. Isso quer dizer que tal conceito tanto pode estar a serviço da dominação-exploração, como a serviço do rompimento do sistema patriarcal. Já as críticas da pesquisadora ao conceito de Gênero proposto por Scott recaem sobre o apoio desta na definição foucaultiana de poder: “[...] Scott não faz nenhuma restrição a Foucault, aceitando e adotando seu conceito de poder, qualquer que seja o âmbito em que este ocorre, quaisquer que sejam a profundidade e o alcance da análise” (SAFFIOTI, 2004, p. 113). Para Saffioti, o conceito de Gênero por uma perspectiva feminista compreende a dominação-exploração da mulher e, por essa razão, busca transformação social. E, segundo a pesquisadora, Foucault não formulou um projeto de transformação social.

A partir do debate da construção do conceito de Gênero de Robin e Scott, Saffioti vai delimitá-lo como as “[...] representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando estes inter-relacionados” (SAFFIOTI, 2004, p. 116). Assim, ainda que reforce a importância do conceito de Gênero, Saffioti (2004, p. 132) recusa o uso exclusivo do conceito e indica “[...] o uso simultâneo dos conceitos de gênero e de patriarcado, já que um é genérico e outro específico dos últimos seis ou sete milênios”.

Percebendo esses limites do conceito de Gênero, esta pesquisa corrobora com as críticas propostas por Piscitelli (2002), Costa (1998) e Saffioti (2004). Portanto, assume a categoria Mulher. As críticas mais comuns à categoria Mulher são duas: i. a palavra no singular, já que existem diferentes mulheres com diferentes problemas; ii.e a questão do essencialismo. A resposta a essas críticas é complementar. Primeiro, pode-se dizer que:

Uma pessoa não é discriminada por ser mulher, trabalhadora e negra. Efetivamente uma mulher não é duplamente discriminada porque, além de mulher é ainda uma trabalhadora assalariada. Ou, ainda, não é triplamente discriminada. Não se trata de variáveis quantitativas mensuráveis, mas sim de determinações, de qualidades, que tornam a situação destas mulheres muito mais complexas (SAFFIOTI, 2004, p. 115)

Em outras palavras, não se trata de algo que é somatório, mas sim complexificado. É notório que é impossível falar sobre a mulher sem perceber as diferenças de classe, raça e etnicidade (HAMLIN, 2008). Embora concorde que as palavras têm poder, o singular da palavra está na natureza da mulher. Assim, entra-se na questão do essencialismo. De acordo com Hamlin (2008), existe uma confusão entre realismo e essencialismo, o que cria barreiras para estudos feministas acerca de questões ontológicas. A partir das ideias de Sayer, Hamlin

(2008) acredita que essa confusão gera duas dificuldades: o medo de um dogmatismo ontológico e o medo de um determinismo ontológico. Contudo, Hamlin acredita que:

[...] o mundo não é simplesmente produto de nossas mentes, ainda que elas sejam consideradas um produto social. Isso porque se o mundo fosse meramente produto de tais construções sociais, então todo conhecimento socialmente construído seria infalível. Além disso, falar de uma “natureza” humana, como fazem os realistas, não implica determinismo: a natureza profundamente social dos seres humanos inclui, por exemplo, a capacidade de variabilidade cultural. Mas mesmo que se considere sua dimensão biológica, isso não implica determinismo: o fato de as mulheres possuírem um útero que, diferentemente dos homens, possibilita a concepção, esta “natureza” simplesmente coloca restrições e possibilidades ao que pode ocorrer. Vale lembrar que os mecanismos biológicos estão em interação constante com mecanismos sociais, psicológicos e culturais. (HAMLIN 2008, p. 75-77).

Nesse sentido, pode-se afirmar que a dominação e exploração da mulher é real, e negar essa realidade é omissão. Por essa razão, concorda-se que a escolha pela categoria mulher é uma decisão política (COSTA, 1998; PISCITELLI, 2002), mas ela é, principalmente, uma decisão epistemológica ontologicamente orientada, pois há uma singularidade ontológica da mulher e desta decorrem opressões reais e igualmente singulares. Por fim, é importante frisar que essa decisão não tem a intenção de negar a categoria Gênero. A reflexão propicia perceber nuances do uso da categoria Gênero que não favorecem na solução do problema dessa pesquisa. Já a categoria Mulher, como apresentada aqui, desenha-se com potencial de sancionar a questão nodal que se desenvolve nesta pesquisa: como a mulher é estudada em pesquisas da Comunicação e do Jornalismo que tematizam o jornalismo e a mulher?

1.2 O Jornalismo

1.2.1 Objeto de estudo do Jornalismo

Antes de explicar o posicionamento desta pesquisa sobre o Jornalismo, é importante explicar a percepção do Jornalismo como disciplina. Aborda-se a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo a partir do que propuseram Silva (2009; 2009b; 2009c) e Silva e Pontes (2009). Consoante com tais proposições, é elaborada uma crítica não às pesquisas empíricas, já que elas têm importância para a construção e fortalecimento do campo, mas sim ao esvaziamento teórico sobre o Jornalismo, o que tem como resultado uma construção conceitual sobre seu objeto de estudo distorcido e alinhado ao visível do fenômeno: matérias jornalísticas.

É preciso elevar o objeto de estudo do Jornalismo à sua imaterialidade, ou seja, perceber o fenômeno jornalístico para além da materialidade dos produtos ou processos produtivos (jornais, revistas, telejornais, etc.). Para Silva (2009), existem dois equívocos ao identificar-se o objeto de estudo do Jornalismo: (i.) a fragmentação do seu objeto (ii.) a consequente redução do seu objeto à prática da profissão.

Ao caracterizar o objeto de estudo do Jornalismo, alguns pesquisadores (MACHADO, 2004; MEDITSCH, 1992; 1998) criam uma cisão entre prática profissional, objeto científico e ensino jornalístico a partir da oposição de termos como *estudos sobre o jornalismo* e *estudos em jornalismo* e *conhecimento do jornalismo* e *conhecimento no jornalismo*. Segundo Silva (2009, p. 202), a razão dessas rupturas “[...] tem sido a prática em si mesma, o campo profissional, a materialidade dos produtos jornalísticos. Assim, define-se a atuação técnico profissional e os processos e produtos da rotina jornalística como *locus* único da teoria, que brotaria da prática”. É preciso reforçar que “[...] a prática, por sua limitação natural, jamais soluciona a teoria” (GENRO FILHO, 2012, p. 10).

Ao corroborar com essas afirmações, não são colocados os termos *estudos sobre* e *estudos em* como sinônimos, por exemplo. Mas, entende-se que os mesmos não são antagônicos e que não existe razão para a ruptura. Embora os chamados *estudos sobre o jornalismo* utilizem a mídia (jornais, televisão, rádio, internet) ou a prática profissional para solucionar problemáticas de outros campos, eles perpassam o jornalismo e, assim, também resultam em contribuições. O que deve ser observado é a predominância desses estudos, que tomam a materialidade do objeto como objeto em si e esvaziam a discussão epistemológica do Jornalismo ou mesmo que confundem o objeto de estudo do Jornalismo com o objeto de pesquisa (SILVA, 2009). Ademais, pode-se afirmar que esses estudos, tanto os empíricos, com preocupação por questões sociais, quanto os teóricos, com preocupação epistemológica específica do jornalismo, complementam-se e fazem parte da totalidade do campo do Jornalismo.

Acrescenta-se a essas críticas a já formulada por Silva e Pontes (2009). Ao colocar a materialidade do jornalismo, ou seja, as matérias jornalísticas, como objeto de estudo do Jornalismo, a teoria do Jornalismo aparece como sinônimo da teoria da notícia. Ao tomar essas teorias como sinônimas, toma-se uma das partes do objeto do jornalismo como todo o objeto da sua teoria:

A concepção de que a notícia é o resultado da soma de ações pessoais, organizacionais, extraorganizacionais, históricas, e sociais é pouco significativa, visto que, se colocado outro bem simbólico no lugar da notícia,

a fórmula seria igualmente correta. A peça publicitária também resulta da soma daqueles fatores, assim como a novela e o programa de entretenimento. Por outro lado, mesmo se a notícia for definida como o gênero por excelência do Jornalismo, como sinônimo de novidade, como a aparência mais próxima do real, como uma expressão referencial que reúne verbos conjugados na terceira pessoa e que respondem às seis perguntas do lead fundamentado nas categorias aristotélicas, ainda assim, essas definições não abarcam a complexidade do fenômeno do Jornalismo (SILVA; PONTES, 2009, p. 182)

Se, por um lado, essas perspectivas colaboram “[...] no entendimento de uma parte da dinâmica do jornalismo”, por outro, “[...] não propõem conceitos que tomem o jornalismo como uma forma de conhecer a realidade” (PONTES, 2010, p. 07). Ou seja, é uma tentativa de conceituar o jornalismo a partir de algumas manifestações específicas, sem buscar conceituar elementos que estão presentes no jornalismo em todas as suas formas de manifestação, produção, leitura e circulação. Para o fortalecimento epistemológico e teórico, é necessário conceituar o jornalismo para além da ideia de produto, meio, empresa, profissão e deontologia. É preciso conceituá-lo como uma prática social ampla que “[...] inclui e caracteriza todas as formas de manifestação do jornalismo na realidade” (PONTES, 2010, p. 12). Isso acarreta estabelecer diálogo entre a teoria e a prática, compreendendo duas especificidades: a matéria do Jornalismo ultrapassa a sua própria materialidade (SILVA, 2009b); e a prática não no sentido restrito de prática profissional, mas do fenômeno jornalístico, que ocorre também no exercício da profissão.

1.2.2 Jornalismo como forma de conhecimento: para além do capitalismo e do masculino

A mudança de perspectiva sobre o objeto de estudo do Jornalismo, “[...] que extrapola a materialidade de suas manifestações concretas, empíricas”, ocasiona uma mudança de perspectiva sobre a teoria do Jornalismo, que “[...] não pode ser elaborada exclusivamente a partir de estudos de formatos, técnicas, rotinas produtivas e conteúdos divulgados” (SILVA, 2009c, p. 10). Parte-se da ideia de que “objeto teórico” é distinto do “objeto real” (GENRO FILHO, 2012). De um lado, o real não é perceptível imediatamente em sua concreticidade, já que não são os sentidos que materializam o concreto. Ou seja, a materialidade dos produtos jornalísticos não é capaz de reproduzir a concreticidade do fenômeno jornalístico. Do outro lado, o teórico:

[...] vai do abstrato ao concreto, das abstrações mais gerais produzidas pelos conhecimentos anteriores, através das quais o sujeito para apreender a particularidade do objeto, até o momento da síntese realizada pelo conceito para apanhá-lo em suas determinações específicas, isto é, como concreto pensado (GENRO FILHO, 2012, p. 17).

Assim é que se pode dizer que o “objeto teórico” não é algo dado, visto que o objeto de estudo do jornalismo é teórico e, portanto, um construto a partir da observação do conhecimento já acumulado sobre a realidade observada. Ainda assim, pode-se afirmar que a relação entre o objeto real e o objeto teórico é de transposição, e é a partir dessa relação que o objeto real vai se desvelando por meio de teorias.

Parte-se da proposição de Genro Filho (2012), segundo a qual o jornalismo é uma necessidade criada pela organização social capitalista. Foram as transformações do século XIX - urbanização, maiores taxas de alfabetização, inovações tecnológicas - que propiciaram ao capitalismo lançar as bases materiais e sociais para o surgimento do jornalismo informativo (GENRO FILHO, 2012). Antes do capitalismo, existia um conhecimento genérico e universal sobre o mundo, mas singular sobre a realidade imediata (GENRO FILHO, 2007). Com o capitalismo, o sujeito não tem meios para se relacionar diretamente com o mundo. Só após a transformação para uma sociedade industrial, proporcionada pelo capitalismo, surge a necessidade do jornalismo. Em outras palavras, o capitalismo complexifica a organização social, ao dinamizar o tempo e expandir fronteiras, o que resulta na necessidade de intermediação de meios tecnológicos para se ter conhecimento do mundo.

Contudo, o surgimento do jornalismo não pode ser restringido à necessidade de “[...] emissão de assuntos a uma esfera pública de interessados. O jornalismo deve ser visto como uma instituição do público e não apenas para o público” (PONTES; SILVA, 2009, p. 50) Mas denotar o capitalismo como berço do jornalismo não implica sentenciar uma dependência entre eles. Embora cumpra papel que reforça a ideologia dominante, o jornalismo não depende dessa ideologia para existir. E é o próprio capitalismo quem cria essa ambivalência do jornalismo.

Para exemplificar essa ambivalência, Genro Filho (2012) usa a contradição entre “cidadania real” e “cidadania imaginada”. A cidadania imaginada é uma construção burguesa e “[...] constituída por relações efetivas entre os indivíduos, cuja base são as necessidades do capital de assalariar e submeter trabalhadores ‘livres’” (GENRO FILHO, 2012, p. 178). Portanto, não é a cidadania que é imaginada, ela é real. Seu lado imagético encontra-se na ideia de igualdade, já que a cidadania na burguesia se defronta com as desigualdades sociais, econômicas e políticas. Todavia, a existência dessa cidadania burguesa e o fato dela ter sido desenvolvida no capitalismo não anula a existência de uma cidadania diferente e autônoma ao sistema capitalista. A partir dessa explicação, Genro Filho (2012) afirma que, apesar de a

lógica burguesa atravessar o jornalismo, este se configura como um fenômeno ambivalente e essa ambivalência é também fruto do capitalismo:

[...] o jornalismo vem suprir necessidades profundas dos indivíduos e da sociedade que, teoricamente, independem das relações mercantis e capitalistas, embora tenham sido necessidades nascidas de tais relações e determinadas por elas. Não se trata, então, de carências meramente subjetivas ou ideológicas dos indivíduos que, através do jornalismo, teriam reforçada sua “condição imaginária” de cidadania. Por outro lado, em virtude do caráter de classe burguesa, o jornalismo cumpre uma tarefa que corresponde aos interesses de reprodução objetiva e subjetiva da ordem social (GENRO FILHO, 2012, p. 179-180).

Essa perspectiva de autonomia do jornalismo para com o modo de produção que o gestou dissipa a ideia de que, ao fim do capitalismo, o jornalismo extinguir-se-ia e rompe também com a ideia que reduz o jornalismo à função de manutenção da ideologia dominante. Em outras palavras, ainda que o jornalismo tenha sua gênese no modo de produção capitalista, é possível ultrapassar a base social imediata que o constitui. Tal perspectiva também assegura que o jornalismo é uma prática profissional que nasce de uma necessidade social e não deve ser percebido como parte intrínseca do capitalismo, ainda que este o tenha potencializado. Além disso, Genro Filho indica que o conhecimento produzido pelo jornalismo foi incorporado historicamente como uma modalidade nova de apropriação subjetiva do mundo, assim como os conhecimentos produzidos pela ciência e pela arte.

A especificação do conhecimento produzido pelo jornalismo, numa relação de aproximação e distanciamento do conhecimento produzido pela ciência e pela arte, acontece em Genro Filho (2012) na apropriação das categorias singular, plural e universal na concepção de Lukács. Embora indique fragilidades na proposta do filósofo húngaro, o autor acredita que as três categorias são fecundas para explicar as formas de conhecimento. Para justificar a utilização das categorias, Genro Filho (2007, p. 87-90) estabelece suas três características centrais. “Primeiro elas são dimensões reais e objetivas do mundo”. Segundo, “[...] o particular é sempre particular em relação a um singular e em relação a um universal. Ele não é um particular por si mesmo”, ou seja, estas categorias estão em relação permanente entre si. Por fim, “Sempre, em cada uma das dimensões estão presentes as demais”, mas estão presentes de forma dissolvida. Em síntese, existe uma relação dialética entre singularidade, particularidade e universalidade que representa aspectos objetivos da realidade. Essas categorias lógicas existem como expressão das diferentes dimensões que compõem a realidade e coexistem uma na outra, conforme corrobora o autor:

No universal, estão contidos e dissolvidos os diversos fenômenos singulares e os grupos de fenômenos particulares que o constituem. No singular, através da

identidade real, estão presentes o particular e o universal dos quais ele é parte integrante e ativamente relacionada. O particular é um ponto intermediário entre os extremos, sendo também uma realidade dinâmica e efetiva (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

É a partir dessas características que Genro Filho (2012) vai afirmar o jornalismo como uma forma social de conhecimento caracterizado no singular; a ciência, no universal; e a arte no particular. Sendo o jornalismo o oposto da ciência, já que o primeiro tem o atual (singular) como cerne e o segundo, a generalização (universal). O interesse de Genro Filho (2012, p. 163) nas categorias de Lukács está na “[...] transposição das categorias utilizadas para a elaboração de uma teoria do jornalismo”. Ou seja, ao conceber-se o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizado no singular, nega-se sua autonomia frente ao particular e ao universal. Essa afirmação significa que a informação jornalística tem no singular sua estrutura interna e que só é possível sua cristalização na singularidade a partir da relação com o particular e o universal para assim superá-los, haja vista que:

São essas categorias, entendidas em suas relações, que fornecem as bases fundamentais para a formulação de uma teoria do jornalismo, desde que arrancadas do contexto mistificador do sistema hegeliano e inseridas numa concepção materialista da práxis. É nessa direção que pode ser formulada uma fecunda teoria marxista do jornalismo, capaz de dar conta dos diversos aspectos implicados no fenômeno. (GENRO FILHO, 2012, p. 170).

Contudo, Genro Filho (2012) não caracteriza toda produção jornalística como uma forma de conhecimento. Para ele, assim como o singular é a estrutura do conhecimento jornalístico, a notícia é a essência dessa estrutura. É nesse sentido que Genro Filho (2012) inicia o processo de trazer as categorias por ele delimitadas do abstrato para o concreto, ou seja, a aplicar os conceitos (abstrato) à realidade (concreto). A concretização dessa ação é o ato de colocar de pé a “pirâmide invertida”, tendo-se em vista que:

A ideia de “pirâmide invertida” pretende encarnar uma teoria da notícia mas, de fato, não consegue. Ela é apenas uma hipótese racional de operação, uma descrição empírica da média dos casos, conduzindo, por esse motivo, a uma redação padronizada e não à lógica da exposição jornalística e à compreensão da epistemologia do processo (GENRO FILHO, 2012, p. 200).

A pirâmide invertida é uma representação gráfica que indica que a notícia caminha do mais importante para o menos importante. Essa percepção da notícia não corrobora com o pressuposto do jornalismo como forma de conhecimento e, por essa razão, Genro Filho posiciona a pirâmide sobre sua base natural. Assim, ao colocar a pirâmide de pé, é possível ilustrar graficamente como os pressupostos ontológicos e ideológicos estão presentes na notícia. O ângulo fechado da pirâmide é o ponto máximo da singularidade, onde são

apresentados os aspectos que são próprios do fenômeno. No decorrer da construção da notícia, vai se localizando o fato em suas particularidades. É nesse sentido que o autor vai afirmar que as notícias partem sempre do singular para o particular. Já a universalidade está no pressuposto e como horizonte histórico da informação. Por isso, Genro Filho (2012) coloca o universal como parte pontilhada que continua as extremidades da pirâmide, pois é extra-notícia. A partir disso, é possível afirmar que: nem sempre a notícia caminha do mais importante para o de menos relevância, mas sempre caminha do singular para o particular, pois é essa sua essência.

Genro Filho (2012) também busca um conceito para a reportagem que tenha preocupação de ordem epistemológica, possibilitando identificar sua essência como modalidade do jornalismo, fugindo das definições operacionais que reduz reportagem à “notícia grande”. Utilizando-se da classificação de Nilson Lage para a reportagem (investigativa, interpretativa, literária), Genro Filho (2012) vai dizer que:

[...] o essencial na reportagem, e que estabelece um nexo entre aqueles aspectos apontados por Nilson Lage, é que a particularidade (enquanto categoria epistemológica) assume uma relativa autonomia ao invés de ser apenas um contexto de significação do singular. Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que o configuram. Essa significação autônoma pode ser estética (como em “À sangue frio”, de Truman Capote, para citar um exemplo externo), teórico-científico (como no caso das revistas semanais que, muitas vezes contam a “história da notícia” a que o público já assistiu pela TV e leu nos jornais diários, com maior riqueza de nuances e detalhes, fornecendo um quadro mais complexo da situação na qual o fato foi gerado). (GENRO FILHO, 2012, p. 208).

Para o autor, existe uma confusão gerada no fato da história do jornalismo impresso estar vinculada à expansão literária. A questão sobre ser o jornalismo arte ou não não tem importância, pois, segundo Genro Filho (2012, p. 209), “[...] as artes penetram as ciências e a filosofia, a tecnologia e a religião” e, portanto, não seria diferente com o jornalismo. A preocupação do teórico em estabelecer definição à reportagem está vinculada, pelo menos em seu livro, a essa confusão entre arte e jornalismo ou literatura e jornalismo. Na percepção de dele, na reportagem, a singularidade atinge a particularidade, como acontece na arte, contudo, para o pesquisador, nem toda reportagem é arte. Pontes (2015) identifica pontuais equívocos de Genro Filho (2012) nessas abordagens, primeiro sobre a notícia:

Temos condição de avaliar o acerto do teórico e, simultaneamente, de estabelecer, com base nessa conjugação de valores, como o jornalismo (de quaisquer matriz política) pode fazer mais ou menos conhecimento. Contudo, a forma que permanece, no caso a notícia jornalística e o lead, mesmo centralizando como estrutura de linguagem pertinente para a exposição da singularidade, não é a única medida para afirmar o que é mais ou menos conhecimento jornalístico. (PONTES, 2015, p. 377).

De acordo com Pontes (2015), existe uma formalidade que perpassa todo texto de Genro Filho (2012), sendo problemática a posição fixa de que “[...] a singularidade é representada formalmente pelo gênero notícia e que os demais gêneros jornalísticos seriam manifestações da particularidade do fato”. Em certa medida, Genro Filho (2012) aproxima-se dos pesquisadores quando concebe que, para definir o jornalismo, tomam a notícia como o seu todo.

Para Pontes (2015, p. 377), o que está em jogo é o processo de singularização e de particularização e esse processo caminha para a generalização crescente “[...] o que significa a constante qualificação do singular, o que demanda mais conhecimento tanto dos processos de produção da notícia como das causalidades do fato social apresentado”. Sobre a reportagem, Pontes (2015) vai dizer não ser possível, a partir das justificativas de Genro Filho (2012), afirmar que ela tende a se cristalizar no particular. No entanto, esse autor percebe um processo que ele chamou de *qualificação da singularidade*, que pode ser entendido como o resultado de articulações com o cotidiano: novo significado para o fato social, que gera também novo fato jornalístico:

Um jornalista não espera que a apreensão estética ou científica prepondere ao apresentar uma grande reportagem. Não está em seu pôr esse intento. Da mesma forma, não está no pôr dos leitores e leitoras, em processo de recepção tipicamente jornalística que eles estão consumindo sob totalidade que não a jornalística (PONTES, 2015, p. 379).

Nesse contexto, o autor está partindo do *pôr teleológico* no texto. Por mais que o jornalista se aproprie de elementos da literatura ou mesmo da ciência, o pôr teleológico no texto é jornalístico. Além disso, ele também inclui o leitor e a leitora nesse processo de tipificação do jornalismo. Ao abrir um jornal para a leitura de uma matéria especial ou ligar a televisão para assistir um documentário jornalístico, o interlocutor (leitor/leitora) pode até perceber as características estéticas e científicas daquele produto. Contudo, a ação de buscar esse produto, a reportagem, está baseada na necessidade de informação jornalística.

Os elementos e pistas indicados por Genro Filho (2012) para a construção de uma teoria do jornalismo propõem a dissociação do jornalismo da ideologia e a reestruturação das “[...] concepções sobre jornalismo a partir de suas concepções ontológicas do ser social” (PONTES, 2015, p. 323). Assim, os conceitos de objetividade, fato e notícia são redefinidos. A contribuição de Pontes (2015) reforça a potencialidade desses elementos formulados por Genro Filho (2012) e a necessidade da constituição de uma teoria do Jornalismo. Contudo, percebe-se a carência no estudo do segundo de ultrapassar as questões de classe na

perspectiva teórica do jornalismo e tomar também como variante a particularidade das questões da mulher. Num momento histórico em que as questões da mulher vêm sendo largamente pesquisadas, é importante para o campo do jornalismo identificar a particularidade do lugar da mulher em todos os seus âmbitos.

A década de 2000 marca um fortalecimento nos estudos sobre o jornalismo e a mulher. São estudos que buscam o lugar da mulher na notícia (FERNANDES, 2015; COSTA, T. 2015; MARTINS, 2010), o lugar da mulher profissional do jornalismo (PORTELA, 2015; DIAS, 2001; MATOS, 2006; CRIADO, 2001), o lugar das questões de gênero na produção da notícia (VEIGA, 2010; 2014) e investiga o conhecimento do Jornalismo a partir de uma perspectiva feminista (VEIGA, 2015). Além disso, essa preocupação com a mulher e o jornalismo aparece não como uma questão localizada, mas sim em proporções globais (VELOSO, 2013). Isso significa dizer que as questões da mulher atravessa o jornalismo por completo, da sua produção à recepção, na maior parte do mundo.

Preocupada em perceber o envolvimento dos valores dos jornalistas no processo de produção de notícia, Veiga (2010) defende o jornalismo como uma forma de conhecimento social e cultural. Segundo a autora, os estudos de gênero potencializam a percepção do fenômeno jornalístico. A pesquisadora vai afirmar o imbricamento do jornalismo com a cultura e em uma analogia ao pensamento de Guacira Lopes Louro sobre o gênero das escolas, Veiga (2014) afirma ser o jornalismo masculino por:

[...] reproduzir relações de gênero e por hegemonicamente prevaletentes na cultura, conhecimentos sociais historicamente produzidos em determinadas instâncias de poder, relacionados a determinadas visões de mundo e ao status quo é que esta pesquisa concluiu que o jornalismo é também produzido por representações sexuais, de classe, de raça, de geração. (VEIGA, 2014, p.331).

Corroborando com tal afirmação, acredita-se que toda instituição hegemônica se comporta com a universalidade do masculino. O problema da visão de Veiga (2014) é colocar o masculino como gênero estanque do jornalismo. Embora historicamente o jornalismo tenha exercido uma determinada função e ela tenha sido masculina, enquanto produto cultural ele tem em si a potencialidade de não ser masculino. Para se aproximar da autora, no que diz respeito ao seu recorte epistemológico, a analogia para a superação do masculino no jornalismo é feita aqui a partir de um pesquisador pós-estruturalista, assim como Veiga (2014). Ao falar sobre a leitura, Culler (1982) vai afirmar que toda leitura é masculina até o momento em que a leitora toma conhecimento desse posicionamento e começa a resistir. Essa resistência é um processo de desconstrução atenta e nunca natural, pois o natural é a leitura hegemônica e masculina. Essa é a potencialidade revolucionária da leitura. Ela pode e deve

ser transformada. É necessário apropriar-se do jornalismo para romper com o discurso hegemônico, essa é a potencialidade revolucionária do jornalismo.

Pensar o jornalismo como uma forma de conhecimento cristalizada no singular não só explica que o conceito de jornalismo transborda o modo de produção capitalista; perceber o jornalismo para além de um aparelho de manutenção da ideologia dominante é também percebê-lo para além do masculino. A compreensão de que a teoria nas ciências sociais não só diz como é, mas também como deve ser (PONTES, 2015), possibilita modificações na realidade do jornalismo. Conforme afirma Saffioti (2004, p. 95), apropriando-se de uma frase de Lenin para intitular um capítulo de seu livro, “Não há revolução sem teoria”. É nessa direção que esta pesquisa pretende analisar como a mulher é estudada nas pesquisas em jornalismo, para perceber as relações epistemológicas, feitas pelas pesquisadoras, entre o jornalismo e os estudos feministas.

2. O LUGAR DA MULHER NO JORNALISMO

Nesta seção, apresenta-se um panorama das questões das mulheres em três âmbitos do jornalismo, os quais correspondem aos tópicos centrais da estruturação deste capítulo: na profissão, na cobertura jornalística e na pesquisa acadêmica. Portanto, trata-se de uma revisão bibliográfica que busca localizar as mulheres no campo do jornalismo no Brasil. O esforço é para mostrar a história das mulheres no jornalismo, mas, sobretudo, as desigualdades vivenciadas por elas nas três posições: na prática da profissão, como objeto de observação da cobertura e como sujeito que observa o jornalismo enquanto fenômeno.

O primeiro tópico, *Jornalista: as mulheres no exercício da profissão*, é construído a partir dos estudos da sociologia do trabalho (ROCHA, 2004; LEITE, 2015) e de dados relativos tanto à mulher como jornalista (FIGARO, 2012; GALLAGHER, 2010; MACHARIA, 2015; MICK; LIMA, 2013; PONTES, 2017; VEIGA, 2014; VELOSO, 2013) como sobre a mulher como força de trabalho (BRUSCHINI, 1994;1998). A estrutura metodológica apresenta característica quantitativa e qualitativa para responder ao objetivo do tópico: observar as razões que permitiram a entrada das mulheres na profissão (tanto na redação, quanto na pesquisa) e as possíveis consequências da feminização. No que concerne a esse conceito,

[...] o estudo da feminização e da masculinização das profissões é chave para imaginar o desmonte das políticas e micropolíticas de poder que condenam homens e mulheres a determinados tipos de tripalium (origem da palavra trabalho) apenas por serem portadores de um determinado aparelho anatômico-fisiológico diferente (YANNOULAS, 2013, p.24).

Assim, compreendendo que as desigualdades entre homens e mulheres se delimitam em cada sociedade e período histórico (YANNOULAS, 2013), pretende-se apontar como essa delimitação acontece no caso do jornalismo. O conjunto de estudos apresentados permite considerar que a maior participação das mulheres como profissionais do jornalismo não consolida mudanças positivas na realidade dessas trabalhadoras. Elas continuam recebendo menos, com menor chance de ascender na carreira e não ocupam cargos de decisão política e econômica nas empresas do jornalismo.

O tópico seguinte, *A imagem e semelhança: as mulheres na cobertura jornalística*, apoia-se em estudos feministas da mídia brasileiros (BIROLI, 2010; BUITONI, 2009; CAMPOS, 2014; LEAL, 2017; MIGUEL; BIROLI, 2008; ROCHA; WOITOWICZ, 2013; SARMENTO, 2017; SOUZA; KNIJINIK, 2007) para abordar a visibilidade e a representação das mulheres no jornalismo. Por acreditar na importância de não ocultar a mídia alternativa e

por compreender seu papel no processo de construção de identidades de resistência e luta (WOITOWICZ, 2010), o tópico subdivide-se em duas seções. A primeira, *A mulher nos espaços do jornalismo tradicional*, apresenta o quantitativo sobre a presença das mulheres em jornais e revistas tradicionais para em seguida abordar a questão da representação estereotipada da mulher. A segunda seção, *Lado B: a resistência do jornalismo feminista*, trata das características do jornalismo feminista, aqui enquadrado como alternativo, já que sua produção é voltada “[...] a demandas e interesses sociais, que não atuam nos limites do mercado tradicional da informação” (WOITOWICZ, 2010, p. 16), posição contrária à do jornalismo hegemônico ou tradicional³.

O terceiro e último tópico, *As pesquisadoras da Comunicação e Jornalismo*, é resultado do levantamento de teses e dissertações (1972-2015) e apresenta um perfil do sexo das/os pesquisadoras/es. Para fins facilitadores, esse tópico subdivide-se em três momentos: i. perfil do sexo dos pesquisadores da Comunicação; ii. perfil do sexo dos pesquisadores do Jornalismo; iii. perfil do sexo dos pesquisadores da Comunicação e do Jornalismo que trabalham gênero. Os dados são apresentados por década, por universidade e por região, a fim de considerar as dimensões temporais, locais e nacionais. Embora o tratamento deste último tópico seja apenas quantitativo, o resultado possibilita visualizar questões históricas importantes. Além disso, também fornece uma base de dados que pode ser trabalhada de diversas formas em pesquisas futuras.

O panorama apresentado permite identificar o lugar da mulher no jornalismo. Conhecer esse espaço é importante para a construção de ferramentas e mecanismo de mudança social. Portanto, registra-se que é também objetivo deste **capítulo 2**, como de toda esta pesquisa, iniciar reflexão acadêmica tomando como princípio e motivação a transformação da realidade.

2.1 Jornalista: a mulher no exercício da profissão

O crescente número de mulheres jornalistas e as questões de gênero que atravessam a profissão, com foco no Brasil, é tema central desse tópico. Aqui, entende-se a categoria feminização no seu significado qualitativo (YANNOULAS, 2011; 2013). Embora esta revisão bibliográfica apresente também o quantitativo das mulheres no jornalismo, a preocupação

³ Não serão abordadas as aproximações e distanciamentos entre jornalismo e comunicação alternativa, independente, popular, comunitário, por não ser o intuito da pesquisa. A nomenclatura “jornalismo alternativo” foi adotada apenas para diferenciar a produção do jornalismo com viés feminista do jornalismo mercadológico, em que a mulher é mais uma consumidora do que uma cidadã. Para uma revisão bibliográfica dos conceitos citados ler: WOITOWICZ, 2010, p. 357- 373.

central é dialogar os números apresentados com a realidade da qual esses números foram extraídos. Ou seja, o objetivo é observar a entrada das mulheres no mercado de trabalho jornalístico, mas, também, compreender as razões que permitiram o acesso e as possíveis consequências da feminização do jornalismo. Este movimento marca o posicionamento metodológico adotado para este tópico e também abre para o leitor o posicionamento político de quem a escreve para identificar os limites da pesquisa.

O crescimento da participação das mulheres no jornalismo profissional tem início na década de 1980 (ROCHA, 2004). A partir de dados levantados pelo Ministério do Trabalho, Rocha (2004) indica que em 1986, as mulheres jornalistas representavam 36% da categoria e, em 1996, elas representavam 40%. Até 1990, as mulheres não eram maioria em nenhum setor do jornalismo e só em 2001 elas aparecem como maioria nas revistas.

Por outro lado, a atuação feminina na imprensa brasileira acontece desde o seu princípio. O primeiro jornal dirigido e escrito por mulheres no país é de 1852, o *Jornal das Senhoras*⁴ fundado por Joana Paula Manso de Noronha. Contudo, caso se compare a imprensa feminina/ feminista brasileira com as de outros países das Américas, percebe-se um atraso de um século no Brasil (BUITONI, 2009; CASADEI, 2011). Uma das razões para explicar essa diferença é a forma de implementação da imprensa nas Colônias das Américas. No Brasil, a imprensa foi proibida até 1808, quando a família real se mudou para o Rio de Janeiro. Mesmo com a chegada da realeza, a censura limitou o desenvolvimento local da imprensa por mais alguns séculos (SODRÉ, 1999)

Se a década de 1980 marca o crescimento da atividade feminina no Jornalismo, a década de 2010 é marco para a presença majoritária das mulheres nas redações. Em 2012, a pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012* concluiu que “[...] os jornalistas brasileiros são uma categoria profissional predominantemente feminina, jovem e branca” (MICK; LIMA, 2013, p. 33). Também de 2012, a pesquisa de Fígaro que traça um perfil do jornalista profissional de São Paulo, chega a conclusão semelhante: a maioria dos jornalistas são mulheres, brancas, sem filhos, jovens, na faixa até 35 anos, têm curso superior em jornalismo, já fizeram uma especialização em nível de pós-graduação, trabalham com vínculos empregatícios precários,

⁴ Segundo informações de Juarez Bahia (2009, p. 42), o *Jornal das Senhoras* foi fundado em 1852 na Bahia, por V.A Ximenes de Bivar e Velasco, baiana filha do português Diogo Soares da Silva Bivar, redator de *Idade d'Ouro* e de *As variedades*. Contudo, Violanta Atalipa Ximenes de Bivar e Vellasco não fundou o Jornal, mas escrevia nele junto a sua fundadora, a argentina Joana de Paula Manso, e Gervásia Memezia Pires dos Santos (TELES, 1993, p. 33-36).

são multiplataformas e trabalham para vários clientes. Sobre as pesquisas que apontam a presença predominante dos homens nas redações, a autora afirma:

As pesquisas que apontam a presença majoritária masculina tiveram um desenvolvimento conservador, priorizaram recortar suas amostras das mídias tradicionais, não consideraram o número de jornalistas no setor de assessorias de comunicação. Esse é o setor que mais abarca jornalistas hoje, em São Paulo. Mais de 40% dos jornalistas formados trabalham em assessorias (FIGARO, 2012, p. 57)

O fenômeno chamado de feminização das redações não é uma exclusividade do jornalismo brasileiro. Ele também é notado em países como Austrália, Grã-Bretanha, Dinamarca, Hungria, Espanha, Suíça (WEAVER, D. H.; WILLNAT, L, 2012) e França (RIEFFEL, 2003). Segundo Leite (2015, p. 93), “[...] o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho do jornalismo em todo o mundo tem sido considerado como uma das mais significativas mudanças na área da mídia dos últimos 40 anos”.

O *Global Media Monitoring Project* (GMMP), realizado a cada cinco anos desde 1995, analisa por um dia as rádios, televisão, mídia impressa e sites de vários países para perceber tanto a presença das mulheres como fonte e foco das notícias como profissionais da mídia. Os dados da última pesquisa publicada em 2015, embora apontem para estabilidade dos mesmos, indicam que as mulheres são 41% dos profissionais da rádio e 57% nos telejornais. Na Ásia, as jornalistas dos telejornais representam 58%, no Oriente Médio 57% e nas regiões do Pacífico 52% (MACHARIA, 2015)

No Brasil, o processo de feminização do jornalismo não acontece de forma isolada, visto que foi um movimento que acompanhou as transformações do país e a introdução das mulheres da classe média e brancas no mercado de trabalho (ROCHA, 2004). Embora já existissem mulheres cronistas, o registro da primeira mulher repórter do país data de 1930 e foi de Margarida Izar (ROCHA, 2004). À época, era socialmente aceito que as mulheres ocupassem postos relacionados às artes (ROCHA, 2004) e como até a segunda metade do século XX o jornalismo brasileiro apresentava ligações com a literatura (RIBEIRO, 2003), enquadra-se neste tipo de ocupação. Contudo, nas redações da década de 1930 as mulheres eram quase inexistentes, conforme corrobora Ribeiro:

Uma das situações mais tenebrosas que havia na imprensa de São Paulo (e do Brasil), em 1937, era a discriminação contra a mulher. As empresas jornalísticas eram pensadas e construídas como ambiente de sauna brega: só para homem. Nem havia banheiro feminino. No "Estadão", à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servia para fazer o café: circulava na área de serviço." (RIBEIRO *apud* ROCHA, 2004, p. 84).

Nas décadas de 1940, 1950 e de 1960, o número de mulheres nas redações cresce, mas continua pouco expressivo. A década de 1970 é o marco para a força de trabalho feminina no Brasil. Esse crescimento acontece tanto por razões econômicas como pelas mudanças sociais que redefiniram o comportamento e os valores relativos ao papel social das mulheres (BRUSCHINI, 1994). Por um lado, a expansão econômica, a urbanização e a industrialização oportunizaram maior oferta de trabalho. Por outro, as ações e luta do movimento feminista proporcionaram às mulheres mudanças na sua vida cotidiana que favoreceram também à sua entrada no mercado de trabalho.

As campanhas de métodos contraceptivos resultaram em índices de fertilidade mais baixos, diminuindo o tamanho da família brasileira e permitindo à mulher branca de classe média mais tempo para atividades extra-domésticas. Os índices de escolaridade e de acesso das mulheres à universidade também foram facilitadores. Em 1985, as mulheres já representavam 33,5% dos trabalhadores e 40,4%⁵ em 1995. Em 1980, os domicílios chefiados por mulheres eram de 14,7% e em 1990, 20,8% (BRUSCHINI, 1998), o que pode ser indício de outra transformação. As mulheres não entram no mercado de trabalho só para complementar a renda familiar, mas a renda de um número significativo de famílias passa a ser exclusivamente a delas. Segundo os dados da pesquisa Retratos das Desigualdades de Raça e de Gênero (IPEA, 2015), em 1995, as famílias chefiadas por mulheres eram 23%; em 2015 esse número passa para 40%.

Essas mudanças também explicam o registro do aumento da participação feminina nas redações, que acontece em conjunto com a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão em 1969 com a aprovação do decreto-lei 972⁶. Se na primeira turma formada de jornalismo em 1950 as mulheres representavam 24% dos 133 formados, em 1987, elas representavam 60% dos 5.175 formandos (BONELLI *apud* ROCHA, 2004). Em 2012, as mulheres representavam 65% dos estudantes formados em jornalismo (BARRETO, 2014). Portanto, as mudanças sociais, o acesso crescente das mulheres às universidades e a obrigatoriedade do diploma oportunizam o processo de feminização do jornalismo.

Ademais, assim como a aceitação da obrigatoriedade do diploma foi e é um fato de polaridade no jornalismo, sua feminização é um acontecimento de tensões. Segundo Rocha:

⁵ Bruschini (1998, p. 28) alerta que em 1992 o conceito de trabalho adotado pelo PNAD e IBGE foi ampliado, passando a incluir atividades para autoconsumo, a produção familiar e outras ocupações. Essas atividades são majoritariamente exercidas por mulheres. Contudo a pesquisadora lamenta que “A nova metodologia, no entanto, ainda não avançou suficientemente a ponto de incluir a atividade doméstica, realizada pelas donas-de-casa, que continua a ser classificada como inatividade econômica”.

⁶ Posteriormente alterado pelos Decretos 65.923 (1969) e 83.284 (1979) (Rocha, 2004).

Na opinião dos jornalistas e de grande parte das empresas de comunicação, o curso de graduação em jornalismo não tem a mesma importância que cursos de graduação consagrados como direito e medicina. Na valorização do profissional, pesa mais sua experiência profissional, especializações e outros complementos do que sua formação acadêmica em jornalismo. (ROCHA, 2004, p. 99).

Levando em consideração que nas décadas de 1970, 1980 e 1990 as redações ainda eram majoritariamente masculinas, embora o número de jornalistas mulheres crescesse e os concluintes dos cursos de jornalismo fossem majoritariamente femininos, o discurso das redações e empresas de comunicação reflete, em parte, a resistência ao ingresso das jornalistas no mercado de trabalho. Leite (2015), ao buscar compreender quais são os discursos dos jornalistas profissionais sobre a diferença de gênero adota o conceito de profissionalismo de Julia Evetts e conclui a existência do discurso hegemônico de que os profissionais das redações formam o grupo mais importante e valorizado da profissão e os que estão extra-redação, em assessorias e nas universidades, são o oposto. Ou seja, a opinião dos jornalistas sobre a relação redação - universidade - assessoria de comunicação e imprensa prevalece. Além disso, no início do processo da feminização, as jornalistas encontravam dificuldades não só de exercer cargos de chefia, como também era árduo seu ingresso em setores mais tradicionais, como o rádio e o jornal impresso.

Tanto no Brasil quanto em outros países, a presença das mulheres nas redações pode ser interpretada como um sinal positivo. No entanto, como percebe Leite, “[...] a feminização da profissão tem acontecido em um ritmo muito mais acelerado do que o processo de ascensão profissional das mulheres nas redações” (LEITE, 2015, p. 98). Em outras palavras, o fato do crescimento do número de mulheres no mercado de trabalho do jornalismo não corresponde a grandes conquistas salariais e ocupação de postos de chefia. A feminização do jornalismo não significa equidade entre homens e mulheres. A afirmação de Leite (2015) se fortalece e se comprova a partir dos números apresentados por Pontes (2017), que, ao cruzar dados da pesquisa *Perfil do jornalista brasileiro* de 2012, ressaltou o cinismo ou falta de conhecimento estrutural do jornalismo que tanto divulga as desigualdades de gênero no mercado de trabalho em geral, mas “esquece” o próprio campo e aponta alguns dados “irônicos” entre os entrevistados: “apenas duas jornalistas têm a creche garantida pelo empregador, e três jornalistas homens” (PONTES, 2017, p. 8) recebem o mesmo benefício.

As jornalistas brasileiras que trabalham nas redações recebem menos que os homens, independente do tempo de trabalho; são minoria entre os que recebem participação nos lucros e incentivo à qualificação; e são as mulheres maioria entre os que têm menos de 30 anos

(PONTES, 2017), o que pode levantar duas hipóteses que não se anulam: i. alta taxa de desistência; ii. precarização do trabalho, já que são as mais jovens que recebem menos.

Com foco nas jornalistas que declaram trabalhar na mídia (nas redações), Pontes (2017) indica: Dos 2.731 jornalistas entrevistados em 2012, 1.126 afirmam trabalhar em veículo de comunicação; desses, 671 são mulheres (59,6%) e 455 homens (40,4%); as mulheres representam 70,5% (55,8% homens) das que recebem menos de cinco salários mínimos, de cinco a dez mínimos, 20,5 % (28,2% dos homens), de dez a vinte mínimos, 6% (11,6%), acima de vinte, 1,5% (4,9%); as desigualdades ficam ainda maiores ao analisar-se a elite profissional: das 130 editoras, 16 ganham mais de dez salários mínimos, enquanto dos 104 editores, 29 estão entre os com maior recompensa salarial. Além disso, as mulheres ganham menos que os homens, independente do tempo de trabalho, e recebem menos auxílios, independente da faixa salarial. As chances de um jornalista qualificar-se por meio dos estudos é seis vezes maior do que para uma jornalista, por exemplo (PONTES, 2017).

A situação das jornalistas em outros países também não apresenta grande diferença. Ao analisar a posição das mulheres na elaboração de conteúdo na indústria cultural e midiática de 11⁷ países, Veloso (2013) também percebe as dificuldades das mulheres em ascender profissionalmente. A autora ainda chama atenção para o menor número de mulheres entre comentaristas e analistas na televisão e entre colunistas e articulistas nos *prestige papers*. Para a pesquisadora, a posição minoritária das mulheres nestes espaços da mídia e do jornalismo é uma das formas de silenciamento. Uma segunda modalidade de silenciamento, segundo a pesquisadora, corresponde à presença majoritária dos homens nos cargos de decisão política e econômica dentro das empresas de comunicação.

[...] enquanto as mulheres se fixam em posições intermediárias de produção, são geralmente responsáveis pela organização do veículo e seu funcionamento, quem comanda os recursos e responde pelas tomadas de decisão são os homens. Eles ditam economicamente e politicamente, majoritariamente, o ritmo do funcionamento nas editorias e postos executivos. Para ocupar esses cargos, as mulheres – em geral – precisam ou pertencer às famílias dos grupos de mídia ou comprovar, por anos de trabalho e liderança nas redações, que são competentes e confiáveis. E, mesmo assim, muitas das profissionais com tais características e reputação são preteridas pela ação do patriarcado de mídia, um sistema que privilegia os homens das poucas castas que controlam o setor (VELOSO, 2013, p. 288).

Veiga (2014)⁸ realizou pesquisa inspirada na etnografia durante onze semanas junto a um grupo de jornalistas de um programa da RBS TV, na cidade de Porto Alegre, com objetivo de analisar as concepções de gênero dos jornalistas. Veiga (2014) busca perceber se e de que

⁷ Alemanha, Argentina, Espanha, França, Itália, Estados Unidos da América, Inglaterra, Brasil, México, África do Sul e Austrália

⁸ O livro (2014) e a dissertação (2010) de Veiga são homônimos, já que o primeiro é resultado do segundo.

maneira essa concepção se faz presente na produção de notícias e contribui, ou não, na reprodução, manutenção, ressignificação ou transformação de padrões de desigualdade. Além disso, a autora investiga se a noção de gênero dos jornalistas expressa a existência da heteronormatividade no jornalismo.

Segundo a pesquisadora, tanto nas pautas como entre os repórteres “[...] havia uma hierarquia de valores correspondentes, e as concepções de gênero estavam presentes na idealização das matérias, bem como permeavam as escolhas dos jornalistas que iriam realizá-las” (VEIGA, 2014, p. 198-199). Desta forma, Veiga percebe que as questões de gênero não estão apenas imbricadas na relação de poder da redação, mas, também, nas práticas sociais e profissionais dos jornalistas observados. Outro problema identificado foi a presença dos valores e concepções hegemônicas de gênero reproduzidos tanto nos atributos pessoais e profissionais como nas características das notícias. O resultado desses valores e concepções estabelece a heteronormatividade como padrão social de desigualdade. Sua conclusão é categórica: o jornalismo tem gênero “[...] e o gênero do jornalismo é masculino” (VEIGA, 2014, p. 331).

Além das questões salariais, a desigualdade entre homens e mulheres afeta diretamente a rotina de trabalho das jornalistas. O Coletivo de Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal realizou uma pesquisa em 2016 para avaliar os direitos das mulheres dentro das redações e assessorias de imprensa. A partir de questionário com 535 jornalistas de 21⁹ estados brasileiros, o coletivo chegou aos números: 46% tem conhecimento de alguma jornalista gestante que tenha sofrido discriminação no local de trabalho; 70,7% acredita que já deixou de ser designada para uma pauta pelo fato de ser mulher; 77,9% das mulheres entrevistadas já sofreu assédio moral pela chefia ou colega de trabalho; 78,5 % percebeu atitude machista durante entrevista; e 86,4% das entrevistadas acredita que as mulheres negras têm menos oportunidades no jornalismo.

Outro dado alarmante são os números de assédio sexual¹⁰. Segundo Figaro (2012), do grupo dos jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, 2,1% declararam ter sofrido assédio sexual, todas mulheres. No grupo dos jornalistas freelancers, 1,1% tiveram a mesma resposta e 2,2% não se manifestaram; A pesquisadora não declara a divisão por

⁹ Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Tocantins.

¹⁰ A pauta do assédio sexual contra jornalistas mulheres tomou proporção nacional em 2016, quando uma jornalista do Portal IG denunciou o cantor Biel por assédio sexual. Poucas semanas após o caso ser divulgado, a jornalista foi demitida. Segundo o Portal, a demissão foi justificada por cortes na folha da empresa. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/06/18/reporter-que-denunciou-assedio-de-biel-e-demitida-e-assessoas_a_21688121/. Acessado em: 24.jul.2017

gênero para esse grupo. Já Santiago (2017)¹¹, ao entrevistar 36 jornalistas do Estado do Amapá, afirma que 50% das jornalistas alegam ter sofrido tanto o assédio sexual quanto moral e 4,5% o assédio sexual. Os assédios morais e sexuais partiram tanto da chefia (63,6%) como de colegas de trabalho (27,2%). Santiago ainda relata que o silêncio entre as assediadas é a atitude mais adotada: 63,6% não relataram o caso a ninguém; 22,7% reportaram o caso à empresa; e 13,7% conta ter relatado o caso, mas nenhuma providência contra o abusador foi adotada pela empresa. Sobre preconceito, Santiago levantou que 75% dos entrevistados não sofreram. Contudo, dos 25% que afirmaram ter sofrido preconceito, em 88,9% dos casos a prática foi masculina.

As diferenças entre as mulheres e homens jornalistas atravessam o âmbito das redações. Ainda que existam mudanças de comportamento e sobre o entendimento social do papel das mulheres na sociedade, os limites amorfos entre o público e o privado tem peso para a compreensão da divisão sexual do trabalho e para a posição das mulheres no mercado. Segundo os dados da pesquisa de Rocha (2004), de oito jornalistas entrevistadas que residem no interior de São Paulo, quatro são separadas, duas solteiras e duas casadas. Cinco delas têm filho. Das nove jornalistas que residem na capital do estado, quatro são solteiras, três separadas e duas casadas. Apenas duas têm filho. A pesquisa de Fígaro, realizada em 2012, atualiza esses dados, mas sem mudanças:

Entre as mulheres jornalistas, todas as pesquisas (IBGE, survey americano, a fase quantitativa do perfil do jornalista) indicam que o estado civil de solteiras, viúvas e separadas supera o de casadas, e mesmo o número das que têm filhos é menor. É uma profissão que exige da mulher um desdobramento maior para manter a estrutura familiar tradicional (FIGARO, 2012, p. 123).

Esses dados apresentados pelas pesquisadoras nos permitem afirmar a existência de um problema que é apenas das mulheres no jornalismo. O exercício da profissão interfere nas questões familiares de forma distintas para homens e mulheres. Essa realidade das mulheres possibilita perceber também que a compreensão restrita da política, ao separar o que é político do privado, acaba por negar as relações de poder na vida cotidiana e o caráter complexos das relações de trabalho e das relações familiares (BIROLI, 2014). A questão se agrava mais quando se relaciona trabalho e maternidade, em outras palavras, as questões da vida pública e da privada¹² para as jornalistas tendem a ser mais conflituosas.

¹¹ Artigo apresentado na disciplina Gênero e Jornalismo do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG pelo mestrando Abinoan Santiago.

¹² Para ler mais sobre o debate do público x privado a partir da perspectiva feminista ler: Biroli (2014) e Frase (1990)

A presença das mulheres no jornalismo é motivada por mudanças político-econômicas e sociais. Contudo, essas transformações não podem ser entendidas como opostas ou mesmo dependentes. O Estado, propulsor das mudanças econômicas, constitui-se na relação de interesse de grupos determinados e dos conflitos travados entre eles. De certa forma, as mudanças sociais são frutos desses embates, mas são muito mais resultado das lutas de movimentos sociais que nem sempre têm lugar nos espaços de decisões políticas. Portanto, a relação entre o cenário político-econômico e as transformações sociais é dialética e complexa. A luta do movimento feminista, que se configura tanto como um movimento social como político, reconfigura valores e o modelo de comportamento das mulheres. Os efeitos positivos dessa luta são percebidos em avanços pequenos, mas contínuos. É também importante perceber que o ingresso das mulheres no mercado de trabalho é lento - embora em números pareça mais significativo -, justamente porque valores e comportamentos ainda interferem na vida pública das mulheres. Antes de serem trabalhadoras, as mulheres são filhas e, principalmente, mães. As tarefas domésticas são um peso na vida das mulheres e muitas delas abrem mão da vida profissional para cuidar do lar (filhos, maridos, pais ou parentes enfermos).

Os dados apresentados e contextualizados auxiliam a delinear a realidade profissional do jornalismo. O fenômeno da feminização das redações, foco deste tópico do capítulo, tem sido considerado uma das principais mudanças da profissão, seja nas redações ou fora delas. As mulheres representavam 64% dos jornalistas em 2012 e 65% das graduandas no mesmo ano e a tendência, conforme se tem observado na história, é o aumento de sua participação. Por outro lado, são elas quem mais encontram dificuldades no exercício da profissão, principalmente quando os assuntos são salário, oportunidade e promoção na carreira. Mas, essas desigualdades também ultrapassam as questões estritamente profissionais. As mulheres são as mais assediadas - tanto moral como sexualmente - e as exigências profissionais e imposições sociais sobre o papel da mulher na família limitam a atuação das jornalistas e ou suas escolhas sobre casamento e filhos.

As disparidades entre homens e mulheres extrapolam o ser jornalista e refletem diretamente no fazer jornalístico. Jornalistas são impedidas ou escolhidas para determinadas pautas por serem mulheres; as características da notícia carregam em si os valores e a concepção de gênero dos jornalistas. Ou seja, a feminização do jornalismo não é sinônimo de equidade entre homens e mulheres na profissão, assim como também não é sinônimo de uma cobertura jornalística sem desigualdades, conforme veremos no tópico seguinte.

2.2 A mulher na cobertura jornalística

Quando se fala em cobertura jornalística, pressupõe-se a priori tratar dos veículos de grande circulação, por causa da sua abrangência territorial e visibilidade. Quando o tema tratado é a representação das mulheres é ainda mais presente a ideia de uma cobertura estereotipada. Das 113 pesquisas que de alguma forma tratam da representação das mulheres no jornalismo, 13 (11,50%) criticam a cobertura da *Folha de S. Paulo* e 18 (15,92%) criticam a cobertura da *Revista Claudia*, para dar um exemplo. Juntas essas pesquisas representam 27,43% da categoria. Por essa razão, é importante fazer a observação de que o jornalismo não é o único responsável pela estereotipação das mulheres. Antes mesmo de sua existência, outros artifícios eram utilizados para a construção de uma determinada visão das mulheres. Por exemplo, a narrativa mítica do livro bíblico de Gênesis carrega peso simbólico para a construção de um pensamento de inferioridade feminina e a necessidade de sua submissão ao domínio masculino (MARTINS, 2008); os filósofos como Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino (FERNANDES *apud* SCHOTT, 2015, p. 24-31) articulavam conceitos sobre o corpo e a alma que desfavorecem as mulheres. A própria universidade alimentou e em partes ainda alimenta um discurso que coloca a mulher em posição de desvantagem em relação aos homens.

A filosofia ascética exerceu grande impacto na configuração masculinista das universidades, já que estas unidades de ensino nasceram dentro da Igreja. A conexão institucional entre a Igreja e a universidade nos permite compreender a filosofia moderna como herdeira da vocação do cristianismo ascético de excluir sistematicamente a mulher dos domínios intelectuais (FERNANDES, 2015, p. 28)

Por outro lado, o jornalismo também é um espaço que permite o início de debates sobre problemas específicos de grupos marginalizados. Por exemplo, a pesquisadora francesa Sylvie Thiéblemont-Dollet (2003), ao analisar o discurso de mulheres imigrantes moradoras de subúrbios da França no *Le Monde* e no *Le Livre Blanc des Femmes de Quartier*, afirma que as implicações destas mulheres na mídia contribuem para a construção de um problema social e para iniciar debate no espaço público. No Brasil, episódio semelhante aconteceu após divulgação na mídia do caso de estupro coletivo ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 2015 (QUANDO, 2016; RAMALHO, 2016; LEAL, 2016). Por algumas semanas, as temáticas acerca do estupro e da violência contra a mulher ganharam proporção nacional e visibilidade no jornalismo e para além dele.

Assim, este tópico realiza uma revisão de literatura para tratar da cobertura jornalística brasileira¹³ sobre a mulher e o faz em dois subtópicos, a saber: um sobre a cobertura do jornalismo tradicional, em que revisa os estudos da representação da mulher nos tradicionais jornais, revistas e sites jornalísticos brasileiros e também na imprensa feminina tradicional; e, em um segundo momento, sobre a cobertura do jornalismo progressista, serão abordados os estudos que tratam da cobertura sobre as mulheres em veículos de jornalismo com linha editorial feminista.

Reforça-se o distanciamento entre jornalismo feminino (tradicional) e feminista (alternativo), ainda que não sejam antagônicos, pois estabelecem pontos de convergências. A decisão de subdividir o tópico acontece por acreditar que abordar apenas a falta de visibilidade e a cobertura estereotipada das mulheres no jornalismo tradicional é negligenciar a história da imprensa feminista e as novas iniciativas de jornalismo profissional que se preocupam em colocar as mulheres como o centro de pautas em questões como a política, habitualmente figuradas pelo masculino.

2.2.1 A mulher nos espaços do jornalismo tradicional

Os dados sobre a visibilidade das mulheres nos noticiários do mundo são alarmantes. Segundo os resultados do Global Media Monitoring Project (2010;2015), foi percebido um lento, mas constante, crescimento na presença das mulheres nas notícias de 1995 a 2005. Em 2010, as mulheres representavam 24% das personalidades dos jornais, tele e rádiojornais. Em 2015, o número se repete. Para materializar a desigualdade de gênero de forma mais explícita, os dados sobre os temas que recebem maior e menor espaço nos noticiários foram cruzados com o sexo dos que aparecem nas matérias. Nas notícias de política, as mulheres representam 16% das aparições; já nas notícias de ciência e saúde, que ocupam 8% das notícias analisadas, as mulheres aparecem em 35% do material. Os dados positivos apresentados na pesquisa são os da América Latina, com um salto na participação das mulheres nos noticiários de 16% em 1995 para 29% em 2015.

O Grupo de Estudos Jornalismo e Gênero, vinculado ao curso de mestrado em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa, a partir da metodologia aplicada pelo Global Media Monitoring Project, realizou um estudo, entre os anos de 2011 e 2012, sobre a visibilidade das mulheres em três jornais do Estado do Paraná (ROCHA; WOITOWICZ,

¹³ Para revisão bibliográfica sobre a cobertura jornalística e da mídia sobre as mulheres a partir de estudos principalmente anglo-saxões ler: SARMENTO, 2017, p. 50-78.

2013)¹⁴. Uma das preocupações do artigo é identificar a profissão das mulheres que aparecem como fonte das matérias analisadas. Em todos os jornais, os homens predominaram como fonte especialista, já as mulheres aparecem como donas de casa (nenhum homem foi citado como do lar) e para relatar experiência pessoal. Ou seja, as mulheres quase não aparecem como políticas, oficiais do governo ou policiais, atividades consideradas como masculinas. Por outro lado, a maioria das notícias analisadas é de autoria feminina. Realidade semelhante foi percebida pelo GMMP.

No jornalismo político brasileiro, a visibilidade dada às mulheres também não é representativa. Segundo os dados de pesquisa realizada por Miguel e Biroli (2008), as mulheres representavam 19,6% das aparições em revistas e 22,8% em telejornais no período de 2006 e 2007. Os números ficam ainda mais desproporcionais quando é percebido que as mulheres normalmente aparecem como “populares”, enquanto que os homens como políticos. Outro fator preocupante é a concentração na cobertura em poucos nomes femininos - Heloísa Helena, Marta Suplicy ou Dilma Rousseff, no período analisado.

No jornalismo esportivo, a presença masculina também é predominante. Souza e Knijnik (2007), ao analisarem 2.125 reportagens da *Folha de S. Paulo* nos períodos de agosto a setembro de 2002 e fevereiro e março de 2003, chegaram aos seguintes números: de agosto a setembro, das 809 reportagens analisadas, 11,49% reportavam as esportistas, 3,33% eram neutras e 85,16% eram sobre homens. No mês de fevereiro, os homens aparecem em 88,4% do material analisado, as mulheres em 4,04% e as reportagens neutras totalizaram 7,55%. Em março, das 747 reportagens, 87,95% tratavam de atletas do sexo masculino, 7,36% eram neutras e 4,68% sobre atletas mulheres. Souza e Knijnik chamam atenção para os cinco¹⁵ eventos na modalidade feminina que ocorreram entre agosto e setembro. Ainda assim a diferença na cobertura é discrepante. Nos dois meses de 2003, o número de notícias sobre as atletas é inferior ao das reportagens neutras. Em fevereiro, enquanto 23 abordavam mulheres, 43 eram sobre assuntos gerais; em março, 35 para as mulheres e 55 assuntos gerais dos esportes.

A invisibilidade da mulher negra é ainda mais preocupante. A Revista Claudia, que circula no país desde outubro de 1961 e é a publicação do segmento com maior audiência¹⁶ no

¹⁴ No estudo, também foram analisadas revistas segmentadas. Os jornais analisados foram: *Gazeta do Povo*, *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã*.

¹⁵ Liga nacional feminino de vôlei; Mundial feminino de vôlei; as fases finais da Liga NBA feminina; o Mundial de futebol sub-19 feminino; e a seleção brasileira feminina de basquete estava em concentração na Europa nos preparativos para o Mundial da China.

¹⁶ A revista tem audiência de 376.910 (impresso + digital), segundo dados retirados do site: <http://publiabril.abril.com.br/marcas/claudia>. Acesso: 26.nov.2017.

país, teve pela primeira vez na sua capa uma mulher negra em 2007 (CAMPOS, 2014). Na foto da capa, a atriz Taís Araújo rivalizava com a modelo branca Adriane Galisteu: “Paulista X Carioca” é a chamada principal da revista. A primeira vez que uma negra aparece como protagonista da capa é em 2009, novamente a atriz Taís Araújo (CAMPOS, 2014). Esse fato reforça a ideia de Buitoni (2009, p. 209), de que “[...] a mulher branca, sorridente é rótulo e marca do produto chamado imprensa feminina”.

Além da pouca visibilidade dada às mulheres, sua representação na mídia muitas das vezes reforça estereótipos. Buitoni, ao analisar revistas femininas publicadas entre as décadas de 1900 e 2000, faz um panorama do “retrato” da mulher exposto pela imprensa do segmento. A conclusão geral da pesquisadora é:

Nossas revistas parecem não haver mudado muito, depois de tanto tempo. Por mais que a liberdade seja alardeada, moda e beleza continuam a conformar. A mulher é estimulada a ser independente financeiramente, mas continua dependente do olhar masculino. A presença crescente do sexo talvez seja a diferença mais visível com relação ao conteúdo das revistas. De um lado, essa presença é índice das transformações ocorridas no campo das relações entre os sexos. E os anos 1990 trouxeram um chamamento à realidade por conta da Aids; algumas revistas responderam à altura. No entanto, por outro lado, o sexo se tornou ícone universal. Para as mulheres, esse ícone transferiu-se para o corpo físico (BUIIONI, 2009, p. 212).

A baixa presença do jornalismo informativo e a periodicidade, que normalmente é semanal ou mensal, dão caráter ideológico para este tipo de revista. As pautas restritas (moda, beleza, culinária, decoração, comportamento, celebridades etc.) e normalmente atemporais não favorecem a relação da mulher com o mundo. É como se existisse um “mundo das mulheres” e ele fosse criado para que elas permaneçam nesse espaço, fora do mundo universal e dos homens. Essas características do jornalismo feminino corroboram para a construção da imagem da mulher como um mito (BUIIONI, 2009).

O discurso de oposição entre homens e mulheres também é notado no jornalismo político (BIROLI, 2010) e de negócios (LEAL, 2017). Tanto Biroli quanto Leal encontraram exemplos de títulos de notícias questionando: “Política é coisa de homem?” e “Trabalho de homem?”. Nas duas notícias trazidas pelas pesquisadoras existe uma definição clara para a divisão de sexo do trabalho e do espaço cabível às mulheres.

Ao analisar material jornalístico sobre Heloísa Helena, Marta Suplicy e Dilma Rousseff¹⁷ em três revistas semanais para perceber como as mulheres políticas são

¹⁷ Essas mulheres foram escolhidas para análise por duas razões: i. eram as que mais apareciam nos noticiários da época (2006 a 2007); ii. e pelos cargos e importância política. Heloísa Helena era candidata a presidente da república pelo *Psol*; Marta Suplicy disputava para ser candidata ao governo do estado de São Paulo pelo *PT*; Dilma Rousseff (*PT*) era Ministra da Casa-Civil do Governo Lula.

representadas, Biroli (2010) identifica que, apesar das diferentes trajetórias e inserção na vida pública dessas políticas, elas se conectam no noticiário por um discurso comum sobre feminilidade e sobre as relações entre mulheres e política. Como um contraponto para o resultado da pesquisa, a cientista política também analisa a representação do ministro Márcio Thomaz Bastos¹⁸. A diferença na abordagem da figura do ministro e das três políticas é marcada por estereótipos.

Os enunciados que caracterizam esses quatro personagens têm três eixos temáticos: personalidade e feminilidade; corporalidade; e vida privada. No primeiro, Dilma é rotulada de “Dama de Ferro” e “durona, mas feminina”; Heloísa Helena como uma das poucas mulheres que gostam de política e com posicionamento de “cabra-macho”; Marta Suplicy é tachada de ministra do Turismo sexual e tem sua entrada na política associada ao prestígio político do seu marido; já o ministro Bastos é caracterizado de forma negativa, mas predomina a racionalidade e a astúcia do sujeito. Ele foi colocado ironicamente como uma pessoa econômica, por ter orientado decoradores a negociar preços para a compra de móveis para sua casa, mas gastado 11 mil reais em um tapete; e também como não ingênuo, por estar envolvido em escândalos políticos de corrupção. No eixo da corporalidade, o ministro não aparece. Já as três mulheres aparecem com notícias sobre: dieta, vestuário e características físicas do corpo das políticas. No último eixo, que aborda a vida privada, mais uma vez Bastos fica de fora e as mulheres têm a relação com a família exposta. Fala-se sobre os divórcios, os filhos, possíveis *affair* e idade das políticas.

Leal (2017), ao analisar o discurso de reportagens sobre carreiras nas revistas *Veja*, *Época* e *Você S/A Edição para Mulheres* entre 2010 e 2012, também identifica estereótipos, mas com algumas peculiaridades. Segundo Leal, nessas revistas aparece um discurso de valorização das características colocadas como sendo próprias para as mulheres, mas não para tratar do casamento ou maternidade. Agora as habilidades associadas ao feminino são vistas como diferencial na carreira. A partir dos pressupostos da socióloga marroquina Eva Illouz, Leal indica que vivemos em um “capitalismo afetivo”, no qual discursos e práticas emocionais moldam as práticas econômicas. Por essa razão, características como emotividade, empatia, capacidade de comunicação e a busca pelo “estilo de liderança feminino” passam a ser valorizados no mundo dos negócios.

Por outro lado, segundo Leal (2017), as revistas também alimentam o discurso de uma pedagogia de comportamentos e práticas de sociabilidade direcionado às mulheres. Desta

¹⁸ Já a escolha do ministro se deu por ter mesma porcentagem de visibilidade que as mulheres.

forma, é retratada a modalidade em que essas características ditas femininas podem ou não existir. Ou seja, para que as habilidades ditas femininas sejam capazes de potencializar carreiras, elas precisam ser controladas e submetidas a práticas de controle. De outra forma podem ser inadequadas e perigosas.

Ao analisar a representação do movimento feminista na *Folha de S. Paulo* em um período de quase 100 anos, Sarmento (2017) aponta como o jornal constrói a imagem da mulher da luta feminista. A análise feita por Sarmento se divide em três partes, a partir de três momentos do movimento feminista. Essa divisão permite ter uma percepção da representação do movimento a partir de suas pautas e do contexto social-político.

Na primeira etapa, que vai da década de 1920 a de 1950, os temas mais abordados são as questões que envolvem o voto feminino e o ativismo do movimento. Durante esse período, as feministas são representadas nos jornais por dois enquadramentos: i. as aceitáveis, que se preocupavam principalmente com questões da família – imagem semelhante à analisada por Leal (2017) nas revistas de negócios em que as características femininas são valorizadas apenas quando seus limites são controlados sob os ditames dos homens; ii. e as desviantes, mulheres que lutavam pelo direito de participação feminina nos espaços de decisão públicos e acabavam tachadas de “mulher-macho” (SARMENTO, 2017) - assim como também percebeu Biroli (2010) na representação das mulheres políticas brasileiras que só apresentam competência na política quando assumem posturas “masculinas”.

A segunda etapa, que vai de 1960 a 1989, apresenta resultado interessante por razão do momento político vivido no país, que passava pela ditadura militar. O sujeito do feminismo continua dual: de um lado as feministas organizadas e do outro as desviantes. As primeiras representam a organização do movimento no país e aparecem nos jornais como fontes e membros de diversos coletivos feministas; as últimas correspondem à representação do sujeito da mulher feminista como oposto não ao homem, mas à própria mulher: feministas são mulheres fora do padrão. Por fim, o último período vai da década de 1990 ao ano de 2016 e o sujeito da feminista aparece como individual e desviante. No primeiro, atrelado à internet, novos termos (feminismo 2.0) e atores (transsexuais) aparecem. No segundo, é retratada a oposição feminismo x feminilidade.

Os resultados dessas pesquisas sobre a invisibilidade e a representação estereotipada das mulheres na cobertura jornalística permitem algumas considerações. Assim como a feminização das redações não resulta em igualdade entre homens e mulheres jornalistas, um maior número de mulheres como fontes ou foco de notícias também não é certeza de igualdade. Ou seja, o problema não se reduz à inclusão ou exclusão no espaço de visibilidade;

atinge também as formas que as presenças de mulheres e homens têm sido representadas (BIROLI, 2010).

A ideia de que a ausência das mulheres nos noticiários acontece por serem elas minorias em espaços como a política, os esportes, como no futebol, ou o mundo dos negócios pode parecer razoável. Partir deste pressuposto é dizer que as fontes e personagens do jornalismo ali estão não por uma questão de gênero, mas por quem elas são nos seus campos de atuação. Este pensamento leva a uma ideia não só utópica de um jornalismo ideal, o que de fato não seria um problema, mas a uma ideia do jornalismo estanque, sem conflitos e contradições, estacionado em um tempo e sociedade inexistentes. Embora o jornalismo tenha suas próprias regras e critérios, ele não está imune às tensões e cobranças de outras áreas, como a política e a econômica; e, principalmente, não pode ser entendido deslocado do contexto social em que está inserido. Portanto, perceber a invisibilidade das mulheres desta perspectiva mais complexa é perceber seu caráter político. A questão central não é apenas a exclusão das mulheres, mas como essa exclusão acontece, já que a mulher bela, recatada e do lar não é invisibilizada pelo jornalismo¹⁹. Pelo contrário, essa imagem da “mulher domesticada” conquista destaque em revistas e jornais.

É importante reforçar que o jornalismo e a mídia de forma geral não são os únicos construtores e difusores dos estereótipos. Em um estudo para identificar como as mulheres percebem sua representação na mídia, Savietto (2015) entrevistou 237 mulheres de 15²⁰ nacionalidades. Contrário aos estudos acadêmicos que confirmam a desigualdade entre homens e mulheres nos noticiários, 27,7% das entrevistadas acreditam que homens e mulheres aparecem da mesma maneira como fonte nos noticiários e 36,2% acreditam que homens e mulheres aparecem igualmente em papéis de destaque nos noticiários. Embora o número de entrevistadas seja modesto, a partir dos dados apresentados por Savietto, é possível perceber a organização de retroalimentação dos estereótipos e mensagens que circulam pelo jornalismo. Para que o estereótipo se consolide, é preciso que o público o legitime.

2.2.2 Lado B: a resistência do jornalismo feminista

¹⁹ O termo “Bela, recatada e do lar” ficou conhecido após a publicação de uma reportagem da Revista Veja no dia 18 abr 2016. O centro da notícia era Marcela Temer, então esposa de Michel Temer. Marcela foi retratada como uma dona-de-casa, uma mulher empenhada em criar o filho e seguir o marido.

²⁰ Brasileiras (44), Estadunidenses (16), Chilenas (10), Mexicanas (10), Portuguesas (17), Polonesas (19), Francesas (25), Italianas (12), São-tomenses (14), Neozelandesa (30), Japonesas (10), Indianas (10), Iranianas (11), Israelenses (9)

Antes de iniciar o debate sobre a resistência do jornalismo feminista, é importante estabelecer a diferença entre o que aqui são denominados jornalismo feminista e jornalismo feminino²¹. O primeiro ponto importante para se considerar é que eles não são antagônicos. Buitoni (2009) esclarece que a imprensa feminina do século XIX pode ser dividida em duas vertentes: tradicional e progressista. A primeira é o *locus* do jornalismo feminino e tem como foco a vida e o cotidiano das mulheres. A segunda, na qual circula o jornalismo feminista, defende os direitos das mulheres (BANDEIRA, 2015).

O jornalismo feminista, uma vez que ligado ao comportamento das feministas, é identificado pelo destinatário como aquele política e socialmente engajado na busca de direitos e contestação do papel atribuído à mulher na sociedade. Ao passo que o jornalismo feminino vem pré-concebido como um segmento jornalístico mais atento à vida, ao cotidiano e aos anseios das mulheres (BUITONI, 1990), mas de mulheres “tradicionais”, inseridas e adeptas em suas condições de esposa, mãe, dona de casa ou profissional que se divide entre o lar e o trabalho (BANDEIRA, 2015, p. 198).

Duarte (2016), ao analisar 143 títulos de revistas e jornais, levantou questionamentos sobre a denominação do seu objeto estudado: imprensa para mulheres ou imprensa feminina? Apoiando-se em Buitoni, a pesquisadora aborda o conceito da imprensa feminina como aquela definida pelo sexo das suas consumidoras. Para esta reflexão da cobertura jornalística sobre as mulheres, os termos são adotados da seguinte maneira: a imprensa feminina é aquela definida pelo sexo das consumidoras e que se apresenta em duas vertentes, a tradicional e a progressista. A primeira, representada aqui pelo jornalismo feminino, abordado no tópico anterior; e a segunda, representada pelo jornalismo feminista, do qual trataremos com maior afinco neste momento. Contudo, compreendemos que, em determinados momentos da história, as diferenças entre essas duas modalidades do jornalismo são difusas e que algumas semelhanças permanecem.

Ainda que o jornalismo feminino contemporâneo seja massivamente criticado por estereotipar as mulheres, sua história também é de contribuições para elas, assim como o jornalismo feminista do passado contribui para a construção da imagem da mulher focada na família. Se, por um lado, a introdução de temas como a AIDS, pelo jornalismo feminino, contribui para a educação sexual e da saúde das mulheres, do outro, no início do jornalismo feminista, o seu “[...] discurso esteve sempre muito próximo a esforços com intuito de reforçar o papel da mulher enquanto mãe, esposa e dona de casa” (BANDEIRA, 2015, p.

²¹ Para uma leitura sobre as aproximações e distanciamentos do jornalismo feminino e do jornalismo feminista ver: BANDEIRA, 2015.

195). A imprensa feminina, em suas duas vertentes, é marcada por contradições (BUITONI, 2009).

O jornalismo feminista tem início em meados do século XIX e os primeiros periódicos brasileiros dirigidos e escritos por mulheres foram *Belona Irada contra os Sectários de momo* (1933-1934) e *Idade d'Ouro* (1833), fundados por Maria Josefa Barreto, na cidade de Porto Alegre. Também circulou pelo Rio de Janeiro os periódicos *A Filha Única da Mulher do Simplicio* (1832) e *Mineira no Rio de Janeiro* (1832). Segundo Duarte (2016, p. 22), “[...] o clima conturbado que dominava o país durante o período regencial levava também o 'segundo sexo' - quisessem ou não os homens - a tomar partido e eleger a política como tema prioritário”. Portanto, esses primeiros jornais não tratavam questões específicas de gênero.

O Jornal das Senhoras, criado por Joana Paula Manso de Noronha em 1852 (CASADAI, 2011; BUITONI, 2009; WOITOWICZ, 2010; DUARTE, 2016) é considerado o primeiro periódico feminista tanto por circular na corte, o que proporcionou maior visibilidade, como por tratar de questões relacionadas especificamente às mulheres.

Com o objetivo de 'propagar a ilustração' e cooperar 'para o melhoramento social e emancipação moral da mulher', trazia a bandeira que muitos dos periódicos que se seguem também vão ostentar: a reivindicação por uma instrução mais consistente para as meninas. Ao lado de notas sociais e comentários sobre moda e receitas, são estampados artigos clamando por melhores condições de vida. O leitor pretendido era a mulher, naturalmente, mas buscava-se o homem como forma de convencê-lo a aceitar (e apoiar) o novo quadro que se desenhava para os jovens (DUARTE, 2016, p. 22).

Outros periódicos feministas surgiram nesse período, como *O Domingo* (1874), *Jornal das Damas* (1874), *Myosotis* (1875), *Echo das Damas* (1879), *A Voz Feminina* (1900) (WOITOWICZ, 2010). Essas publicações defendiam os direitos das mulheres, com ênfase para a educação (BUITONI, 2009). Segundo Muzart (2003), uma das razões para o surgimento desses periódicos foi a “[...] necessidade de [as mulheres] conquistarem direitos. Em primeiro lugar, o direito à educação; em segundo, o direito à profissão e, bem mais tarde, o direito ao voto” (MUZART, 2003, p. 226). Muzart acrescenta que falar de educação para mulheres no século XIX significa educar para o casamento, tendo como consequência uma educação melhor para os filhos. Mas também inclui o direito de frequentar escolas²², do qual decorrem as lutas pelo direito à profissão e, no final do século, as lutas pelo voto a partir do sufrágio.

²² A primeira legislação autorizando abertura de escolas públicas femininas é de 1827. Antes disso as opções para a educação das mulheres se reduziam a conventos ou professoras particulares, que ensinavam mais sobre prendas domésticas (CASADAI, 2011).

Também durante todo o século XX propagam-se publicações semelhantes. Segundo Buitoni (2009), em 1920 é possível encontrar publicações anarcofeministas. Contudo, é apenas nas décadas de 1970 e de 1980 que o jornalismo feminista se consolida (BANDEIRA, 2015; WOITOWICZ, 2010). Uma das razões para esse fortalecimento é que o jornalismo feminista é reflexo do projeto do movimento feminista (CARDOSO, 2004) e durante esse período o movimento se fortalecia e começava a se apresentar de forma mais organizada.

É a partir da necessidade de instaurar o diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista busca seu fortalecimento e representatividade, organizando-se de forma mais sistemática, levantando bandeiras específicas e se somando à resistência à ditadura militar. Neste período, em que a imprensa alternativa atuou como uma importante aliada para a conscientização de diferentes setores da sociedade, surgem as publicações do movimento feminista, que discutiam aspectos e tendências do movimento a partir de temáticas como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para as mulheres, condições de trabalho, violência, entre outros (WOITOWICZ, 2010, p. 89)

Como resposta à censura, principalmente durante o período da ditadura militar (1964-1984), surgem e findam 150 periódicos resistentes ao regime (KUCINSKI, 1991). A insatisfação dos jornalistas da grande mídia com a censura e as demissões em massa; a viabilização de impressão a baixo custo (*Xerox*, *Offset*, *Fax*) e a percepção do fracasso das lutas armadas (MENDES, 2011) foram algumas das razões para o surgimento do que mais tarde passou a se chamar de imprensa alternativa. O movimento feminista, que já percebia desde cedo a necessidade de criar um discurso próprio e contra-hegemônico, também se fortalece neste período, juntando-se à luta contra a censura e se instituindo como meio de educação, informando sobre as pautas do movimento e, principalmente, buscando a construção de uma identidade social das mulheres (WOITOWICZ, 2010; 2012)

A produção do jornalismo feminista do período que vai de 1974 a 1980²³ é caracterizada por tiragens reduzidas, equipe de produção formada por voluntários, recursos reduzidos e o conteúdo engajado nas causas feministas (WOITOWICZ, 2010). Já o conteúdo desta produção é marcado pelo debate dualista entre “questões da mulher” e “questões gerais”; feminismo liberal e feminismo marxista ortodoxo; por reivindicações de ações públicas que coloquem as mulheres e os homens em patamar de igualdade, pela autonomia

²³ Ao tratar sobre a imprensa feminista brasileira pós-1974, Cardoso (2004) a divide em duas gerações a partir das suas características e período de produção. Assim, ela considera o período entre 1974 e 1980 como a primeira geração da imprensa feminista; e o período de 1981 a 1999 como a segunda geração. Por abordar um período mais amplo, no esforço de revisar a história da imprensa feminista, a divisão não será adotada. Mas, utiliza-se a divisão temporal para caracterizar o jornalismo feminista.

partidária e pelo combate à ditadura (CARDOSO, 2004). *Nosotras* (1974) e *Brasil Mulher* (1975) são alguns exemplares deste período.

Ainda são percebidas algumas relações entre o jornalismo feminino e o feminista durante os anos 1970 e em 1980 no que diz respeito à temporalidade. Essas produções são marcadas por notícias e informes atemporais. Por um lado, devido às publicações femininas serem mensais e, em poucos casos, semanais, a informação era tratada atemporalmente para ser interessante sua leitura por um grande período. Por outro, o jornalismo feminista encontrava, assim como grande parte da imprensa alternativa, dificuldade de manter publicações com periodicidade regular. Contudo, as publicações feministas (inclusive os periódicos científicos feministas) foram e ainda são “[...] um lugar de resistência e construção de identidades, uma vez que o discurso projetado nos veículos constitui também um fazer/agir do feminismo, que conquista espaço na esfera pública a partir de suas estratégias de visibilidade” (WOITOWICZ, 2010, p. 109).

Os anos de 1980 e 1981 marcam uma cisão no movimento feminista, que repercute no jornalismo. Acontecia nesses anos o II e o III Congresso da Mulher Paulista, na cidade de São Paulo. Os partidos de esquerda perceberam no II Congresso, que mobilizou cerca de 4 mil pessoas, o potencial para conquista de força política e de convencimento das mulheres de que o feminismo era separatista, contrário aos ideais de uma sociedade mais justa para todos (CARDOSO, 2004). Do outro lado, as feministas se organizaram para que o Congresso focasse nas questões específicas das mulheres e não fosse usado para promover propostas político-partidárias. Ainda assim, lideranças do PC, do PC do B e do PMDB compareceram no evento e usaram da força física para impor suas ideias e valores (CARDOSO, 2004). No Congresso seguinte, o embate continua: o grupo de esquerda MR-8 defendeu a proibição de lésbicas no congresso e o PC do B realizou outro Congresso na mesma data com intenção de esvaziar o III Congresso (CARDOSO, 2004).

Esses dois eventos foram palco da ruptura do movimento feminista com os partidos de esquerda e com as questões de classe. E inauguram uma nova fase no movimento feminista, em que prevaleceram o conceito de gênero, a abertura de entidades feministas autônomas e o aprofundamento dos temas específicos da mulher (CARDOSO, 2004, 69).

Os anos de 1980 e de 1990 marcam o período de redemocratização do país. Acompanhando as transformações políticas, econômicas e sociais, o movimento feminista passa a militar a partir de temas segmentados e “[...] através da profissionalização decorrente da institucionalização do movimento em organizações não-governamentais” (WOITOWICZ, 2012, p. 2). São desse período jornais como *Fazendo Gênero* (1997), do grupo Transa do

Corpo (Goiânia); *ChanacomChana* (1981), do Grupo Lésbico-Feminista; *Fêmea* (1992), do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Brasília); *Jornal da Rede Feminista de Saúde* (1999-2006), da Rede Feminista de Saúde (Porto Alegre); e *Folha Feminista* (1999-2010), da Sempreviva Organização Feminista (São Paulo).

A produção desse momento também é caracterizada pela falta de periodicidade, de profissionais da comunicação e a dificuldade financeira (WOITOWICZ, 2012). As mudanças aparecem no conteúdo das produções, que passam a enfocar as questões de gênero e a segmentação por temas específicos, tais como violência, saúde, sexualidade, educação e pressão política para as causas feministas (CARDOSO, 2004). Segundo Cardoso (2004), essa segmentação favorece o surgimento de inúmeros títulos feministas.

O século XXI, mais especificamente no início dos anos 2000, marca algumas conquistas dos movimentos feministas. Nesse período, surge a Secretaria de Políticas para as Mulheres e também é aprovada legislação de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, a Lei Maria da Penha (SARMENTO, 2017). Segundo Matos (2010), esse momento também configura uma nova mudança no movimento feminista brasileiro, o que caracteriza a “quarta onda”. Quatro aspectos demonstram essa nova onda:

- 1) da institucionalização das demandas das mulheres e do feminismo, por intermédio da entrada (parcial) delas no âmbito do Poder Executivo e Legislativo destes países;
- 2) da criação de órgãos executivos de gestão de políticas públicas especialmente no âmbito federal (mas também, no Brasil, de amplitude estadual e municipal);
- 3) da consolidação no processo de institucionalização das ONGs e das redes feministas e, em especial, sob a influência e a capacidade de articulação e financiamento do feminismo transnacional e da agenda internacional de instituições globais e regionais (United Nations Development Fund for Women, United Nations Children’s Fund, Organização Internacional do Trabalho, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer, Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, entre outras) referidas aos direitos das mulheres;
- 4) uma nova moldura teórica (*frame*) para a atuação do feminismo: trans ou pós-nacional, em que são identificadas uma luta por radicalização anticapitalista e uma luta radicalizada pelo encontro de feminismos e outros movimentos sociais no âmbito das articulações globais de países na moldura Sul-Sul (MATOS, 2010, p. 80).

Outro fator de mudança é a internet, que, desde os anos 1990, é uma ferramenta importante para o movimento feminista (ALVAREZ, 2014). Alvarez afirma que as redes e os meios sociais têm papel importante na popularização do feminismo. Maia (2007, p. 55) reforça que “[...] a internet facilita a operacionalização de formas variadas de participação em âmbitos distintos – no nível local, nacional e transnacional”. A popularização e a facilidade oportunizadas pela internet também impulsionam publicações diversas de jornais e revistas online. Uma das características perceptíveis do jornalismo feminista deste período são as iniciativas de jornalistas profissionais envolvidas em projetos online.

Em 2013, a jornalista Juliana de Faria cria a ONG Olga²⁴ e, dentre as preocupações da organização, está a elaboração de um Minimanual do Jornalismo Humanitário, que é disponibilizado online e gratuitamente. Segundo o site, o manual reúne dicas para jornalistas e veículos, que pretendem o exercício do jornalismo sem preconceitos. Assim, o manual se divide em 5 tópicos: Violência Contra a Mulher; Pessoas com Deficiência; Racismo; Estereótipos Nocivos; LGBT.

Em 2015, um grupo de jornalistas lança o site *Maria Pauteira*²⁵. A *Maria Pauteira* publica reportagens sobre os temas: diversidade de gênero, direitos das mulheres, ecologia e sustentabilidade, igualdade racial, acesso à cultura, saúde e educação, segurança pública, direitos dos idosos e pessoas com deficiência. Também nesse ano, jovens mulheres de 19 a 25 anos, entre elas algumas estudantes e outras já jornalistas formadas, criaram a revista online e independente *Capitolina*²⁶, voltada para o público jovem. Segundo as informações do site, a revista se dispõe a estabelecer diálogo com seu público, sendo acessível e interessante de forma inclusiva e sem restrições de classe social, raça, orientação sexual e aparência física.

Em 2016, surgem o *Portal Catarinas*²⁷ e o *Gênero e Número*²⁸, que revelam características ainda mais expressivas do jornalismo feminista contemporâneo. O primeiro, embora não seja diário, publica notícias conectadas ao tempo presente. Algumas das notícias não poderiam ser publicadas no mês seguinte, porque elas tratavam de acontecimentos do momento. Esse fato mostra que pelo menos no jornalismo feminista existe a preocupação com notícias que sejam do dia e que liguem a mulher ao vivenciado no instante. Do outro lado, o *Gênero e Número*, iniciativa de jornalismo de dados, também oferece cursos e eventos de formação para capacitar tanto o público como outros jornalistas. O que indica não só a intenção pedagógica junto ao público, mas de formação e continuidade de um jornalismo que rompe com pensamentos de exclusão, principalmente da mulher.

2.3 As pesquisadoras da Comunicação e do Jornalismo²⁹

Segundo estudo da Unesco, a participação das mulheres em instituições de educação superior vem crescendo significativamente desde a década de 1970 em países da América

²⁴ **Think Olga:** <http://thinkolga.com/>

²⁵ **Maria Pauteira:** <http://www.mariapauteira.com.br/>

²⁶ **Capitolina:** <http://www.revistacapitolina.com.br/>

²⁷ **Portal Catarinas:** <http://catarinas.info/>

²⁸ **Gênero e Número:** <http://www.generonumero.media/>

²⁹ A metodologia e as fontes utilizadas para encontrar os dados sobre as pesquisadoras se encontram no capítulo 3.

Latina, Ásia e Europa Ocidental (LETA, 2003). No Brasil, a expansão da comunidade científica é recente. Eram poucas as instituições voltadas para a ciência até a metade do século XX e só na década de 1960, com a edição do Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional, a questão científica surge como preocupação fixa no planejamento nacional (LETA, 2003).

Embora as universidades brasileiras tenham história recente, as mulheres começam a ingressar em cursos de graduação e pós-graduação já nas décadas de 1980 e 1990. Contudo, segundo a pesquisadora e professora de Bioquímica Médica Jacqueline Leta (2003, p. 274), “[...] a falta de dados sistemáticos no Brasil sobre a formação e o perfil dos recursos humanos na educação superior e na ciência, assim como a falta de dados sobre o financiamento do setor dificultam muito a contextualização dessa discussão”. Para contornar a dificuldade encontrada, Leta (2003) usa os dados da evolução do número de estudantes do sexo feminino matriculadas na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como ferramenta ilustrativa do crescimento das mulheres na academia, com foco em cursos considerados tradicionalmente como de ocupação de homens. Em 1977, as mulheres representavam 35% da turma de Medicina da UFRJ e, em 1990, 62%; no curso de Engenharia Civil, em 1977, elas eram 12,3% da turma e em 1990, representavam 21,7%. “Essa tendência sugere que em futuro não muito distante, profissões de maior reconhecimento, mais bem remuneradas e de maior status social contarão com expressiva e/ou majoritária presença feminina” (LETA, 2003, p. 274).

Na década de 2000, as mulheres passam a representar maior número no total de inscritos nas universidades brasileiras. Constituem 56,3% do total de matriculados (3.030.754) e 62,4% do total de concluintes em 2001 (LETA, 2003); representam, aproximadamente, 57% dos matriculados em 2009 (BARRETO, 2014); continuam como maioria em 2012: dos 7.037.680 estudantes, 4.028.429 são mulheres (BARRETO, 2014). Segundo Barreto (2014), a partir de dados coletados no Censo da Educação Superior, no Questionário Socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e no Diretório de Grupos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), no ano de 2012, 65% dos alunos matriculados nos cursos de Jornalismo são mulheres e 35% homens – Barreto (2014) não especifica o número total de alunos matriculados.

O crescente número de mulheres como alunas em cursos de graduação e pós-graduação reflete no quadro de docentes mulheres nas universidades. Para ilustrar o acesso das mulheres como professoras universitárias e como pesquisadoras, Leta (2003) apresenta dados de admissão de docentes, no período de 1930 a 2003, da Universidade de São Paulo

(USP)³⁰, e dados da distribuição de bolsas concedidas por agências de governo que financiam o setor, como o CNPq. Na docência, a autora percebe picos de contratações durante as décadas; e que a contratação de homens e mulheres no quadro de docentes da USP, durante as décadas de 1960 e 1970, apresenta desigualdade elevada. A mudança do cenário começa nas décadas seguintes, por ser exigida maior titulação acadêmica e por serem as mulheres a maioria entre concluintes da graduação e pós-graduação. Ao observar a evolução do sexo dos pesquisadores brasileiros cadastrados, Leta (2003, p. 276) percebe uma tendência de crescimento e que as mulheres estão assumindo também “[...] posições de pesquisadores (associados ao grupo de pesquisa) e pesquisadores-líderes (são os coordenadores/responsáveis pelo grupo de pesquisa) nos grupos de pesquisa”. A conclusão é de que as mulheres se inserem no ambiente universitário não só como estudantes, mas também como atrizes de maior reconhecimento e qualificação hierárquica.

Na comunicação, segundo os dados fornecidos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)³¹, existem 135 bolsas de produtividade em vigência. Dessas, 68 são de mulheres e 67 de homens. Os dados apresentados, dessa forma, não demonstram a desigualdade de gênero na distribuição das bolsas. Ao observar os dados discriminados pelo nível das bolsas, é possível visualizar a disparidade entre pesquisadores homens e mulheres. Das 12 bolsas nível 1A, apenas três são de pesquisadoras, quais sejam: Raquel Paiva de Araujo Soares (UFRJ), Maria Immacolata Vassallo de Lopes (USP) e Maria Lucia Santaella Braga (PUC-SP), enquanto que, no nível 2, das 84 bolsas produtividade, 44 são de mulheres.

Dentre esses 135 pesquisadores que recebem bolsa produtividade (níveis 1A, 1B, 1C, 1D e 2), apenas três pesquisadores se dedicam a tema relacionado a gênero e Jornalismo³². Bruno Souza Leal (UFMG), Carlos Alberto de Carvalho (UFMG) e Carlos Magno Camargo Mendonça (UFMG). Todos pesquisam questões da homossexualidade e Carvalho também pesquisa sobre violência contra mulheres. Os pesquisadores que trabalham Comunicação e gênero são: Esther Império Hamburger (USP) e Ana Carolina Escosteguy (PUC-RS), no nível 1D; e Veneza Mayora Ronsini (UFMS), Mariana Baltar Freire (UFF), Liv Rebecca Sovik (UFRJ), Felipe da Costa Trotta (UFF), Denilson Lopes Silva (UFRJ), Denise da Costa Oliveira Siqueira (UERJ) e Adriana Andrade Braga (PUC-RJ), no nível 2.

³⁰ Leta (2003) justifica a escolha da USP por ser ela a maior universidade pública do país e responsável por cerca de 25% da produção científica brasileira.

³¹ Informações retiradas do site <<http://www.cnpq.br/web/guest/bolsistas-vigentes>>. Acesso: 26 nov 2017

³² A partir das informações do resumo no Lattes, foi possível identificar quais pesquisadores identificam que trabalham com questões de gênero (masculinidade, feminilidade, sexualidade, homossexualidade, etc.).

Fica visível que as pesquisadoras têm conquistado espaço e vêm se inserindo no meio científico recebendo financiamento para pesquisa, contudo, elas ainda são minoria no topo hierárquico. Leta (2003) adverte que as mulheres eram 28,5% do total da população economicamente ativa em 1996, com vinte anos ou mais, nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Ao cruzar esse dado com o número de mulheres docentes do quadro da USP em 2003 (34%), Leta (2003, p. 276) conclui que “[...] as mudanças e inserção real da mulher no mercado de trabalho, que inclui o setor de ciência e tecnologia, ainda não aconteceram de fato em nosso país”.

Para dimensionar a presença quantitativa³³ das mulheres na pesquisa da Comunicação, é elaborado um perfil do sexo dos pesquisadores a partir dos dados recolhidos no levantamento de dissertações e teses (1972-2015). O perfil do sexo dos pesquisadores da Comunicação é aqui apresentado em dois subtópicos. O primeiro expõe os dados dos pesquisadores da Comunicação e uma rápida menção as pesquisadoras da Comunicação que abordam o feminismo e gênero. O segundo, dos pesquisadores que estudam o Jornalismo e as pesquisadoras do Jornalismo que abordam o feminismo e gênero..

2.3.1 As pesquisadoras na Comunicação

Embora não seja um campo tachado como feminino, como acontece com algumas profissões e áreas do conhecimento, a Comunicação, desde o início dos programas de Pós-Graduação, teve a presença das mulheres de forma significativa.

A primeira tese defendida na USP, em 1972, obedecia ao modelo em que o autor apresenta pesquisa sem precisar cursar disciplinas. Trata-se de *Enterramentos de Cabeça da Cultura Nasca*, da pesquisadora Vera Penteado Coelho. Em 1973, Lucia Santaella defendeu sua dissertação na PUC-SP. Em 1974, Maria Thereza de Almeida defendeu sua dissertação na UFRJ. Em 1975, já no modelo em que é necessário cursar disciplinas para obtenção do título de mestre e doutor, Cremilda Medina e Zuleica Ferrari defenderam suas dissertações e Heliodora Mendonça a sua tese, todas da USP. As mulheres também apareciam como orientadoras já na década de 1970, a exemplo de Francesca Cavalli, que orientou a dissertação de Neide Martins em 1977 na USP. Na década de 1980, as mulheres também aparecem como pioneiras. A primeira dissertação defendida na UMEP foi em 1981, por Cícilia Peruzzo.

As mulheres também se fizeram presente nas organizações do campo. A reunião de início da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM),

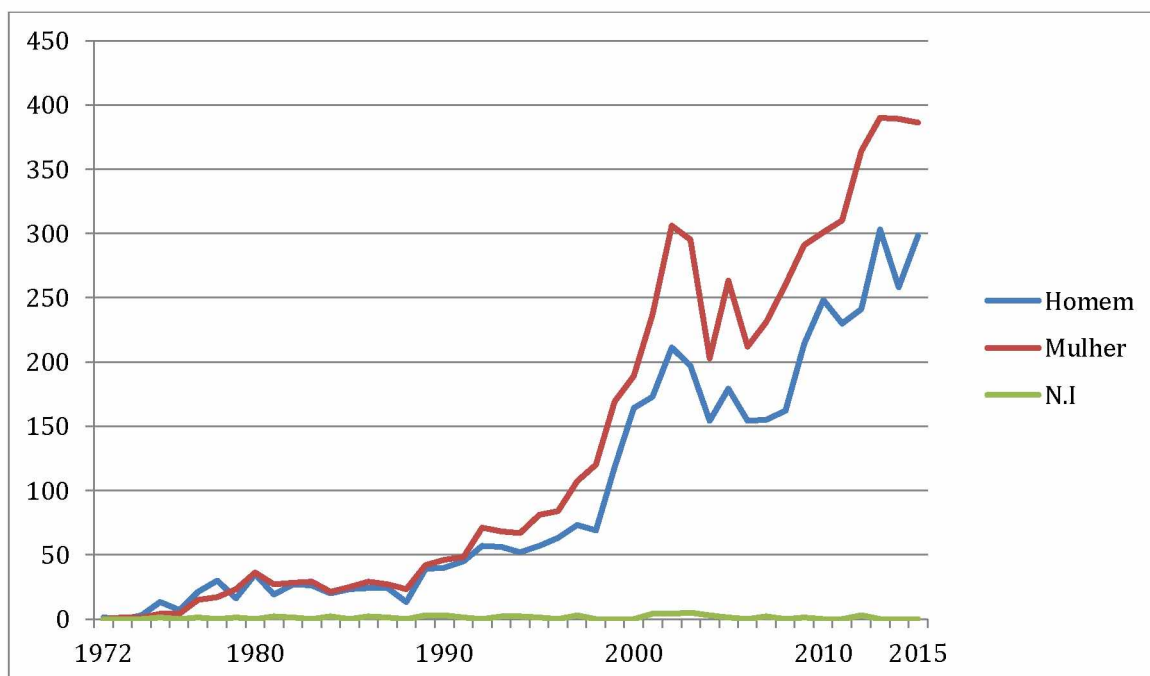
³³ Para ler sobre a contribuição das pesquisas de mulheres para a Comunicação ver: MELO, 2010

realizada em 1977 na sala dos professores da Cásper Líbero, contou com a presença das pesquisadoras Angela Cassiano, Lourdes Tiago Neves e Maria Luiza Bretas. A presença das mulheres na Intercom também é marcante na presidência da sociedade. Já passaram pelo cargo: Anamaria Fadul (1983-1985); Margarida Maria Krohling Kunsch (1987-1989 e 1991-1993); Maria Immacolatta Vassalo Lopes (1995-1997); Cicilia Maria Krohling Peruzzo (1999-2002); Sonia Virgínia Moreira (2002-2005). Atualmente, a presidente da Intercom é Marialva Carlos Barbosa (2014-2017).

Em 20 anos da premiação Luiz Beltrão (INTERCOM), as mulheres foram premiadas oito vezes: 2004 – Profa. Dra. Ana Arruda Callado (UFRJ); 2006 – Profa. Dra. Adísia Sá (UFC); 2008 – Profa. Dra. Marialva Barbosa (UFF); 2010 – Profa. Dra. Lucia Santaella (PUC-SP); 2012 – Profa. Dra. Isabel Lustosa (FCRB); 2013 – Profa. Dra. Maria Aparecida Baccega (ESPM); 2014 – Profa. Dra. Maria Cristina Gobbi (Unesp); 2017 - Profa. Dra. Doris Haussen (UFRGS). Contudo, é interessante observar que, das seis premiações da Intercom (EXPOCOM, Prêmio Luiz Beltrão, Freitas Nobre, Francisco Morel, Vera Giangrande e Troféu José Marques de Melo), apenas uma tem nome de mulher.

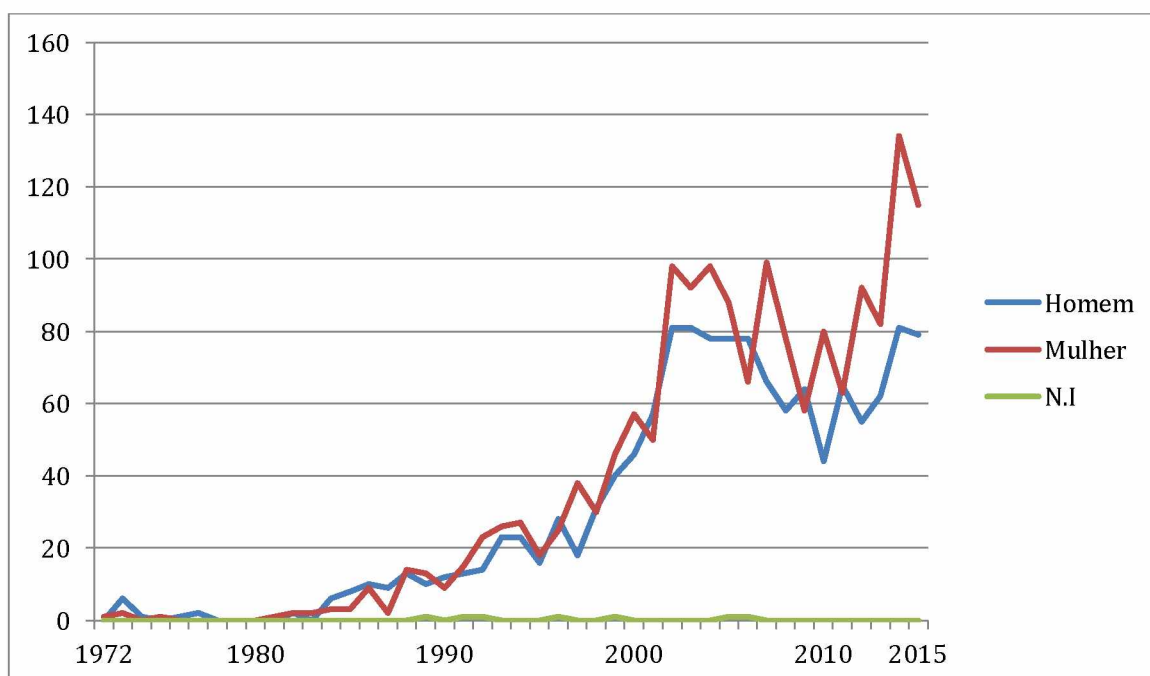
As mulheres são maioria entre as autoras de dissertações desde a década de 1980 e como autoras de teses desde a década de 1990. Contudo, como demonstra os **Gráficos 1 e 2**, na somatória dos níveis (mestrado e doutorado), as mulheres já representavam a maioria desde a década de 1980; na 1970, representavam 40,58% da produção de teses e dissertações, o que significa que em nenhum momento da história da pesquisa da Comunicação as mulheres estiveram ausentes em número. Em números gerais, elas defenderam 5.840 dissertações e 1.660 teses. As pesquisadoras também são maioria em todas as regiões do país, quando somada a produção total de cada localidade. Elas representam 66,66% dos pesquisadores do Norte; 60,80% do Sul; 57,36% do Centro-Oeste; 56,03% do Sudeste; e 54,27% do Nordeste.

Gráfico 1 - As mulheres na pesquisa da Comunicação (Dissertação)



Fonte: Autora

Gráfico 2 - As mulheres na pesquisa da Comunicação (Tese)



Fonte: Autora

Entre as universidades mais bem avaliadas pela CAPES em 2015, as mulheres também são maioria, com exceção do nível de doutoramento da Unisinos. Na UFMG, 60,28% das dissertações e 60,78% das teses foram defendidas por mulheres; na UFRJ, o mesmo ocorre com 54,66% das dissertações e 52,25% das teses; na Unisinos, com 56,90% das dissertações e

48,61% das teses. As 10 universidades em que as mulheres aparecem como maioria no somatório de dissertações e teses são:

Quadro 1 - Os 10 programas em que as mulheres são maioria (dissertação e teses)

Programas/IES	%
Mídia e Cotidiano (UFF)	86,66%
Comunicação (UFSM)	73%
Jornalismo (UEPG)	71,42%
Comunicação (UCB)	71,18%
Profissional em Jornalismo (UFPB)	70,58%
Comunicação (UFPI)	68,96%
Comunicação (UFG)	68,57%
Comunicação Social (PUC-RJ)	68,46%
Comunicação, Cultura e Amazônia (UFPA)	66,66
Ciências da Comunicação (UFAM)	66,66

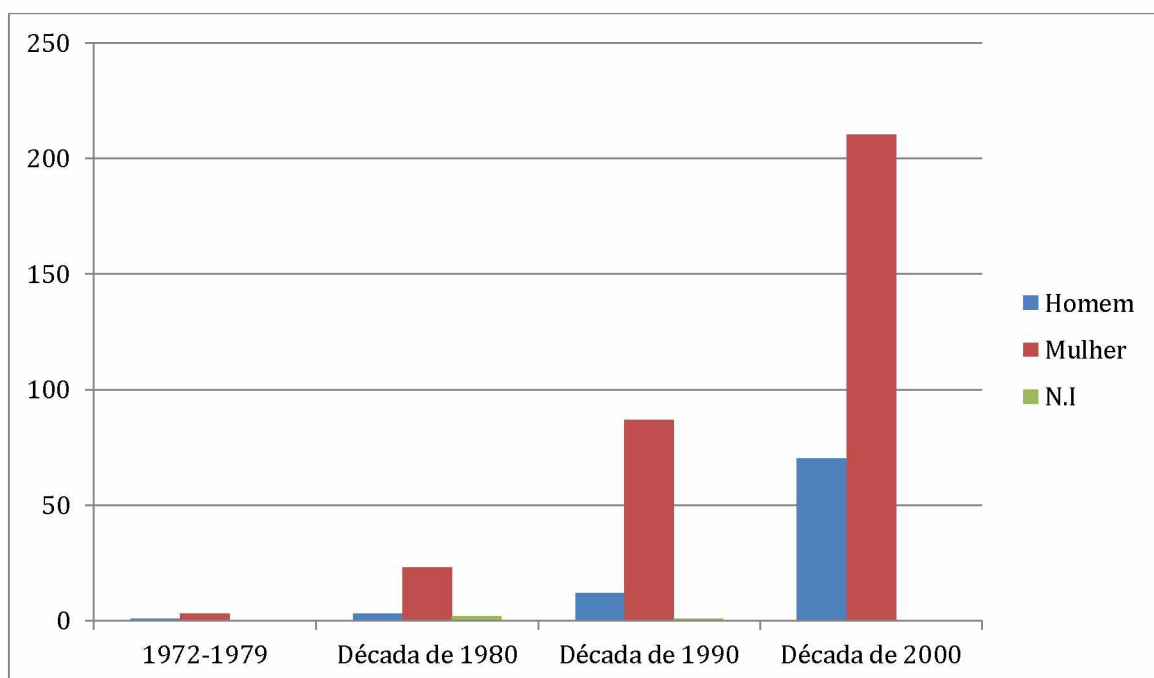
Fonte: Autora

As únicas universidades em que a somatória de teses e dissertações apresenta menos de 50% de mulheres são: FCL (32,25%), no programa de Comunicação e Mercado; UFSCar (35,48%); USCS (38,15%); UAM (41,09%); USP, no programa de Meios e Processos audiovisuais (43,18%); UFS (43,75%); FCL, no programa de Comunicação (44,76%); UFPR (49,05%); e UFBA (49,72%).

Dos 48 programas de Mestrado, as mulheres são minoria nas seguintes universidades: UFS (9 homens e 7 mulheres); UFPR (27 homens e 26 mulheres); FCL, no programa de Comunicação (116 homens e 94 mulheres) e no de Comunicação e Mercado (21 homens e 10 mulheres); UAM (86 homens e 60 mulheres); UFSCar (40 homens e 22 mulheres); e USP, no programa de Meios e Processos audiovisuais (32 homens e 28 mulheres). O programa da UFES teve apenas uma dissertação defendida por um homem.

No doutorado, dos 17 programas, elas estão em menor número nos programas da UFBA (59 homens e 42 mulheres); UNISINOS (74 homens e 70 mulheres); UNICAMP (49 homens e 41 mulheres); USP, no programa de Meios e Processos audiovisuais (18 homens e 10 mulheres). O doutorado da UERJ teve apenas uma tese defendida por um homem. No total, as mulheres representam 54,85% das teses defendidas, o que pode significar um crescimento no número de docentes em um futuro próximo, tendo em vista que as pesquisas acadêmicas no Brasil acontecem quase que restritamente nas universidades.

Gráfico 3 – As mulheres que pesquisam a mulher e gênero na Comunicação (Dissertações e Teses) – 1972 a 2015



Fonte: Autora

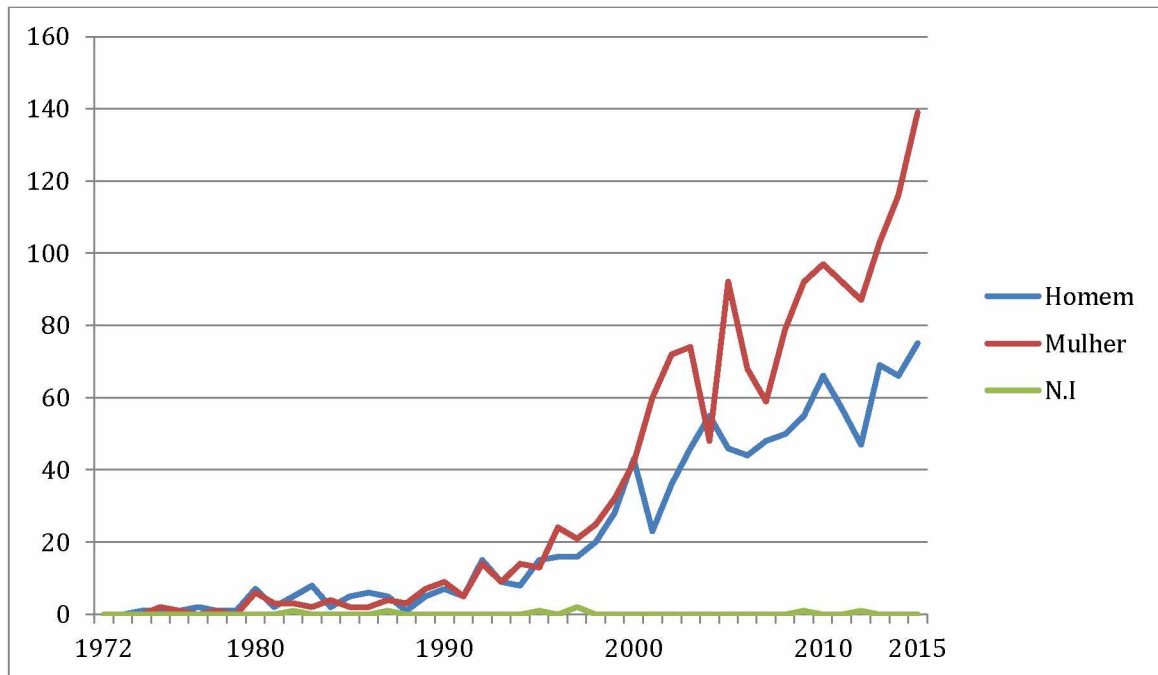
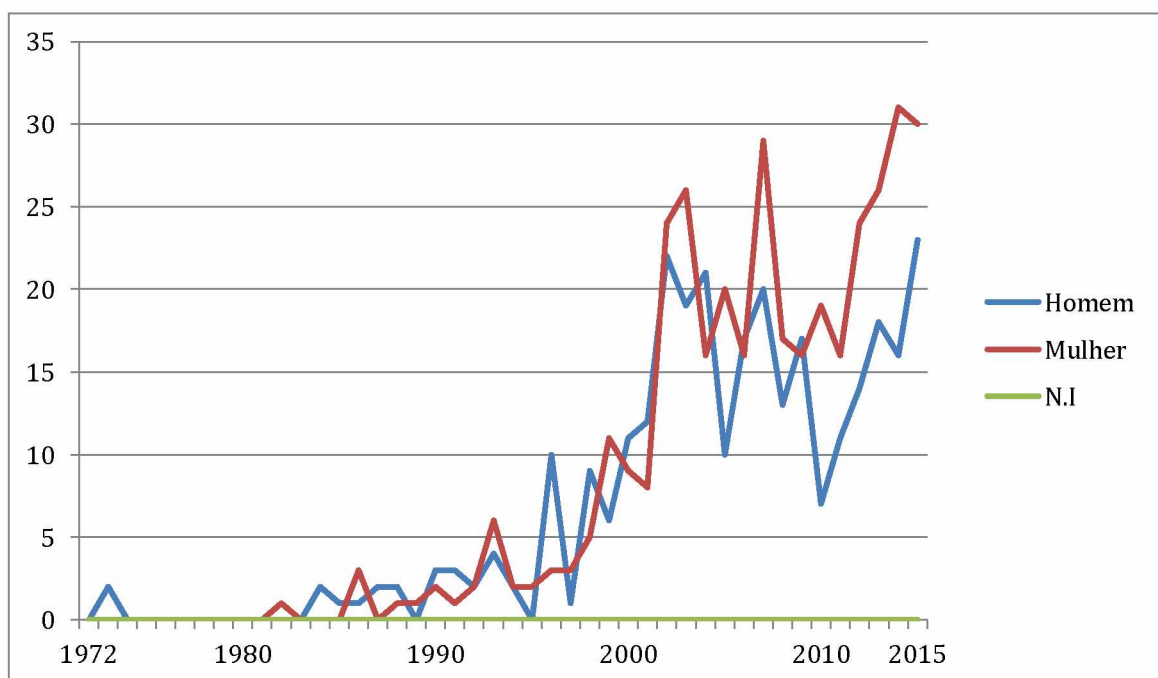
Esses dados, apresentados como forma de localizar a mulher na pesquisa em Comunicação, corroboram para afirmar que, desde o início da pesquisa acadêmica em Comunicação, a mulher foi numericamente significativa, participando como pós-graduanda, orientadora e idealizando e organizando associações. Também é perceptível a presença majoritária das mulheres quando se trata de pesquisas que tematizam a comunicação e os estudos de gênero ou feminista.

2.3.2 As pesquisadoras no Jornalismo

Acompanhando o movimento das pesquisadoras da Comunicação, na subárea do Jornalismo, as mulheres também se fizeram presentes desde cedo. Cremilda Medina (USP) e Zélia Leal Adghirni (UNB) são algumas das pesquisadoras referência. No que diz respeito às organizações específicas do jornalismo, as mulheres assumiram cargos de presidência com regularidade. Dos cinco presidentes da Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPjor), três foram mulheres (dos últimos quatro mandatos): Dione Moura (UNB), de 2011 a 2013; Cláudia Lago (USP), de 2013 a 2017 (dois mandatos); e a atual presidente Monica Martinez (Uniso), que fica no cargo até 2019, ano da próxima eleição. Os quatro primeiros mandatos foram exercidos por Elias Machado (2003-2007) e Carlos Franciscato (2007 -2011).

O mesmo que acontece na INTERCOM e suas premiações, acontece com a SBPjor. A premiação da associação se chama Adelmo Genro Filho e oferta prêmios nas categorias Sênior, Doutorado, Mestrado e Iniciação Científica. Em 11 anos, a categoria Sênior premiou cinco mulheres: Cremilda de Araújo Medina (USP/2017); Dulcília Schroeder Buitoni (USP / ESPM/ 2016); Zelia Leal Adghirni (UnB/2014); Graça Caldas (Umesp/2012); e Christa Berger (Unisinos/2007). Em 12 anos, a categoria Doutorado premiou também cinco mulheres: Ana Beatriz Magno (UnB/2015); Hebe Maria Gonçalves de Oliveira (Unisinos/2011); Débora Cristina Lopez (UFBA/2010); Carla Andrea Schwingel (UFBA/2009); e Suzana Barbosa (UFBA/2008). No mesmo período, a categoria Mestrado foi a que mais premiou mulheres, foram 9: Liliane Nascimento Feitoza (UFS/ 2017); Livia de Souza Vieira (UFSC/2015); Ana Paula Lückman (UFSC/2014); Joana Brandão Tavares (UFSC/2013); Juliana Fernandes Teixeira (UFSC/2012); Márcia Veiga da Silva (UFRGS/2011); Marta Eymael Garcia Scherer (UFSC/2009); Carina Andrade Benedeti (UnB/2007); e Leila Nogueira (UFBA/2006). Por fim, a categoria Iniciação Científica laureou sete mulheres: Raiana Soraia de Carvalho (UFC/2015); Carina Mersoni (Unisinos/2012); Rozana Ellwanger (UNISC/2010); Gabriela Zago (UCPEL/2009); Gabriela Jardim Rocha (PUC-MG/ 2008); Elaine Aparecida Manini (UFSC/2007); e Carolina Adolfo De Carvalho (UFSM/2006).

Para além da participação da mulher, também se percebe que nenhuma das pesquisadoras do Jornalismo conseguiu legitimidade suficiente para ter uma premiação com seu nome. A entrada das mulheres na pesquisa em Jornalismo é um pouco mais lenta que na Comunicação de forma geral. Conforme demonstrado nos **Gráficos 4 e 5**, é apenas na década de 1990 que elas passam a ser maior número.

Gráfico 4 – As mulheres que pesquisam Jornalismo (Dissertações) - 1972 a 2015**Fonte:** Autora**Gráfico 5 – As mulheres que pesquisam Jornalismo (Teses) - 1972 a 2015****Fonte:** Autora

Os trabalhos sobre jornalismo feitos por mulheres somam 370 teses e 1.526 dissertações, o que representa 58,86% do total. Nota-se que no início das pesquisas sobre

jornalismo na pós-graduação, até 1989, as mulheres apresentaram 41,44% das dissertações e teses. A participação feminina aumenta na década de 1990, com 52,72% dos trabalhos. Tal situação segue como tendência nos anos 2000, com 58,77% dos trabalhos, e 2010, com 62,40% dos trabalhos. Embora só tenha ultrapassado o número de pesquisadores na década de 1990, as pesquisadoras do Jornalismo em nenhum momento da história foram numericamente ausentes. A diferença máxima alcançada foi de 9 pesquisadores homens para 4 pesquisadoras mulheres, entre 1972 e 1979. Nas dissertações, elas ultrapassam os pesquisadores na década de 1990; nas teses, na década de 2000.

As mulheres passam a ingressar na profissão de jornalista de forma significativa a partir da década de 1980; na de 2000, ultrapassa o número de colegas do sexo masculino em alguns setores, como o de Revistas. Em 2012, elas representavam 63% dos profissionais do Jornalismo. Na graduação, em 1987, elas já representavam 60% dos formandos e, em 2012, eram 65%. Levando em consideração esses números e os dados sobre as pesquisadoras, pode-se concluir que o número de mulheres na pesquisa acompanha a presença feminina no mercado da prática e na graduação. Também é razoável concluir o crescimento de mulheres na docência (a pesquisa perfil indicava que 50% das respondentes que atuavam na docência em 2012 eram mulheres) (MICK; LIMA, 2012).

As mulheres aparecem como maioria na autoria das pesquisas que abordam o jornalismo em todas as regiões do país, quando somada a produção total dos 43 anos analisados. Elas são 65,47% dos pesquisadores do Centro-Oeste; 60,88% do Nordeste; 70% do Norte; 60,25% do Sul; e 57,35% do Sudeste. Proporcionalmente, as mulheres são maioria nos seguintes programas:

Quadro 2: Os programas em que a mulher é maioria como autoras de pesquisas sobre o Jornalismo

Programas/IES	%
Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB)	78,12%
Comunicação (UFPI)	73,68%
Comunicação (UFSM)	73,17%
Comunicação (UFG)	72,72%
Comunicação Social (PUC-RJ)	72,41%

Jornalismo (UEPG)	73,17%
Profissional em Jornalismo (UFPB)	70,58%
Comunicação (UFMS)	66,66%
Comunicação e práticas de consumo (ESPM)	66,66%
Comunicação (UNISO)	66,66%

Fonte: autora

Os programas da UCB (7 dissertações), UFPA (3 dissertações) e UFF (5 dissertações), no programa de Mídia e Cotidiano, tiveram todos os trabalhos defendidos por mulheres. Não ocorreu de algum programa ter todos os trabalhos defendidos por homens. As únicas universidades em que a somatória de teses e dissertações apresenta menos de 50% de mulheres são: USCS (20%); UFSCar (33,33%); UFS (33,33%); UFRN (41,17%); UAM (40%); FCL (42,85%), no programa de Comunicação e Mercado; PUC-MG (45,45); FCL (47,36%), no programa de Comunicação; e UERJ (47,72%). Os programas da UFES e UPM não tiveram pesquisas em Jornalismo. Dos 48 programas de mestrado, as pesquisadoras do Jornalismo aparecem em menor número nos seguintes:

Quadro 3: Os programas em que a mulher é minoria como autoras de pesquisas sobre o Jornalismo

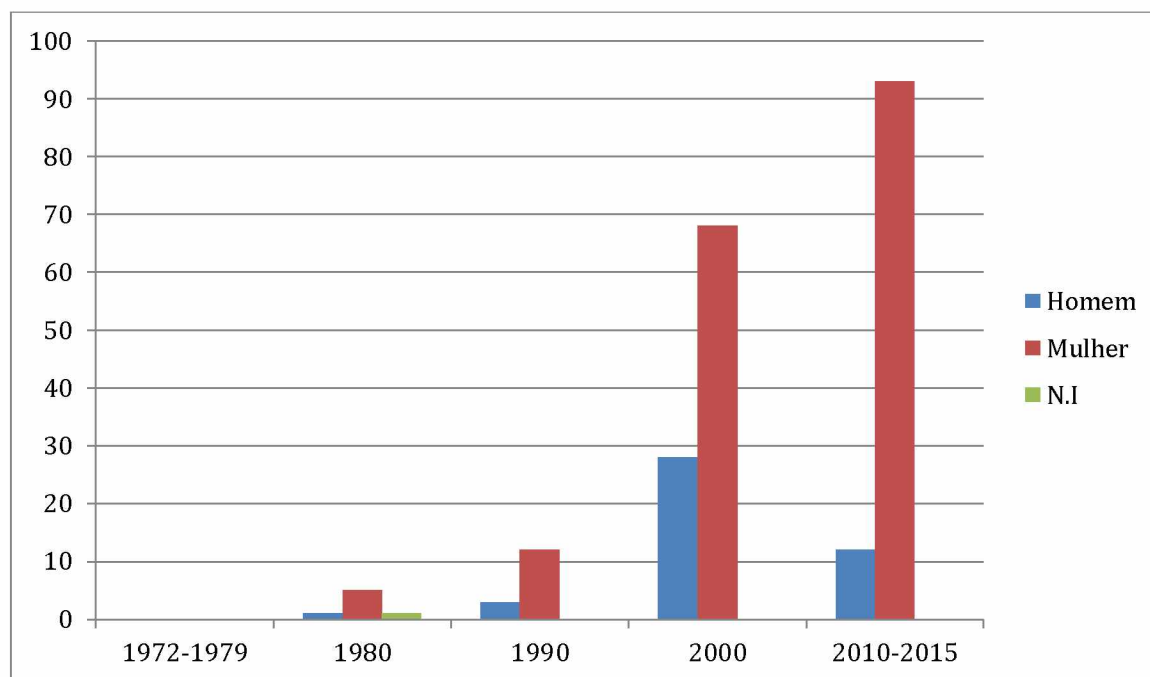
Programas/IES	Quantidade
Estudos da Mídia (UFRN)	10 homens e 7 mulheres
Comunicação (UFS)	2 homens e 1 mulher
Comunicação (FCL)	50 homens e 45 mulheres
Comunicação e Mercado (FCL)	4 homens e 3 mulheres
Comunicação Social (PUC-MG)	12 homens e 10 mulheres
Comunicação (UAM)	3 homens e 2 mulheres
Comunicação (UERJ)	22 homens e 21 mulheres
Imagem e Som (UFSCar)	2 homens e 1 mulher
Comunicação USCS	4 homens e 1 mulher

Fonte: Autora

No programa de Meios e Processos audiovisuais (USP), foram defendidas 2 dissertações que tematizam o jornalismo, sendo uma defendida por homem e outra por mulher. Dos 17 programas de doutorado, as mulheres são minoria nas seguintes universidades: UFBA (17 homens e 16 mulheres) e PUC-RS (25 homens e 22 mulheres). O programa da UERJ teve apenas uma tese defendida por um pesquisador. O programa da UTP teve uma tese defendida por um homem e outra por uma mulher; o da Unicamp, 3 teses defendidas por homens e 3 por mulheres; e o programa Meios e Processos audiovisuais (USP) teve uma tese defendida por homem e uma por mulher.

Entre os programas de pós-graduação em Comunicação mais bem avaliados pela Capes, as mulheres também representam maioria. Elas representam 60% das dissertações defendidas e 61,11% das teses na UFMG. Na UFRJ, elas são 56,79% das dissertações e 58,44% das teses. Na Unisinos, são 55,33% nas dissertações e 54% nas teses.

Gráfico 6 – As mulheres que pesquisam a mulher e ou gênero no Jornalismo (Dissertação e Teses) – 1972 a 2015



Fonte: Autora

O **gráfico 6** demonstra que a participação das mulheres em pesquisas que abordam as mulheres e ou as questões de gênero é majoritária. Também é possível concluir que esses estudos começam a ganhar força apenas na década de 2000. Conforme será visto no **capítulo**

3, essas pesquisas se concentram no Sudeste do país. Como forma de alcançar o objetivo de localizar as mulheres na pesquisa sobre o jornalismo e feminismo, preocupou-se com duas observações: i. apresentar as pesquisadoras mulheres que orientam essas pesquisas; ii. e identificar quais as mulheres (jornalistas, políticas, esportistas) que são mais estudadas (corresponde a seleção da categoria 2 explicada no próximo capítulo).

Do total de 223 pesquisas (184 dissertações e 34 teses) de gênero e/ou estudos feministas e jornalismo, as mulheres aparecem como orientadoras em 112 estudos, sendo 100 dissertações e 12 teses. Os homens orientaram 105 trabalhos, sendo 87 dissertações e 17 teses. Em seis pesquisas não foi possível identificar quem orientou. Levando em consideração que alguns orientadores aparecem mais de uma vez, colocam-se os cinco com maior número de orientações: Barbara Heller (UNIP) orientou 12 dissertações; Dulcília Buitoni (FCL/USP) orientou nove dissertações; Ana Claudia Oliveira (PUC-SP), aparece com cinco dissertações orientadas; com o mesmo número de orientações ficam os professores Christa Berger (UFRGS) e José Luiz Aidar Prado, com quatro dissertações e uma tese cada; e Carla Reis Longhi (UNIP) com quatro orientações em dissertações. Apenas Alice Koshiyama (USP) aparece com duas orientações em teses. Os demais professores têm uma orientação cada.

Já as mulheres mais estudadas pelas pesquisadoras do Jornalismo são a ex-presidente Dilma Rousseff (cinco dissertações e uma tese); a criança Isabella Nardoni, assassinada pelo pai e pela madrasta (cinco dissertações e nenhuma tese); e a escritora e jornalista Clarice Lispector (duas dissertações e três teses). As mulheres jornalistas que têm sua produção estudada são: Eliane Brum (duas dissertações); Adélia Prado (uma dissertação e uma tese); Martha Gellhorn (uma dissertação); Nellie Bly (uma dissertação); Martha Medeiros (uma dissertação); Flávia Freire (uma dissertação); Lilian Lima (uma dissertação); Míriam Leitão (uma dissertação); Patrícia Galvão (uma dissertação); Maria Tereza Horta (uma dissertação); Marina Colasanti (uma dissertação); Cecília Meireles (uma dissertação). Interessante perceber que a maioria das jornalistas estudadas são mais conhecidas pelos seus trabalhos literários do que jornalísticos. As temáticas das pautas feministas, como aborto (uma dissertação), violência sexual (uma dissertação) e prostituição (uma dissertação), são pouco estudadas.

3 ANATOMIA DA PESQUISA: A MULHER E O JORNALISMO NA PESQUISA EM COMUNICAÇÃO E JORNALISMO

Santaella (2001) afirma ser a metodologia o coração da pesquisa. Lopes (2014, p. 93-100) caracteriza a metodologia para além dos métodos adotados para a investigação, ela é a “lógica reconstruída”. Aqui, afirma-se a metodologia como a anatomia da pesquisa, ou seja, é a sua organização estrutural. Desde as decisões para a escolha do tema aos resultados encontrados, a metodologia (o coração, a lógica e a anatomia da pesquisa) está presente. Portanto, esse capítulo apresenta o percurso metodológico com foco para a construção e a análise do objeto empírico estudado.

O capítulo se organiza de forma a explicar o caráter da pesquisa, que é documental com preocupação epistemológica; apresentar breves colocações históricas sobre os Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo no Brasil; indicar a metodologia para o levantamento das teses e dissertações; construir um panorama da pesquisa em Jornalismo e sobre a pesquisa em Jornalismo sobre a mulher. Além disso, delimita-se o *corpus* investigado, que corresponde a 10 pesquisas, sendo cinco dissertações e cinco teses, e apresenta elementos guia para a análise desse *corpus*.

3.1 A pesquisa da pesquisa no Jornalismo

Segundo Ferreira (2002), é perceptível o avanço de pesquisas denominadas “estado da arte” ou “estado do conhecimento” nos últimos anos, tanto no Brasil como em outros países. De caráter bibliográfico, essas pesquisas têm por desafio mapear e ou discutir a produção acadêmica de determinado campo do conhecimento. No campo da Comunicação, embora se encontre pesquisas desse caráter (OTRE, 2015; COSTA, R. 2015; VIEIRA, 2014; PINHEIRO, 2013; ROMANCINI, 2006; PONTES, 2009; ESCOSTEGUY, 2008; PEREIRA; WAINBERG, 1999; SILVA, 1989), ainda não é expressivo o mapeamento da produção do conhecimento científico (ESCOSTEGUY, 2008).

Escosteguy (2008, p. 8) chama atenção para a desvalorização destes trabalhos no campo, considerados como “[...] enfadonhos, formalistas e ‘de segunda’”. Um dos resultados dessa lacuna é a invisibilidade da pesquisa realizada no campo da Comunicação para os seus próprios pesquisadores. Esse tipo de documentação – seja descritiva ou interpretativa na medida em que avalie as abordagens teórico-metodológicas e os resultados das investigações

inventariadas – é essencial para que a pesquisa avance, pois é através dela que são detectados os consensos e as lacunas, os avanços e as deficiências, sobre a problemática em tela. Não é a familiaridade com o estado do conhecimento sobre um tema dentro de uma área o que torna o pesquisador capaz de problematizá-lo? (ESCOSTEGUY, 2008, p. 8-9).

Seguindo o que aponta Maldonado (2003, p. 205), as problematizações teórico-metodológicas e gnosiológicas, bem como aplicadas, “[...] demandam o aprofundamento de perspectivas históricas na estruturação de suas pesquisas”. Como demonstra a pesquisa de Pontes (2009) sobre a história do jornalismo, a exegese conceitual, a construção da problemática e do objeto de pesquisa, bem como os recursos metodológicos, pressupõem uma crítica histórica sobre o que já foi produzido em uma área de conhecimento. Ignorar a história da pesquisa, portanto, é prescindir do entendimento paradigmático que mobiliza a construção do conhecimento sobre uma área. Maldonado (2003, p. 206) chama essa perspectiva de reflexão e construção de um campo epistemológico de “pesquisa da pesquisa”:

A pesquisa da pesquisa propõe-se numa perspectiva epistemológica histórica/genética/ construtiva/ política que problematiza os paradigmas e modelos teóricos, explicitando-os na sua configuração interna – sistema de hipóteses, categorias, conceitos e noções – e vinculando-os às suas fontes de conhecimento precedentes e contemporâneas. Isso significa problematizações teóricas aprofundadas que estudem com respeito, sistematização e senso crítico os argumentos teóricos de cada modelo, realizando uma desconstrução minuciosa – que requer de tempos lógico-reflexivos adequados ao amadurecimento da pesquisa – e reformulando questões teóricas em interrelação com outras vertentes conceptuais (sic) importantes para as problematizações em comunicação.

Ao entender o ciclo da pesquisa “[...] como um processo de trabalho que dialeticamente termina num produto provisório e recomeça nas interrogações lançadas pela análise final” (MINAYO, 1993, p. 17), percebe-se a “pesquisa da pesquisa” como uma possibilidade sólida para potencializar novas perguntas e perspectivas de investigação científica. Ademais, conhecer o que já foi pesquisado facilita o percurso de pesquisa. A partir desse conhecimento, o pesquisador ou pesquisadora pode prever possíveis falhas que já foram cometidas e, assim, evitá-las.

No caso de resultados de pesquisa da pesquisa, é possível estabelecer no âmbito diacrônico como se organizam ao longo do tempo as pesquisas de uma dada área; quais conceitos, teorias e objetos são mais utilizados. Do mesmo modo, oferecer as lacunas, temas

pouco explorados e que precisam de maior atenção dos pesquisadores. Permite, ainda, perceber as transformações pelas quais passa a pesquisa, oferecendo parâmetros que permitam avaliar qualitativamente a história da pesquisa de uma dada área. Por sua vez, de modo sincrônico, a pesquisa da pesquisa permite a construção de conceitos, a consolidação de objetos de pesquisa e a afirmação categórica da natureza do conhecimento sobre determinado objeto.

Na área de Comunicação, alguns estudos se dedicam a fazer esse trabalho de pesquisa da pesquisa. Silva (1989) é a primeira pesquisadora da área que se dedica a revisar a concepção de comunicação rural nas teses e dissertações brasileiras. Pereira e Waiberg (1999) realizam um inventário da pesquisa sobre jornalismo em teses e dissertações, livros e artigos. Um trabalho de grande fôlego sobre a pesquisa e pós-graduação brasileira foi realizado por Romancini (2006), que, igualmente, fez um levantamento bibliométrico das teses e dissertações brasileiras em Comunicação – esforço atualizado no relatório sobre a pós-graduação brasileira, publicado juntamente com Lopes (ROMANCINI; LOPES, 2012). Pontes (2009) inventariou as teses e dissertações em Jornalismo e História do Jornalismo, com vistas a compreender as bases teórico-metodológicas destas pesquisas. Mais recentemente, Otre (2015) investigou teses e dissertações de 1972 a 2012 que tematizaram a comunicação popular e alternativa.

Além da dissertação de Pontes (2009), há esforços de entender o lugar do jornalismo na pesquisa em Comunicação (BERGER, 2002; SILVA, 2009); análise da produção de artigos científicos sobre jornalismo publicados em revistas acadêmicas (STRELOW, 2011); esforços metodológicos e teóricos para classificar qualitativamente a produção sobre jornalismo com base em artigos publicados em anais de eventos da área (MEDITSCH; SEGALLA, 2004; SILVA, 2008; GONÇALVES; SANT'ANNA, 2012; ANUNCIAÇÃO, 2016); bem como sobre o perfil dos programas de pós-graduação no Brasil (MACHADO, 2004).

3.2 Breves referências sobre as Pós-Graduações em Comunicação e Jornalismo no Brasil

A história das pós-graduações em Comunicação no Brasil não possui registro tão significativo diante dos seus mais de 45 anos. Não há consenso sobre qual foi o primeiro programa, suas características, quantidade de professores, estudantes e as dissertações e teses que o compõem. Porém, reunindo trabalhos como os realizados por Stumpf e Capparelli (s.d; 2001), Stumpf, Rocha e Vaz (200?), Romancini (2006) e Romancini e Lopes (2012), é possível aferir dados que apresentam a evolução quantitativa dos programas de Comunicação, bem como aspectos qualitativos da política de expansão da área.

Romancini e Lopes (2012, p. 80-84) indicam que os primeiros Programas de Pós-Graduação em Comunicação no Brasil foram da USP (1972, mestrado e 1980, doutorado), UFRJ (1972, mestrado e 1983, doutorado), UnB (1974, mestrado e 2003, doutorado), PUC-SP (1978, mestrado e 1981, doutorado) e UMESP (1978, mestrado e 1995, doutorado). Na década de 1980, apenas a Unicamp teve seu mestrado iniciado, em 1987 (doutorado em 1998). Nos anos 1990, houve um avanço importante nas pós-graduações da área, com o início da descentralização do sudeste e da capital federal, com os programas da UFBA (1990, mestrado e 1995, doutorado), PUC/RS (1994, mestrado e 1999, doutorado), Unisinos (1994, mestrado e 1999, doutorado), UFRGS (1995, mestrado e 2001, doutorado), UFMG (1995, mestrado e 2003, doutorado), UFF (1997, mestrado e 2002, doutorado), UNIP (1997, mestrado) e UFPE (1998, mestrado e 2006, doutorado). Na primeira década de 2000, dobra o número de programas: UTP (2000, mestrado e 2009, doutorado); UERJ (mestrado, 2002 e doutorado, 2012); PUC/RJ (2003, mestrado); Cásper Líbero (2006, mestrado); ESPM (2006, mestrado); UFSM (2006, mestrado); UNISO (2006, mestrado); UFSCar (2006, mestrado); UFJF (2006, mestrado); UAM (2006, mestrado); PUC/MG (2007, mestrado); UEL (2007, mestrado); UFG (2007, mestrado); UFPB (2007, mestrado); UFSC (2007, mestrado); UCB (2008, mestrado); UFAM (2008, mestrado); UFC (2008, mestrado); USP (PPGMPA, 2009, mestrado e doutorado); UFRN (2009, mestrado e doutorado, 2016); USCS (2009, mestrado).

A partir de 2010, os programas que passaram a funcionar foram: UFPR (2010, mestrado); UFPA (2010, mestrado); UFPI (2011, mestrado); UFMS (2011, mestrado); UEPG

(2013, mestrado); UFPB (2013, mestrado profissional); UFF (PPGMC, 2013, mestrado); UFOP (2015, mestrado); FIAM-FAAM (2015, mestrado profissional); UFT (2016, mestrado); UFRJ (2016, mestrado profissional); ESPM (2016, mestrado profissional); UNIPAMPA (2017, mestrado profissional). Os programas da UNICAP (mestrado profissional) e da UFRB (mestrado) aparecem em situação de projeto no site da Plataforma Sucupira³⁴. Além dos mestrados, a UFSM (2012) e a UFSC (2013) dão início ao seu doutorado.

Atualmente, há 55 programas em funcionamento na área. Destes, 46 tiveram dissertação e tese defendidas até 2015. Desde as primeiras dissertações e teses e em praticamente todos os programas de pós-graduação, o jornalismo foi objeto de pesquisa constante e significativo. De 1972 a 1979, os estudos sobre jornalismo representavam 7,51% das pesquisas de Comunicação. Na década de 2000, já representam 25,70% das teses e dissertações publicadas em programas de pós-graduação brasileiros. De 2010 a 2015, representam 26,74%. Além disso, até 2005, havia a separação das áreas do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação pelas habilitações (Jornalismo, Publicidade e Propaganda etc.) (ROMANCINI, 2006). A partir de 2007, começam a surgir programas de pós-graduação específicos em jornalismo.

Em 2007, foi criado o primeiro Programa de Pós-Graduação específico em Jornalismo na UFSC. Em 2013, iniciou o funcionamento do segundo programa, na UEPG. No mesmo ano teve início o Programa de Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB, modalidade que também passou a existir na FIAM-FAAM (2015) e ESPM (2016). Atualmente, além dos programas específicos em Jornalismo, cinco programas de Pós-Graduação em Comunicação têm linhas de pesquisa específicas em Jornalismo: Unisinos (Linguagens e Práticas Jornalísticas), UFRGS (Jornalismo e Processos Editoriais), UnB (Jornalismo e Sociedade), UFT (Jornalismo, Mídias e Cultura) e UFPI (Processos e Práticas em Jornalismo).

O número de pesquisadores jornalistas e que estudam jornalismo contribuiu para a criação do GT de Jornalismo da Intercom em 1993, do GT em Jornalismo da Compós, do

³⁴ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br>. Acesso: 20.jan.2018

Fórum Nacional dos Professores de Jornalismo (com reuniões desde 1994) e da Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), em 2003.

3.3 Percurso para os dados: o mapa para as teses e dissertações (1972-2015)

O processo para o mapeamento das teses e dissertações é aqui apresentado em sete etapas. Embora algumas destas etapas tenham acontecido simultaneamente, elas são explicadas uma por uma para que fique claro o percurso adotado. Assim, elenca-se:

1ª Etapa - Identificação dos programas de Pós-Graduação, dos repositórios das bibliotecas das universidades e dos sites dos programas das universidades:

Para a identificação dos programas de pós-graduação foi utilizada a listagem de associados na Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação (Compós), na qual constam 48 programas. Contudo, aconteceu um salto do número 19 para o 21 na lista da entidade. Assim, o número real de associados é de 47. Por ser a associação à Compós facultativa, a listagem de programas recomendados pela Capes a partir da plataforma *Sucupira*³⁵ também foi utilizada. Foram encontrados 55 programas ativos, dos quais 10³⁶ não contam com publicações de dissertações e teses até 2015. Ao buscar no banco de teses e dissertações da Capes foram encontrados os programas extintos de Comunicação (UNIMAR), Comunicação e Mercado (Faculdade Cásper Líbero) e Comunicação e Artes (Universidade Presbiteriana Mackenzie). Portanto, no total, foram selecionados 48 programas. Buscou-se no *Google* os sites dos repositórios de cada instituição de ensino e de cada programa para identificar os que disponibilizam listagem da produção de pesquisas. Os 48 programas selecionados estão listados no **Apêndice A**.

2ª Etapa - Busca e organização das pesquisas a partir do banco de teses e dissertações da Capes (1987-2015) por nível (mestrado e doutorado), ano e programa:

O mapeamento no banco de teses e dissertações da Capes ocorreu entre os dias 01 e 12 de junho de 2017. A partir da palavra-chave “comunicação”, foram localizadas 51.968

³⁵ Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acesso: 25.out.2017

³⁶ Produção jornalística e mercado (ESPM); Comunicação e indústria criativa (UNIPAMPA); Jornalismo (UNIFIAM-FAAM); Indústria criativa (UNICAP); Comunicação (UFOP); Comunicação (UFRB); Criação e produção de conteúdos digitais (UFRJ); Cinema e audiovisual (UFF); Inovação na comunicação de interesse público (USCS); Comunicação e sociedade (UFT).

pesquisas. A busca foi refinada a partir das áreas de avaliação: Ciências sociais aplicadas I; Ciências Sociais Aplicadas I: Comunicação; Comunicação e informação; Comunicação/Ciência da Informação. O resultado encontrado foi de 15.844. Em seguida, a busca foi filtrada a partir das áreas de conhecimento: Comunicação (aparece duas vezes), Comunicação Visual; Jornalismo e Editoração; Teoria da Comunicação. O resultado encontrado foi de 12.365 pesquisas. O número corresponde ao total de teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2015. Todas as pesquisas foram catalogadas em um arquivo do *Word* por nível, ano e programa.

3ª Etapa - Cruzamento dos dados fornecidos pela Capes com demais materiais de mapeamento de pesquisas buscando perceber divergências de informações e realizar o mapeamento de 1972 a 1986:

Durante o processo do levantamento das teses e dissertações, percebeu-se algumas inconsistências entre as informações fornecidas pela Capes e os programas de Pós-Graduação. Por isso, optou-se por cruzar os dados com outras fontes, que são: mapeamento coordenado pela Professora Ida Stumpf, no Núcleo de Pesquisa em Informação, Tecnologias e Práticas Sociais (UFRGS); dados fornecidos nos sites dos programas de pós-graduação; dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e dados do Portal Domínio Público.

Como a Capes só disponibiliza informações sobre pesquisas até 1987, foi necessário recorrer a outras fontes. O Catálogo de teses e dissertações (1972-1987) da UFRJ; o livro *Diversidade & interdisciplinaridade: teses e dissertações: Ciências da Comunicação: ECA-USP³⁷, 1972-2002* (LOPES, 2003); o site dos programas da UNB e UMESP; e um cruzamento dos dados obtidos pelo Professor Romancini (2006) para sua pesquisa de doutoramento sobre a PUC-SP com os dados fornecidos pelo repositório da instituição. No fim do cruzamento das informações coletadas e do acréscimo das pesquisas publicadas antes de 1987, chegou-se ao resultado total de 13.227 pesquisas defendidas.

4ª Etapa - Categorização das pesquisas que enfocam o Jornalismo:

³⁷ Versão digitalizada cedida por Richard Romancini.

Para a quarta etapa, que corresponde à seleção das pesquisas que se enquadram como estudos sobre jornalismo, foram criadas 16 palavras-chave, a saber: jornalismo, jornal, jornalista, imprensa, notícia, nome de empresas de jornalismo, telejornalismo, radiojornalismo, webjornalismo, fotojornalismo, reportagem, repórter, texto jornalístico, assessoria de imprensa, agência de notícia, personalidade teórico/prática do jornalismo (PONTES, 2009). Buscou-se a ocorrência dessas palavras-chave no título, resumo e palavras-chave das pesquisas³⁸. Assim, 3222 pesquisas foram selecionadas, sendo 2551 dissertações e 671 teses.

É importante observar a imaterialidade do objeto de estudo do Jornalismo (SILVA, 2009b), como abordado no **capítulo 1**, e que, portanto, essas palavras-chave não dão conta de catalogar todas as pesquisas que o tematizam, muito menos de categorizar quais dessas pesquisas têm como preocupação primária responder questões próprias do Jornalismo. Por essa razão, buscamos elaborar um número de palavras-chave com capacidade de seleção máxima de estudos. Nessa perspectiva, coloca-se que, embora os termos “estudos sobre” e “estudos em” não sejam aqui utilizados como sinônimos, eles também não são antagônicos. São estudos que se complementam e fazem parte da totalidade do campo do Jornalismo. O esforço concentra-se em indicar quantas dissertações e teses trazem em seu título, resumo ou palavras-chave alguma das 16 palavras listadas. Fica para análise posterior estudos qualitativos sobre as modalidades pelas quais o jornalismo como objeto empírico se converte em diferentes formas de pesquisa pertinentes ao campo jornalístico.

5ª Etapa - Categorização das pesquisas que enfocam o Jornalismo e os estudos feministas e ou de gênero:

Foram elaboradas 24 palavras-chaves para caracterizar as pesquisas que tematizam o jornalismo e os estudos feministas e de gênero: gênero, feminismo, feminino, feminina, masculino, feminista, mulher, masculinidade, sexo, sexualidade, sexual, heteronormatividade, homossexual, LGBTT, homofobia, homossexualidade, homoafetivo, transexualidade, transexual, lesbofobia, gay, lésbica, mulher trans e homem trans. Além das palavras-chaves desenvolvidas, também foram selecionados estudos que abordam pautas do movimento

³⁸ Algumas pesquisas não tiveram informações completas disponíveis. Por essa razão, foram analisadas a partir do título disponibilizado pela CAPES e ou pelos próprios programas. Por exemplo, a dissertação de título *A veiculação, circulação e qualidade das informações sobre ciência nos blogs brasileiros*, defendida em 2010 na UFAM, não teve resumo e palavras-chave encontrados. Desta forma, não se enquadra como pesquisa em jornalismo a partir dos critérios apresentados, já que não traz nenhuma das palavras-chave criadas para seleção no título.

feminista (aborto), a produção de mulheres (Eliane Brum, Clarice Lispector, etc.) e a representação de mulheres no jornalismo (Dilma Rousseff, Roseana Sarney, etc.). O intuito de selecionar estudos que têm mulheres como questão principal é de identificar quais são as mulheres estudadas no jornalismo, levando em consideração que, para serem estudadas, são também legitimadas como referência. Assim, encontrou-se o número de 736 pesquisas em Comunicação que tratam sobre estudos feministas ou de gênero. Destas, 223 enfocam o Jornalismo, sendo 189 dissertações e 34 teses.

6ª Etapa - Agrupamento dos dados das pesquisas que enfocam o Jornalismo e também das que tratam dos estudos feministas e ou de gênero e catalogação por nível, ano e programa. (Título, autor, orientador, banca examinadora, resumo e palavras-chave):

Depois de identificar quais dissertações e teses abordam o Jornalismo e, em seguida, as que trabalham também com os estudos feministas e ou de gênero, foi necessário organizar as informações coletadas. Para tanto, criou-se um arquivo do *Word* com função de separar por ano e programa os dados (título, autor, orientador, banca examinadora, resumo e palavras-chave) das 3222 pesquisas que abordam o Jornalismo – lembrando que, dentro desse universo, 223 são sobre gênero e/ou estudos feministas.

A Capes fornece informações sobre título, autor, orientador, banca examinadora, resumo e palavras-chave das pesquisas publicadas a partir de 2013. Por essa razão, foi necessário buscar os dados das pesquisas publicadas antes de 2013. Para essa tarefa, utilizou-se, principalmente, a pesquisa coordenada por Stumpf (1992-2008), o Portal Domínio Público e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, fundamentais para a coleta dos dados especificados. Além disso, encontrou-se versão digital de uma dissertação da UFRJ do ano de 1988 no banco de teses e dissertações da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política.

7ª Etapa - Identificação do sexo dos pesquisadores da Comunicação, do Jornalismo e das pesquisas que abordam o Jornalismo e os estudos feministas e ou de gênero:

A última etapa do levantamento diz respeito ao sexo dos pesquisadores. Pela impossibilidade de entrar em contato direto com todos, a classificação aconteceu a partir do nome das pesquisadoras e dos pesquisadores. Portanto, nomes como José, João e Marcelo, habitualmente nomes masculinos, foram categorizados como de pesquisadores homens. Já os

nomes como Maria, Carolina e Fernanda, habitualmente nomes femininos, foram categorizados como de pesquisadoras mulheres. Para os nomes incomuns e/ou que não permitem classificação do sexo da pesquisadora ou pesquisador, recorreu-se aos dados fornecidos pelos próprios pesquisadores à plataforma *Lattes* para identificá-los. Nos casos de ausência na plataforma, buscou-se os pesquisadores em redes sociais e em fóruns de compartilhamento de informações, por exemplo: *Linkedin* e *Escavador*.

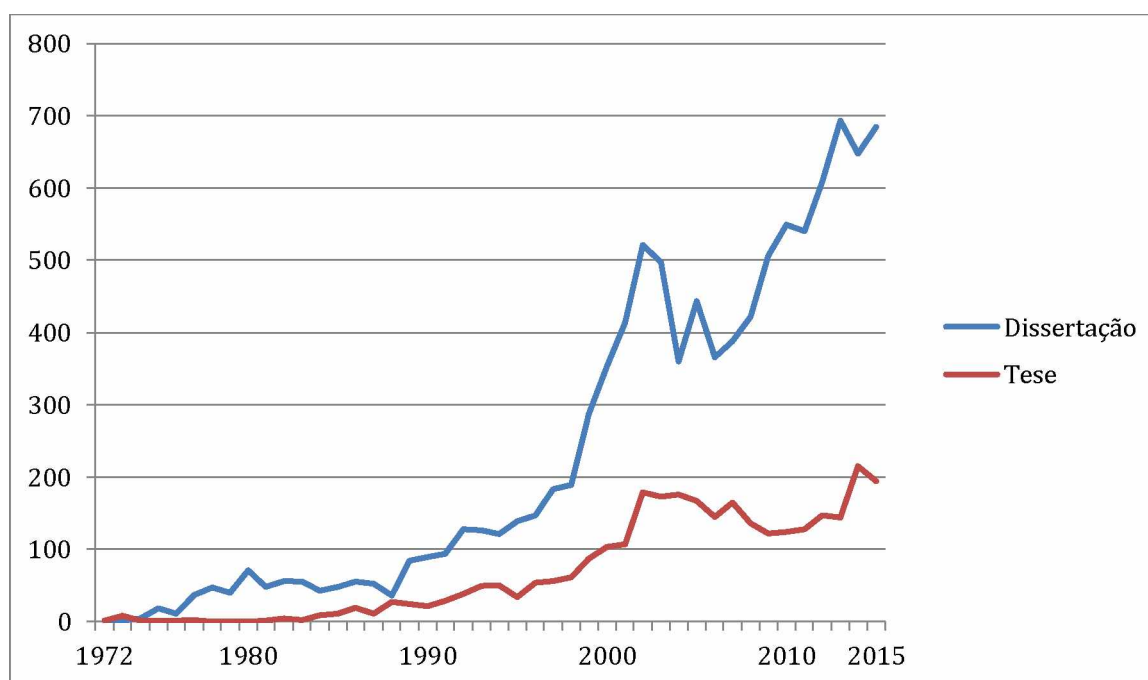
Os casos dos pesquisadores ainda sem o sexo definido pela pesquisa configuraram a categoria “Não identificado”. Como, por exemplo, Congyu Huang, que defendeu em 2012 a dissertação *As páginas de opinião dos jornais chineses e brasileiros: uma análise do jornal Zero Hora e do jornal Diário Yangcheng*, na PUC/RS.

É importante frisar que os dados apresentados sobre o sexo dos pesquisadores são aqueles possíveis de identificar a partir dos metadados das teses e dissertações e do *Lattes*. Por tratar de um período longo de investigação e uma quantidade elevada de sujeitos identificados, é muito difícil identificar questões como idade ou origem destes pesquisadores. Contudo, esse primeiro avanço, visando identificar o sexo dos pesquisadores, permite o cruzamento desses dados com os do mercado de trabalho dos jornalistas, já que existem algumas pesquisas com esses indicadores (MICK; LIMA, 2012).

3.4 A pesquisa em Jornalismo na pós-graduação em Comunicação e Jornalismo no Brasil

O mapeamento de teses e dissertações defendidas em programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo indica que, em 43 anos (1972-2015), foram publicadas 13.227 pesquisas, sendo 10.201 dissertações e 3.026 teses, em 48 programas (47 mestrados, 17 doutorados e 1 mestrado profissional). Da década de 1970 para a década de 2010, o número de programas de pós-graduação vai de 5 para 46 (dois programas fecharam no período), com uma média de 1 novo programa por ano.

Outro cenário percebido na área da Comunicação são os períodos de crescimento acentuado tanto de teses como de dissertações. O primeiro momento acontece na diferença da produção nas décadas de 1970 e 1980 (548 dissertações e 108 teses) para a década de 1990 (1503 dissertações e 479 teses). O segundo, e maior, configura o crescimento da produção na década de 2000 (4270 dissertações e 1473). Ambos os saltos representam quase a triplicação da quantidade de teses e dissertações.

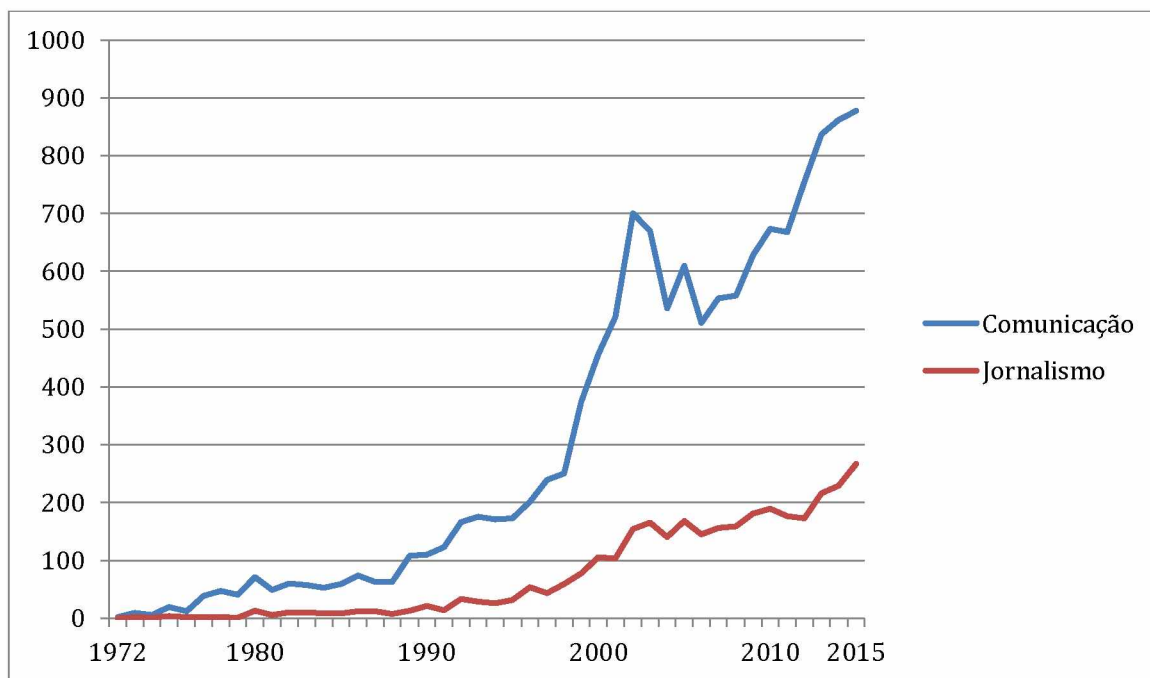
Gráfico 7 - Teses e dissertações dos programas de pós-graduação em Comunicação e Jornalismo (1972-2015)**Fonte:** Autora

Apenas com a leitura dos dados, a explicação para esses saltos na produção acadêmica é a de que, além do surgimento de novos programas a partir da década de 1990 (1990 – 6 programas; 1999 – 13 programas), os anos de 2001, 2002 e 2003 apresentam produção atípica. No ano de 2001, o programa de Comunicação da UFRJ publicou 69 dissertações e 34 teses. No ano de 2002, o programa de Ciências da Comunicação da USP publicou 141 dissertações e 60 teses; e no ano de 2003 o programa de Comunicação e Semiótica da PUC-SP publicou 121 dissertações e 53 teses. No decorrer dos anos 2000 essa produção vai sendo descentralizada com novos programas surgindo em todas as regiões do país. Como visto no Gráfico 1, também é notória a tendência de crescimento da área para a década de 2010, já que em seus seis primeiros anos 87,14% da produção da década passada já foi publicada.

O jornalismo está presente em 3.221 das dissertações e teses em Comunicação, o que representa 24,36% do total das produções. São 2.550 dissertações que tematizam o jornalismo (conforme critério explanado anteriormente) diante de 10.201 dissertações em Comunicação; e 671 teses sobre ou de Jornalismo das 3.026 defendidas nas pós-graduações. A presença significativa nos resultados de mestrados e doutorados brasileiros permite aferir que proporção aproximada de pesquisadores da área desenvolvem suas carreiras nesta subárea.

O interesse pelo jornalismo em pesquisas acompanha o crescimento da área da Comunicação, com produção crescente nas décadas de 1990 (308 dissertações e 77 teses) e 2000 (1.132 dissertações e 343 teses). Tendência que permanece na presente década (1.015 dissertações e 235 teses).

Gráfico 8 – Comparativo Total de pesquisas (Comunicação - Jornalismo)



Fonte: Autora

Em 2007, a UFSC deu início ao mestrado em Jornalismo. Com uma média de 10 dissertações publicadas por ano, a porcentagem da produção da pesquisa em Comunicação que tematiza o Jornalismo não mudou significativamente. Em 2007, a porcentagem era de 28,2% (107) e, em 2009, de 28,82% (148). Por outro lado, a iniciativa abriu oportunidade para novos projetos. Em 2013, a UEPG e a UFPB (profissionalizante) dão início aos seus programas em Jornalismo. Além dos três programas já citados, a FIAM-FAAM e ESPM deram início ao mestrado profissional especializado em jornalismo em 2015 e 2016, respectivamente.

É possível observar que, ano a ano, desde 2005, os trabalhos que tematizam o jornalismo diante da produção das pós-graduações em Comunicação superam 25%. A única exceção é 2012, quando a média foi de 22,91%. É possível observar uma crescente constante a partir de 2013. Neste ano, os trabalhos sobre jornalismo eram 25,95% das teses e

dissertações. Em 2014, a proporção é de 26,56%; em 2015, de 30,41%, a maior proporção da série histórica.

Os quadros 4 e 5 apresentam os dez programas com maior produção voltada para o jornalismo. O primeiro categoriza aqueles que têm maior volume de pesquisas. É importante observar que os programas mais antigos do país são os que compõem a lista. Por essa razão, a segunda tabela trata da produção proporcional dos programas. Ou seja, a porcentagem de pesquisa em jornalismo do total de pesquisas já defendidas no programa. A surpresa do quadro 5 são o primeiro e o segundo lugares: a UFMS, que, das 26 pesquisas defendidas, 18 são em jornalismo; e a UFPI, com 19 pesquisas em jornalismo das 29 já defendidas. Embora a UFPI tenha uma linha de pesquisa específica em jornalismo, o esperado era que os programas da UNB, UNISINOS e UFRGS, por terem linha de pesquisa mais antiga em jornalismo, se destacassem entre os cinco primeiros, o que não se confirma. É importante sublinhar que na tabela 2 foram excluídos os programas específicos em Jornalismo, pois, nesses casos, todos os trabalhos tematizam o objeto em tela.

Quadro 4 - Os dez programas que mais produzem pesquisas em jornalismo de 1972-2015 (numericamente)

Programa/IES	Dissertação	Teses	TOTAL
Ciências da Comunicação (USP)	346	194	540
Comunicação (UFRJ)	206	77	283
Comunicação e Semiótica (PUC-SP)	183	99	282
Comunicação Social (UMESPE)	211	56	267
Comunicação (UNB)	134	31	165
Comunicação Social (PUC-RS)	113	47	160
Ciências da Comunicação (UNISINOS)	103	50	153
Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA)	93	33	126
Comunicação (UNESP/BAURU)	121	X	121
Comunicação e Informação (UFRGS)	93	24	117

Fonte: Autora

Quadro 5 - Os dez programas que mais produzem pesquisas em jornalismo de 1972-2015 (proporcionalmente)

Programa/IES	%
Comunicação (UFMS)	69,23%
Comunicação (UFPI)	65,51%
Comunicação (FCL)	45,23%
Comunicação (UNESP/BAURU)	45,14
Comunicação (UFSM)	41%
Comunicação e informação (UFRGS)	39,93%
Comunicação e Culturas Midiáticas (UFPB)	39,02%
Comunicação e Sociedade (UFJF)	36,74%
Comunicação (UNB)	35,71%
Ciências da Comunicação (UNISINOS)	34,69%

Fonte: Autora

A distribuição das pesquisas que abordam o jornalismo conforme as regiões do país não apresenta disparidade. Proporcionalmente, o Centro-Oeste é a região que mais pesquisa jornalismo, com 34,20%. Logo em seguida é o Sul, com 33,90%. A terceira região que mais pesquisa é o Nordeste, com 32,52%. O Sudeste tem 21,18% das pesquisas em jornalismo e o Norte 14,49%. O sudeste é, quantitativamente, a região que mais produz dissertações e teses em Jornalismo e em Comunicação, e o Norte é a que menos produz. É importante apontar que, de 2010 a 2015, período em que três programas em Jornalismo contavam com publicações, a pesquisa se concentra no Sul (37,11%), já que dois programas e duas linhas de pesquisa específicas estão na região. O Centro-Oeste (32,66%), o Nordeste (32,72%) e o Sudeste (21,78%) ficam em segundo, terceiro lugar e quarto lugar. A outra especificidade do período de 2010 a 2015 é a região Norte, que repete os mesmos 14,49% de pesquisas que tematizam o jornalismo. Isto acontece porque os dois programas da localidade são recentes. A UFAM tem sua primeira dissertação defendida em 2010 e a UFPA em 2012.

3.5 A pesquisa sobre a mulher e o Jornalismo na Pós-Graduação

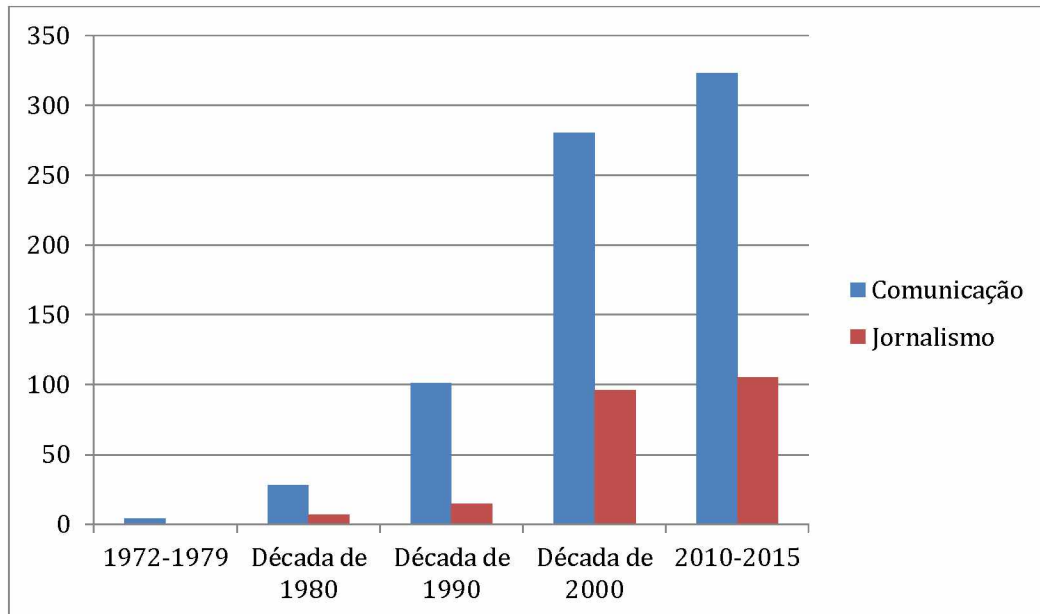
Em 1977, cinco anos após a primeira defesa em programas de Pós-Graduação em Comunicação, Dulce Monteiro defendeu a dissertação *Personagens femininas da telenovela em suas relações com o trabalho*, na UFRJ. Três anos mais tarde, Ana Maria Pereira defendeu, na mesma instituição, sob orientação de Antônio Sérgio Lima Mendonça, a

dissertação *Coração feminino: análise da seção de cartas em duas revistas femininas*, a primeira que enfoca o jornalismo e a mulher. Em 1984, duas teses sobre mulheres nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação foram defendidas: *Mulher e família negra: realidade e representação na obra de Nina Rodrigues*, de Solange Lima (USP), e *Clarice Lispector: a travessia do oposto*, de Olga de Sá (PUC-SP). A primeira tese que tematiza jornalismo e feminismo foi defendida em 2001, *Vozes do Silêncio: uma análise do discurso sobre a mulher na mídia impressa: tradição e transgressão, ficção e realidade*, de Cláudia Lukianchuki, sob orientação de Maria Aparecida Baccega (USP).

Em 2011, a dissertação *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias* (UFRGS), da autoria de Marcia Veiga da Silva e orientada por Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca, recebeu da SBPjor o prêmio Adelmo Genro Filho na categoria dissertação. A tese da mesma autora e orientadora, *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade* (UFRGS), que segue uma perspectiva feminista, recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Teses na área Ciências Sociais Aplicadas I.

Da década de 1990 para a década de 2000 o número de pesquisas que investigam temas ligados à mulher e ou às questões de gênero mais do que duplicam na Comunicação e no Jornalismo, como pode ser visto no **Gráfico 9**. Existem dois grupos de pesquisa voltados para o jornalismo e os estudos de gênero: Jornalismo e Gênero, do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UEPG, e o GEM-Gênero e Mídia, da UFPB, vinculado ao Departamento de Jornalismo.

Por isso, é incoerente afirmar que os estudos feministas e de gênero não têm força no campo do Jornalismo e da Comunicação. Os dados não só demonstram aumento de pesquisas que tematizam o jornalismo e a mulher, mas também são indicadores de pesquisas de qualidade que conquistam premiações importantes da área.

Gráfico 9 – As pesquisas sobre a mulher e gênero na Comunicação e no Jornalismo (1972 a 2015)**Fonte:** Autora

A pesquisa sobre a mulher e as questões de gênero no Jornalismo representa 30% das pesquisas da Comunicação com o mesmo enfoque. São 189 dissertações e 34 teses produzidas entre 1972 e 2015. Estas pesquisas se distribuem por todo território nacional e se concentram na região sudeste. O norte é a região de menor produção, com apenas uma dissertação. É preciso considerar a concentração de Pós-Graduações no sudeste, tendo sido na região que surgiram os primeiros programas da área.

Quadro 6: Distribuição das pesquisas por região

	Dissertação	Tese
Centro-Oeste	17	1
Nordeste	12	1
Norte	1	0
Sul	32	9
Sudeste	127	23

Fonte: Autora

Assim, é também do Sudeste a maioria dos programas com maior número de pesquisas sobre o tema.

Quadro 7: As cinco universidades com maior número de pesquisas que tematizam o jornalismo e a mulher

Programa/IES	Dissertação	Tese	TOTAL
Ciências da Comunicação (USP)	22	9	31
Comunicação e Semiótica (PUC-SP)	17	6	23
Comunicação (UFRJ)	16	5	21
Comunicação (UNIP)	16	0	16
Ciências da Comunicação (UNISINOS)	10	4	14

Fonte: Autora

Esses dados apresentam um panorama quantitativo sobre a pesquisa em Jornalismo que enfoca a mulher. A partir deles é possível afirmar que os estudos têm aumentado em grandes proporções a cada década. Além disso, grupos de pesquisa têm se organizado para estudar especificamente o tema, o que faz acreditar que o número de trabalhos deve aumentar continuamente. Fatores externos aos dados apresentados, como o feminismo eleito a palavra do ano de 2017 pelo dicionário da editora Merriam-Webster's (G1, 2017; REDAÇÃO, 2017; GUIMARÃES, 2017), demonstram o interesse da sociedade pelo tema, o que também pode impulsionar estudos em geral sobre a mulher.

3.6 A construção do *Corpus* da pesquisa

O propósito maior desse levantamento é identificar as pesquisas que abordam especificamente a mulher. Por compreender que muitos trabalhos sobre o movimento LGBT e sobre masculinidade são enquadrados como estudos de gênero, junto a pesquisas sobre as mulheres, surge a necessidade de aprofundar a seleção das pesquisas. Assim, recorreu-se novamente à leitura atenciosa dos resumos, buscando pistas sobre o objeto de estudo dessas pesquisas. Para auxiliar na seleção, criaram-se seis categorias.

1. Não é Jornalismo - Categoria na qual foi enquadrada pesquisas que usam o jornal, a revista ou programas jornalísticos do rádio e da televisão apenas como objeto empírico. Contudo, buscam compreender a partir do jornalismo questões de outras áreas, como a

Linguística e a Sociologia; ou, mesmo, que estudam elementos presentes em veículos jornalísticos, mas que não são jornalismo.

2. Não é gênero ou estudo feminista, mas trata de mulheres - Essa categoria surge por uma razão específica e importante para o estudo. Ao elaborar as palavras-chaves para a primeira seleção do estudo, escolheu-se também catalogar as pesquisas que trazem mulheres como parte da investigação, mas não necessariamente problematizam o fato de elas serem mulheres. Por exemplo, uma pesquisa que estuda a produção da jornalista Eliane Brum ou a cobertura jornalística do governo Dilma Rousseff. Essa escolha aconteceu para que seja possível perceber quais são as mulheres legitimadas socialmente ao ponto de ganhar espaço em estudos acadêmicos. Além disso, foram categorizados também trabalhos que envolvem a mulher e temas como moda, consumo, sexualidade, velhice e adolescência, mas que não são estudos com perspectiva feminista ou de gênero, pela indicação do resumo.

3. É gênero e não aborda a mulher - Essa categoria guarda espaço para os estudos que abordam a masculinidade e o movimento LGBTTT. Nesta categoria, é interessante observar que, dentre os trabalhos sobre o movimento LGBTTT, nenhum aborda especificamente a mulher lésbica ou bissexual.

4. Representação das mulheres - Os trabalhos na quarta categoria são aqueles que, de alguma forma, abordam a representação das mulheres no jornalismo. Essa é a categoria com o maior número de pesquisas. Foram 113 pesquisas, sendo 101 dissertações e 12 teses. O volume de trabalhos deu destaque à categoria. Contudo, o número elevado impossibilitaria a análise completa e detalhada das pesquisas. Por essa razão, criou-se uma subcategoria denominada **Representação das mulheres (Teoria)**. A subcategoria corresponde aos trabalhos que, no resumo, indicaram fundamentação teórica a partir da perspectiva feminista ou de gênero. Esta subcategoria é constituída por 13 dissertações e duas teses. Para análise, optou-se pelas teses, já que se entende que a pesquisa em nível de doutorado exige, tecnicamente, maior originalidade e contribuições para a área.

5. Mulher e rotina de trabalho - A quinta categoria abriga as pesquisas que tratam das mulheres e as relações de trabalho no jornalismo. A intenção é encontrar estudos que tensionem a prática jornalística a partir da presença da mulher na produção da notícia. Alguns estudos aqui enquadrados diferem dos da categoria 2 justamente por abordarem jornalistas e tratarem a questão de gênero e as particularidades da mulher na profissão. O estudo sobre jornalistas específicas é uma forma de generalização encontrada pelas pesquisadoras.

6. Outros - Por fim, a sexta e última categoria é denominada outros e atinge trabalhos que não se enquadram nas categorias anteriores, mas guardam pertinência ao objeto de estudo.

Nessa categoria se enquadrou apenas uma tese, em que é explícita no seu resumo uma abordagem da epistemologia do jornalismo a partir das teorias feministas e de gênero.

Abaixo, apresenta-se tabela quantitativa de cada categoria:

Quadro 8: Distribuição das pesquisas por categoria

Categoria	Dissertação	Tese	Total
1.Não é jornalismo	6	3	9
2.Não é gênero ou estudo feminista, mas trata de mulheres	55	12	67
3.É gênero e não aborda a mulher	22	4	26
4.Representação das mulheres	88	10	98
4*.Representação das mulheres (Teoria)	13	2	15
5.Mulher e rotina de trabalho	5	2	7
6. Outros	0	1	1

Fonte: Autora

Por acreditar que seriam mais propícias à relação teórica entre jornalismo e feminismo, as categorias 5 e 6 foram inicialmente as selecionadas para análise, construindo um universo de 5 dissertações e 3 teses. Contudo, o volume de trabalho enquadrado na categoria 4 fez com que fosse necessário também analisar a categoria. Assim, seriam 106 dissertações e 15 teses para serem analisadas. Compreendendo as limitações da pesquisa, optou-se por criar uma subcategoria da categoria 4. Buscando o máximo de trabalhos com possibilidades de articulações entre o jornalismo e feminismo, a característica dos trabalhos da subcategoria 4* é a presença no resumo de fundamentação teórica baseada no feminismo ou nos estudos de gênero. Com esse recorte, chegou-se ao número de 18 dissertações e 5 teses. Pensando em análises consistentes, decidiu-se por um novo recorte: apenas as teses da subcategoria 4* foram selecionadas. A constituição do *corpus* é de 5 dissertações e 5 teses. São elas:

Quadro 9: Teses e dissertações analisadas

Autor	Nível	Ano	Título	Orientador	Programa (IES)
Iara de Jesus Dias	D	2001	Mulheres Jornalistas	Bernardo Kucinski	Ciências da Comunicação (USP)
Alex Criado	D	2001	Repórteres Pioneiras: resgate	Alice Mitika	Ciências da

			da trajetória de três jornalistas através da história oral	Koshiyama	Comunicação (USP)
Carolina Matos	D	2006	Mulheres Jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania	Alice Mitika Koshiyama	Ciências da Comunicação (USP)
Marcia Veiga da Silva	D	2010	Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias	Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	Comunicação e Informação (UFRGS)
Cristina Miyuki Sato Mizumura	T	2011	Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetória de vida de jornalistas	Alice Mitika Koshiyama	Ciências da Comunicação (USP)
Ana Maria da Conceição Veloso	T	2013	Gênero, poder e Resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países	José Edgard Rebouças	Comunicação
Maíra dos Santos Portela	D	2015	Marcas de Gênero e performance: a construção do lugar para a mulher apresentadora no telejornalismo	Juliana Freire Gutmann	Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA)
Marcia Veiga da Silva	T	2015	Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade	Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	Comunicação e Informação (UFRGS)
Carolina Cerqueira Lôbo	T	2015	Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas	José Luiz Aidar Prado	Comunicação e Semiótica (PUC-SP)
Danubia de Andrade Fernandes	T	2015	Mulher, Mulata e Migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da e Europa	Bertrand Cabedoche e Mohammed Elhajji	Comunicação e Cultura (UFRJ) e Ciências da Informação e da Comunicação (UG)

Fonte: Autora

É perceptível a presença de estudos selecionados para análise que utilizam a categoria Gênero e não abordam a mulher especificamente. São eles a dissertação e tese de Marcia Veiga. Ainda assim, as pesquisas foram selecionadas para análise por estabelecerem em seu resumo questões epistemológicas. Embora não trata especificamente a mulher, Veiga utiliza – e deixa essa escolha clara no resumo – teorias feministas para tratar do jornalismo. Por partir do pressuposto de que toda teoria tem um sujeito e o sujeito do feminismo é a mulher, afirma-

se que o estudo de Veiga também contribui para a compreensão da relação entre a mulher e o jornalismo e apresenta complexa relação epistemológica entre o feminismo e o jornalismo. Para a análise das teses e dissertações, apresentada no próximo capítulo, tomou-se como base Pontes (2009) e também a concepção de Lopes (2014) e Santaella (2001) do processo de feitura de pesquisas em Comunicação.

4. A ARTICULAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA ENTRE JORNALISMO E FEMINISMO

As decisões que guiam essa análise são necessidades derivadas tanto do problema como do objetivo da pesquisa. A questão-problema, desenvolvida a partir do cruzamento dos pressupostos de Genro Filho (2012) e Veiga (2010;2014), é: como a mulher é estudada em teses e dissertações do campo da Comunicação e do Jornalismo? A pergunta é levantada com o objetivo de perceber se existem articulações entre as teorias do jornalismo e a teoria feminista e como são estabelecidas essas relações.

Assim, a análise parte de uma leitura preocupada em caracterizar o percurso teórico-metodológico das pesquisas, pois se compreende que é nele que o autor demonstra sua forma de pensar sobre determinado tema (PONTES, 2009). Desta forma, a preocupação da análise é com a primeira etapa metodológica da pesquisa, que envolve o objeto, pois é nesse momento da pesquisa em que são delimitados o problema de pesquisa, o quadro teórico de referência e as hipóteses (LOPES, 2014). Atravessando essa preocupação, está o esforço de perceber a lógica da pesquisa (LOPES, 2014; SANTAELLA, 2001): a metodologia que demonstrará como o conhecimento foi construído e organizado. A partir da identificação desses elementos nas pesquisas, acredita-se ser possível encontrar respostas à questão-problema desta investigação e atingir os objetivos apresentados. Além dos dados da pesquisa, é apresentada uma rápida biografia acadêmica das pesquisadoras.

A seleção do *corpus*, como apresentado no **capítulo 3**, partiu de seis categorias com as quais se identificou: 1. não tratam do jornalismo, embora ele seja objeto empírico da pesquisa; 2. não abordam os estudos feministas e ou de gênero, mas tratam de mulheres específicas; 3. tematiza os estudos feminista e/ou de gênero, mas não trata especificamente da mulher; 4. trata, de modo geral, da representação da mulher no jornalismo. 5. aborda as mulheres enquanto profissionais do jornalismo e as rotinas de trabalho; 6. faz abordagem epistemológica do jornalismo a partir da teoria feminista e ou de gênero. A apresentação das análises segue a seguinte lógica: ordem cronológica crescente; e das dissertações para as teses. Assim, as pesquisas analisadas são:

Quadro 10: Teses e dissertações analisadas

Autor	Nível	Ano	Título	Orientador	Programa (IES)
Iara de Jesus Dias	D	2001	Mulheres Jornalistas	Bernardo Kucinski	Ciências da Comunicação (USP)

Alex Criado	D	2001	Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral	Alice Mitika Koshiyama	Ciências da Comunicação (USP)
Carolina Matos	D	2006	Mulheres Jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania	Alice Mitika Koshiyama	Ciências da Comunicação (USP)
Marcia Veiga da Silva	D	2010	Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias	Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	Comunicação e Informação (UFRGS)
Cristina Miyuki Sato Mizumura	T	2011	Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetória de vida de jornalistas	Alice Mitika Koshiyama	Ciências da Comunicação (USP)
Ana Maria da Conceição Veloso	T	2013	Gênero, poder e Resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países	José Edgard Rebouças	Comunicação
Maíra dos Santos Portela	D	2015	Marcas de Gênero e performance: a construção do lugar para a mulher apresentadora no telejornalismo	Juliana Freire Gutmann	Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA)
Marcia Veiga da Silva	T	2015	Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade	Virginia Pradelina da Silveira Fonseca	Comunicação e Informação (UFRGS)
Carolina Cerqueira Lôbo	T	2015	Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas	José Luiz Aidar Prado	Comunicação e Semiótica (PUC-SP)
Danubia de Andrade Fernandes	T	2015	Mulher, Mulata e Migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa	Bertrand Cabedoche e Mohammed Elhajji	Comunicação e Cultura (UFRJ) e Ciências da Informação e da Comunicação (UG)

Fonte: Autora

É importante frisar que a intenção dessa análise não é a de esgotar as pesquisas. Existe um propósito claro, que é responder à questão levantada, e, por essa razão, as reflexões miram considerações nessa direção. Os trabalhos apresentados, principalmente algumas das teses, são pesquisas complexas e que trazem elementos que não são apresentados aqui por não serem de relevância para o que se busca nesta dissertação.

4.1 Mulheres jornalistas - Iara de Jesus Dias

Não foi possível encontrar dados sobre a trajetória profissional e acadêmica de Dias, além das disponíveis na introdução da dissertação e no site dos ex-alunos da ECA³⁹. Assim, sabe-se que Dias é formada em Jornalismo pela USP (1979) e começou a trabalhar na grande imprensa em 1982. Passou pela editoria de esportes da *Folha de S. Paulo* e do *Jornal da Tarde* e pela editoria de economia do jornal *Estado de S. Paulo*.

A pesquisa de Dias tem por objeto a feminização do jornalismo. Ao problematizar o crescente número de mulheres no jornalismo no final do século XX, Dias (2001) toma por hipótese que a mulher busca uma nova identidade na profissão no jornalismo, distanciando-se de profissões que são consideradas femininas, caso da enfermagem e do ensino. A pesquisa configura-se como um Estudo de Caso e utiliza a entrevista como técnica.

A dissertação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro, *Gênero feminino*, de abordagem teórica; o segundo, *Feminização do jornalismo*, de abordagem histórica; o terceiro, *Pesquisa de Campo*, de apresentação da metodologia para elaboração do questionário; o quarto, *Questionário e respostas*, de reprodução na íntegra do questionário e das 46 respostas; e o quinto, *Reflexão*, de apresentação as considerações finais da autora, sendo dividido em dois tópicos.

No primeiro capítulo, Dias (2001) parte do conceito de gênero proposto por Joan Scott, Heleieth Saffioti e Gayle Rubin e do conceito de patriarcado das duas últimas autoras. Embora se aproxime em vários momentos da concepção de gênero proposta por Saffioti – que acredita ser esta categoria ampla e, por isso, ser necessário o uso do conceito de patriarcado em conjunto –, Dias apoia-se na crítica ao uso do conceito de patriarcado de Rubin e fortalece o conceito de gênero a partir do conceito de poder de Michel Foucault e Teresa Laurentis. Além desses autores, Dias se apoia em John Money para conceituar identidade de gênero e Elisabeth Badinter para falar sobre o mito da maternidade.

Sem indicar os dados sobre a participação das mulheres como força de trabalho, Dias inicia o segundo capítulo com conclusões da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e de reportagem de Antônio Negri sobre a feminização do trabalho. Assim, a pesquisadora vai afirmar que nos últimos vinte anos tem aumentado a presença das mulheres como força de trabalho. Já sobre a maior participação das mulheres no jornalismo, Dias apresenta um levantamento bibliográfico com dados da pesquisa de José Hamilton Ribeiro, a partir de e-

³⁹ Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/ex-alunos/graduacao?page=129&sort=desc&order=Ano>. Acesso: 06.jan.2018

mail trocado com Nelson Sato (FENAJ) e Myriam Guillemaud, membro do sindicato dos jornalistas de La Rochelle (França), para falar sobre o fenômeno em outras partes do mundo. Além disso, apresenta dados de Mariana Menezes, da RAIS e do sindicato de São Paulo. Por fim, faz apresentação de algumas das mulheres pioneiras no jornalismo.

Os capítulos seguintes não apresentam definição e/ou uso de conceitos, apenas algumas justificativas sobre o número de perguntas do questionário (36) e como ele está dividido; e a íntegra dos questionários e respostas (46).

A partir da leitura, não foi possível encontrar relações epistemológicas entre as teorias feministas e ou de gênero e o jornalismo. O debate teórico concentra-se no conceito de gênero e a parte que focaliza o jornalismo é histórica, abordando a participação da mulher no jornalismo. Essa reflexão se concentra nas 28 primeiras páginas da dissertação. Os outros dois capítulos da pesquisa correspondem a apresentação na íntegra das entrevistas, que totalizam 101 páginas.

4.2 Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral – Alex Criado

Alex Criado é graduado pela USP (1994) e tem mestrado (2001) e doutorado (2006) no programa de Pós-Graduação pela mesma instituição. Segundo informações do *Lattes*, Criado tem interesse de pesquisa em epistemologia do Jornalismo e atua principalmente nos temas: jornalismo literário, jornalismo organizacional, história de vida, biografias, perfis jornalísticos, livro-reportagem e história oral. Atualmente é professor da pós-graduação em Jornalismo Literário da EPL/Faculdade Vicentina de Curitiba.

A dissertação de Criado tem por objeto de pesquisa a feminização das redações. O autor percebe uma ausência de pesquisas que tratem da história das mulheres jornalistas e também identifica o crescimento da presença feminina nas redações. Assim, ele se propõe a “[...] recuperar um período da imprensa brasileira porém através da trajetória de alguns de seus protagonistas, no caso, suas protagonistas” (CRIADO, 2001, p. 45). A pesquisa toma por objetivo investigar como algumas jornalistas ingressaram na profissão e que tipo de atuação profissional elas tiveram.

Criado parte de quatro pressupostos: 1. “[...] essas mulheres fugiram ao padrão da maioria das moças da época”; 2. “[...] as novas jornalistas ingressavam diretamente na reportagem, embora ainda fossem incomum a participação feminina nessa atividade”; 3. “[...] as repórteres enfrentaram algumas dificuldades por serem mulheres, principalmente na

relação com as fontes de informação”; 4. “[...] essas mulheres tiveram uma atuação que permitiu mostrar como a atividade jornalística é um campo possível de trabalhar para as mulheres” (CRIADO, 2001, p. 41).

Para tanto, o autor adota a metodologia da história oral na modalidade história oral de vida, aquela “[...] em que o universo de interesse é o conjunto da experiência de vida de cada um dos personagens” (CRIADO, 2001, p. 48). As jornalistas entrevistadas são: Ana Arruda Callado (Jornal do Brasil), Helle Alves (Diários associados) e Neusa Pinheiro (Diários Associados). A dissertação é apresentada em quatro capítulos: I Lugar de mulher é na redação; II Intenções e Apostas; III Histórias Pioneiras; IV Reflexões.

Criado adota uma perspectiva histórica do seu tema. Por essa razão, a abordagem teórica do jornalismo e mesmo o conceito de gênero é ausente da sua pesquisa. O momento em que mais se aproxima de uma explicação das especificidades do jornalismo é ao apresentar a visão de correspondente francês Max Leclerc sobre a imprensa fluminense do final do século XIX (CRIADO, 2001, p. 24). A maior preocupação do autor é de contextualizar a posição das mulheres jornalistas, portanto, ele apresenta reflexão sobre o desenvolvimento da imprensa brasileira com enfoque nas mulheres. Também não consta espaço que realize debate teórico sobre gênero.

4.3 Mulheres jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania – Carolina Matos

Não foram encontradas informações sobre Carolina Matos. A dissertação é uma investigação sobre a vida e a jornada de trabalho de jornalistas. A pesquisa, defendida na USP em 2006, tem como problema central a qualidade de vida e de trabalho de jornalistas do telejornalismo. Matos (2006) parte da História Oral e entrevista 3 jornalistas: Maria José Sarno, então editora de texto da GloboNews; Helena de Grammont, repórter do Fantástico no período das entrevistas; e Mônica Teixeira, repórter especial da TV Cultura, São Paulo.

A dissertação se estrutura em dois volumes. O Volume I é composto por: Parte I, introdutória e traz, de forma breve, as motivações da pesquisadora e algumas informações sobre o problema e objeto de estudo; Parte II, *Caminhos*, na qual Matos apresenta dados do jornalista José Hamilton Ribeiro, da pesquisa de Alex Criado (ver 4.2) e de artigo de Adriana Mato e Mariana Menezes para tratar a feminização do jornalismo. Para abordar a qualidade de vida dos jornalistas, Matos apoia-se na pesquisa de José Roberto Heloani sobre as mudanças e os impactos no trabalho e na vida do jornalista. O conceito de gênero é abordado a partir de

Joan Scott e Dagmar Meyer. Ainda nesta Parte II a metodologia da História Oral e os critérios metodológicos para a seleção das entrevistas são explanados. A Parte III, *Histórias de Vidas*, Matos constrói uma biografia para as entrevistadas a partir dos depoimentos. Por fim, a Parte IV, *Vida e Trabalho*, espaço em que Matos cruza os depoimentos buscando aproximações e distanciamentos e também para perceber a partir das histórias contadas pelas jornalistas como o trabalho interfere na qualidade de vida delas. Já no Volume II, consta a íntegra das entrevistas com as jornalistas Maria José Sarno, Helena de Grammont e Mônica Teixeira.

Ao escolher a metodologia da História Oral, Matos valoriza o discurso das entrevistadas e, por essa razão, a delimitação do que é entendido como jornalismo na pesquisa não se constitui a partir de uma reflexão teórica. O conceito de jornalismo é fluido e vai depender da relação com a carreira profissional que as entrevistadas estabelecem no e com o jornalismo. O debate sobre gênero acontece rapidamente a partir de duas teóricas e não se estabelece relação epistemológica com o jornalismo.

4.4 Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias – Marcia Veiga da Silva

Márcia Veiga é graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Luterana do Brasil (2006); mestre (2010) e doutora (2015) em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É bolsista Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2015/2020) e professora colaboradora do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da mesma universidade. Sua dissertação foi publicada em livro em 2014, ganhou o prêmio Adelmo Genro Filho, na categoria Melhor Dissertação de Mestrado, concedido pela SBPjor.

Veiga (2010) problematiza em sua dissertação o processo de produção simbólica de gênero no jornalismo, para estudar como a construção da notícia e os valores pessoais e profissionais dos jornalistas estão presentes no processo de produção da notícia. A pesquisadora tem por objetivo geral analisar a concepção de gênero de jornalistas e perceber se e como essa percepção se envolve no processo de produção da notícia para reproduzir, ressignificar ou transformar padrões de desigualdade social. Para cumprir tal intento, Veiga adapta o método da etnografia e a técnica de observação participante à pesquisa do jornalismo.

A dissertação está dividida em cinco capítulos: 1. Fundamentos teóricos: de onde se parte, a quem se acompanha; 2. Fundamentos metodológicos; 3. As relações de gênero, os lugares de prestígio e poder entre os jornalistas; 4. Concepções de gênero nos valores-notícia e nos processos de seleção; 5. Fazendo gênero na produção de notícia: padrões sociais e visões de mundo incidindo no discurso jornalístico.

A primeira observação sobre a pesquisa de Veiga é sua preocupação em explicitar o caráter político da sua dissertação. A forma direta de deixar o posicionamento claro começa na escrita do estudo, que é toda em primeira pessoa. Além disso, Veiga marca diversas vezes o caráter político da adoção de teorias e metodologias. Ao justificar a adoção dos Estudos Culturais como recorte epistemológico da pesquisa para pensar a Comunicação, Veiga diz: “Essa aproximação fundamenta-se no reconhecimento desta vertente como ponto de vista político, que é ao mesmo teórico”; Ao explicar sobre os estudos feministas pós-estruturalistas, que norteiam sua pesquisa, Veiga afirma: “De vertente política de importantes teorizações, os estudos feministas pós-estruturalistas”. Para a teoria *queer*, a pesquisadora diz: “Os estudos *queer* têm origem política, na década de 1990”; E, novamente sobre os estudos feministas, Veiga assegura que “[...] são tidos como uma política de conhecimento”, (VEIGA, 2010, p. 24-27)

A partir dessa preocupação, Veiga explicita a existência de uma visão de mundo ao se delimitar um objeto e um problema a serem estudados. Na sua pesquisa, o objeto e o problema são investigados a partir da lente dos Estudos Culturais. Para justificar esta escolha, a pesquisadora apoia-se em Lucia Santaella e Ana Carolina Escosteguy para afirmar que os Estudos Culturais potencializam as possibilidades de relacionar o tripé temático da sua pesquisa: jornalismo, gênero e sexualidade.

Para localizar o Jornalismo a partir da sua visão de mundo, Veiga parte da ideia da notícia como uma construção social da realidade, ou seja, da sua dimensão cultural, assim como estuda teóricos como Nelson Traquina da corrente construcionista das teorias do jornalismo. E para pensar as questões de gênero e sexualidade, a pesquisadora adota os estudos de feministas pós-estruturalistas e da teoria *queer* – essa última, resultado do diálogo entre o construcionismo norte-americano e o pós-estruturalismo francês.

Assim, Veiga compreende os meios de comunicação “[...] como uma instância pedagógica cultural, com um papel que cada vez mais intervém socialmente de maneira ‘educativa’ e ‘didática na produção de saberes cotidianos, altamente relacionados à produção simbólica” (VEIGA, 2010, p. 28). A pesquisadora entende, baseada em Hall, que o discurso midiático é fonte de produção e de intercâmbio de significado que tem relação direta com a

cultura. A autora faz esse percurso de conceituação dos meios de comunicação a partir das pesquisas de Stuart Hall e Miguel Rodrigo Alsina.

Dentro dessa lógica dos meios de comunicação e do seu discurso, encontra-se o jornalismo, especificamente na pesquisa de Veiga sobre o telejornalismo. Para ela, o jornalismo é um conhecimento social e cultural que assume papel pedagógico na sociedade, já que existe uma necessidade de se “explicar” o mundo. Assim, para a pesquisadora, “[...] o jornalismo se estabelece como um *locus* de poder-saber da contemporaneidade”. Para a pesquisa de Veiga é central a relação do jornalismo com a formação de valores no processo de construção da notícia, já que ela acredita que o jornalismo participa do processo de normatização da sociedade e:

É em meio a isso que se situam as representações de gênero. Esses mesmos valores e formas de construção da realidade através da notícia incidem sobre a construção de determinadas concepções de gênero, definindo masculinidade e feminilidade, bem como sexualidades legítimas e ilegítimas (VEIGA, 2010, p. 36).

O primeiro modo de agregar valor – de “veracidade” e “neutralidade” – para a notícia, segundo Veiga, são as fontes. A pesquisadora vai colocar que as fontes são utilizadas para dar contornos de objetividade às notícias, desviando a opinião da empresa e ou do profissional do jornalista. Contudo, Veiga coloca os jornalistas como os corações e as mentes do jornalismo e, portanto, como centrais no processo de agregar valor e significado na notícia. Essa postura corresponde à perspectiva das teorias construcionistas, que colocam o *ethos* profissional como elemento fundante para compreender os processos de produção da notícia.

Os estudos de gênero, para Veiga, são um sólido aporte teórico para explicar o complexo fenômeno do conhecimento social produzido pelo jornalismo. Para chegar a essa compreensão, a pesquisadora inicia a reflexão para delimitar seu entendimento de gênero. Para tanto, apoia-se em pesquisadoras pós-estruturalistas, principalmente em Guacira Lopes Louro. É assim que Veiga vai ampliar o conceito de gênero, a relação entre gênero-poder-desigualdade e configurar o feminino e o masculino não como construções da biologia, mas do campo cultural e do simbólico. Esse entendimento deixa explícito que o feminino não é exclusivo da mulher e o masculino não o é do homem.

Social e culturalmente, uma mulher que tem traços de comportamentos masculinos ou um homem com traços femininos são considerados desviantes, inadequados. Existe a construção de um feminino e um masculino correto e para fazer parte desse limite assertivo a mulher precisa ser mãe, cuidar do lar, evitar roupas curtas e apertadas etc. O mesmo para o homem que precisa ser forte, não deve chorar em público, não ser muito vaidoso etc. Esse

desvio da mulher masculina e do homem feminino são assim considerados desvios por causa da heteronormatividade compulsória.

O comportamento certo para a mulher e para o homem não são apenas construídos social e culturalmente. Para Veiga, eles também são ensinados e aprendidos. É nesse sentido que a pesquisadora vai dizer que a compreensão da complexidade das relações de gênero é frutífera para a compreensão do imbricamento da mídia com a cultura. Como explica Veiga (2010, p. 62):

Não apenas porque o jornalismo, como conhecimento social, se relaciona diretamente com os saberes legítimos e produzidos nas instâncias de poder, mas também porque a mídia participa dos processos didáticos de explicação dos conhecimentos que devem ser partilhados e tomados como norteadores da sociedade. Não apenas porque a mídia é um dos sistemas de representação social mais evidentes, e com isso tem ingerência direta nas configurações das convenções sociais, mas também porque isso acontece em razão de as representações sociais [...] possuírem três funções intimamente ligadas e que, como tal estão postas nos discursos midiáticos.

Veiga identifica essas funções como as elencadas por Patrick Charaudeau, que são: a de organização coletiva dos sistemas de valores; de exibição das características comportamentais dos grupos; e a encarnação dos valores dominantes em figuras – sejam instituições, sujeitos ou mesmo objetos simbólicos – para que estas desempenhem papel de representante da identidade coletiva. É assim, portanto, que, embasada na indicação de Guacira Lopes Louro, de que as escolas têm gênero e ele é masculino, e amparada pela análise empírica de sua pesquisa, Veiga vai concluir que o jornalismo é masculino.

4.5 Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discurso, identidade e trajetória de vida de jornalistas – Cristina Miyuki Sato Mizumura

Cristina Miyuki Sato Mizumura é graduada em jornalismo pela USP (não foi identificado o ano), mestre (2004) e doutora (2011) pela mesma instituição. A dissertação de Mizumura, *Brasil em ideogramas – histórias de vida de jornalistas da imprensa nipo-brasileira*, é sobre os jornalistas pioneiros da imprensa nipo-brasileira. Mizumura trabalhou em jornais e programa de rádio nipo-brasileiro e atualmente é assessora de comunicação social do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A tese de Mizumura tematiza a mulher no jornalismo nipo-brasileiro e toma por objeto de pesquisa o discurso sobre a identidade das mulheres *nikkeis* no Brasil e a perspectiva de jornalistas que trabalham no jornalismo nipo-brasileiro sobre esse discurso. Os principais

objetivos da tese são: “[...] compreender como algumas profissionais se relacionaram com a carreira de jornalista na imprensa nipo-brasileira”; “[...] articular o exercício do jornalismo nipo-brasileiro com suas trajetórias de vida e com os imaginários sobre a identidade feminina *nikkei*” (MIZUMURA, 2011, p. 17); e analisar o papel da imprensa *nikkei* na construção de discursos sobre os ideais femininos. Para tanto, Mizumura analisou reportagens do suplemento *Página Um*, da revista *Arigatô* e do tabloide *Japão Agora*. Além disso, usou a técnica de pesquisa dos relatos de vida para obter depoimento de seis mulheres jornalistas da imprensa nipo-brasileira.

A tese é estruturada em cinco capítulos, que segundo Mizumura (2011, p. 17) “[...] organiza artificialmente uma realidade rebelde”: Capítulo 1 – Mapas e direções; Capítulo 2 – Mulheres *nikkeis* no Brasil; Capítulo 3 – mulheres no jornalismo nipo-brasileiro; Capítulo 4 – relatos de vida de jornalistas; Capítulo 5 – construção de sentidos.

Mizumura inicia seu capítulo teórico identificando o sujeito do qual irá falar: o imigrante. Assim, ela define o conceito de tempo, espaço e mundo a partir da concepção de Milton Santos. A pesquisadora também faz a diferenciação entre emigrante e imigrante, justificando o uso do segundo por tomar como perspectiva de estudo o Brasil. Portanto, os japoneses da primeira geração no Brasil são tratados como imigrantes, “[...] um estranho vindo de fora, encontrando-se em uma sociedade que provavelmente desconhece e onde terá que se inserir, sujeitando-se às suas leis” (MIZUMURA, 2011, p. 23). Além disso, a partir do conceito de transnacionalidade de Célia Sakurai e de Nina Glick Schiller, Mizumura vai desvincular a ideia de imigração à de ruptura. O sentido dado é o de criação de um campo social e imaginário que liga simbolicamente o país de origem ao país de chegada, neste caso o Japão e o Brasil.

Outro conceito importante trabalhado por Mizumura é o de identidade. A pesquisadora vai colocar em comparação a identidade e a linguagem, assim como faz Tomaz Tadeu da Silva, para dizer que, embora se pretenda fixa, a identidade é uma construção fluida e sua fixação é impossível. Também são trabalhadas as ideias de jogo de Stuart Hall e do eu de Lacan para reafirmar a instabilidade da construção da identidade. No Brasil, segundo Mizumura, o conceito de identidade cultural é vinculado ao de identidade nacional, decorrente da necessidade do conceito de nação baseado em uma falsa homogeneidade social. Também indica que no país as comunidades estrangeiras são consideradas étnicas enquanto a população negra é tratada como categoria racial. A pesquisadora vai assim diferenciar também o racismo biológico e a discriminação cultural que, como coloca Stuart Hall, são dois registros diferentes do racismo. “A trajetória dos japoneses no Brasil resultou na construção

de uma identidade nipo-brasileira, cuja característica principal é essa hifenização: nem japoneses, nem brasileiros, mas também japoneses e também brasileiros, isto é, nipo-brasileiro” (MIZUMURA, 2011, p. 29).

Mizumura continua a especificação do sujeito que será estudado a partir do conceito de gênero e das relações entre gênero, etnia e classe social, que são indissociáveis para a pesquisadora. Ela se apoia na perspectiva marxista do conceito de gênero, principalmente na pesquisadora Heleieth Saffioti, colocando a importância de perceber a materialidade do corpo ao tratar sobre as questões das mulheres.

Para tanto, Mizumura ilustra a importância do corpo dando um exemplo sobre a escravidão, no qual povos antigos que saíam vitoriosos em batalhas decidiam matar os homens por eles representarem perigo e escravizavam as mulheres por elas representarem força de trabalho e, principalmente, reprodutora da força de trabalho. Além disso, a pesquisadora também conceitua patriarcado seguindo a proposta de Saffioti, de que o conceito de gênero deve ser utilizado em conjunto com o conceito de patriarcado e percebido sempre atravessado por classe e etnia.

Especificado o sujeito estudado (a mulher imigrante nipo-brasileira), Mizumura aborda conceitos que tratam da sua condição. Assim, a pesquisadora vai abordar o conceito de cidadania e o princípio da nacionalidade, embasando-se nas afirmações de Liszt Vieira. Mizumura, então, vai afirmar que a cidadania sempre foi negada ao imigrante e explica que essa negação é resultado da concepção restrita de cidadania vinculada à nacionalidade. A pesquisadora também aborda o multiculturalismo, dando o exemplo do Estado da Grã-Bretanha, que foi obrigado a reconhecer formal e publicamente as necessidades sociais diferentes dos seus cidadãos, que são formados por indivíduos de culturas diversas.

Ao abordar a apropriação da realidade a partir da individualidade, Mizumura apresenta os dois conceitos centrais da sua tese, pois têm também papel metodológico. Trata-se da percepção de Agnes Heller sobre os papéis sociais e a condução de vida, que são a base para a interpretação dos relatos de vida das jornalistas do jornalismo nipo-brasileiro. Mizumura vai colocar que a relação do sujeito com seus papéis sociais pode variar.

Pode configurar alienação, quando o sujeito identifica-se plenamente com o papel ou os papéis sociais. Pode significar distanciamento, de duas formas: “incógnito dissimulado” como aquele que discorda das normas impostas pelo seu papel social, contudo encena persona que cumpre tais normas; ou “incógnito oposicionista”, aquele sujeito que, embora discorde das normas e interprete persona que cumpra com seu papel social, se incomoda com essa condição.

Por fim, Mizumura indica o rebelde, aquele que não só não concorda como não cumpre com seu papel social. Já para tratar a condução de vida, que para Mizumura (2011, p. 40) possibilita “[...] uma cotidianidade não-alienada, mediante a relação consciente do indivíduo com o humano-genérico”, a pesquisadora vai tratar o conceito de preconceito como fruto do pensamento cotidiano e impedimento à autonomia do sujeito. Mizumura reforça a ideia de condução de vida e de liberdade a partir do conceito de ação humana de Hannah Arendt.

O papel metodológico destes conceitos foi o de guiar a análise dos depoimentos das jornalistas do jornalismo nipo-brasileiro. Mizumura procurou identificar características que pudessem enquadrar as jornalistas como sujeitos da categoria de alienação, distanciamento ou rebelde. Além disso, procurou contrapor o discurso das jornalistas e a análise das reportagens do suplemento *Página Um*, da revista *Arigatô* e do tabloide *Japão Agora*.

Mizumura indica que a metodologia adotada para sua tese foi a dos relatos de vida, como formulou Gaston Pineau. Ela empregou a técnica para formular uma narrativa das práticas profissionais e perceber a nuances da carreira de Mitsuko Kawai, Célia Abe Oi, Fátima Kamata, Mami Yasunaga, Andréia Ferreira e Kátia Sattomura, todas jornalistas da imprensa nipo-brasileira. Destas, apenas informações sobre Mitsuko Kawai não foram coletadas a partir de perguntas. Como a jornalista já era falecida no período da pesquisa, a narrativa da sua carreira foi construída a partir de trechos de livros escritos por ela em vida.

Também é importante frisar que a autora dedicou um subtópico do seu capítulo metodológico para colocar em debate a questão de ser ela mesma uma *nikkie*, de ter sido jornalista da imprensa nipo-brasileira e ter proximidade com grande parte das suas entrevistadas, chegando a trabalhar com elas. Além disso, na tese consta uma apresentação. Mizumura deixa o seu relato de vida como jornalista e como descendente de japoneses. Essa apresentação é importante para compreender a origem da pesquisa e, principalmente, para identificar a partir de que perspectiva o objeto estudado está sendo observado: da perspectiva de uma mulher, jornalista e descendente de japoneses.

Com outras palavras, metodologicamente a questão do jornalismo e da mulher atravessam a pesquisa e a pesquisadora. Contudo, embora seja central em toda a pesquisa, a relação entre o jornalismo e a mulher não ganham espaço teórico. Mizumura faz o debate sobre gênero a partir dos estudos de Saffioti em um dos subtópicos do seu capítulo teórico. Já o jornalismo não tem um capítulo ou subtópico específico. A relação entre esse conceito e a questão do jornalismo não pode ser percebida na parte teórica e metodológica da pesquisa.

4.6 Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países – Ana Maria da Conceição Veloso

Ana Veloso é graduada em Jornalismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1994), tem mestrado (2005)⁴⁰ e doutorado (2013) em Comunicação pela UFPE. Atualmente, Veloso é professora dos cursos de Jornalismo, Publicidade e Rádio, TV e Internet da UFPE, integra o Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) e colabora com a ONG Centro das Mulheres do Cabo. A pesquisadora também participa do Fórum Pernambucano de Comunicação (FOPECOM) e do Fórum de Mulheres do Cabo. Veloso é militante do movimento feminista reconhecida em Pernambuco.

Sua tese estuda o lugar das mulheres na elaboração de conteúdo nas indústrias culturais e midiáticas com a preocupação de “[...] pôr em relevo as dimensões da discriminação e da opressão que permeiam a relação das mulheres com os meios de comunicação” (VELOSO, 2013, p. 22). Para tanto, a pesquisadora levanta e analisa dados quantitativos e qualitativos sobre as mulheres jornalistas em 15 programas de televisão⁴¹ e 19 jornais⁴² de 11 países. Além disso, Veloso também se preocupa em colocar a mulher como um sujeito político e ativo. Assim, a pesquisadora também observa e entrevista mulheres da *Rede Mulher e Midia*. O objetivo central é a criação de um panorama das mulheres na mídia do mundo e um panorama das ações de resistência das mulheres organizadas.

Veloso parte da perspectiva da Economia Política da Comunicação, em especial da visão feminista. Portanto, a pesquisadora utiliza principalmente os estudos de Vincent Mosco, Carolyn Byerly, Karen Ross, Margaret Gallagher, Ellen Riordan, Janeth Asko, Michelle Mattelart, Leslie Steeves e Luise North. Além disso, também se apoia nas pesquisas da *International Women's Media Foundation* (IWMF/2010 e 2012). É adotada uma combinação de métodos (estudo de caso múltiplo, entrevistas individuais e em profundidade e observação participante) no intento de perceber seu objeto por diferentes ângulos. Contudo, Veloso (2013, p. 41) observa que, apesar de investigar informações da participação das mulheres na mídia de 11 países, seu estudo “[...] prioriza o detalhamento das condições sociais de produção que

⁴⁰ A dissertação de Veloso tem como título *O Fenômeno Rádio Mulher: Comunicação e Gênero nas Ondas do Rádio* e não entrou para o corpus de análise por não corresponder ao critério de seleção.

⁴¹ SABC 1 (África do Sul); Clarín - (Argentina); ABC (Austrália); SBT (Brasil); Record (Brasil); Globo (Brasil); TVE (Espanha); ABC (Estados Unidos); NBC (Estados Unidos); CBS (Estados Unidos); TF1 (França); BBC1 (Inglaterra); RAI1 (Itália); Mediset 4 (Itália); Televisa (México).

⁴² Sunday Times (África do Sul); Frankfurt Zeitung (Alemanha); Bild (Alemanha); Clarín (Argentina); Sunday Times (Austrália); Folha de S. Paulo (Brasil); O Estado de S. Paulo (Brasil); O Globo (Brasil); El País (Espanha); The Washington Post (Estados Unidos); The New York Times (Estados Unidos); USA Today (Estados Unidos); Le Figaro (França); Le Monde (França); The Guardian (Inglaterra); The Times (Inglaterra); La Repubblica (Itália); Corriere della Sera (Itália); Reforma (México).

evidenciam a natureza das relações de gênero entre homens e mulheres no Brasil”. A tese de Veloso está estruturada em cinco capítulos, a saber: 1. Ideologia, mídia e mulher; 2. As mulheres nas indústrias culturais; 3. A longa jornada rumo à paridade entre homens e mulheres nos grupos de mídia; 4. Política, mídia e poder no Brasil: as mulheres entram em cena; 5. Elas estão no ar.

O levantamento dos dados dos programas de televisão e jornais analisados foi realizado de abril de 2010 a dezembro de 2011. Segundo Veloso (2013, p. 36), o levantamento de dados teve por objetivo “[...] cruzar informações sobre a posição deles [países] no cenário econômico, político e midiático na tentativa de apresentar um mosaico da situação das mulheres na produção de conteúdo no jornalismo em nações de maior destaque global”. Veloso (2013, p. 38) adotou o método de estudo de caso múltiplo para organizar e interpretar os dados obtidos no intuito de “[...] desvendar como a posição das mulheres na condição de produtoras de conteúdo no contexto das indústrias culturais está articulada com marcadores que integram as relações sociais de sexo”.

Além disso, a interpretação dos dados a partir do estudo de caso múltiplo ajudou, segundo a pesquisadora, na elaboração das entrevistas com jornalistas em cargos de chefia dos grupos de mídia e agência de informação e as jornalistas ativistas da *Rede Mulher e Mídia*. Foram entrevistadas 15 jornalistas do primeiro grupo, a partir de roteiro semi-estruturado com 10 perguntas que envolviam os temas: vivência em cargo de chefia; relações de poder nas redações; discriminações; e os desafios para as mulheres na profissão e a relação entre produção simbólica e gênero (VELOSO, 2013, p. 42-43). Da *Rede Mulher e Mídia* foram entrevistadas 14 jornalistas a partir de roteiro semi-estruturado com perguntas sobre os temas: “[...] interação entre as agendas do feminismo e as pautas dos meios de comunicação”; “[...] a ação da *Rede Mulher e Mídia* no país”; “[...] a relação entre os temas mulher e mídia”; “[...] a presença das mulheres organizadas nos movimentos brasileiros pela democratização do setor”; “[...] a participação delas na internet, nas redes sociais”; “[...] o ciberativismo e os limites e dificuldades do feminismo no campo comunicacional” (VELOSO, 2013, p. 42). Para Veloso (2013, p. 31), a aplicação de entrevista com as jornalistas, principalmente do primeiro grupo, “Trata-se de uma tentativa de aprofundar questões que margeiam a ação dos sujeitos que estão inseridos na elaboração dos conteúdos circulantes nas indústrias culturais e que podem (ou não) estar submetidos às relações de opressão/subordinação”.

Com o segundo grupo, o das jornalistas ativistas, além usar a entrevista, Veloso também participou de seminários e acompanhou reuniões⁴³ a partir da observação participante no intuito de perceber a auto-organização e estratégias de midiativismo. A *Rede Mulher e Mídia*, grupo analisado por Veloso, surgiu a partir do seminário *O controle social da imagem da mulher na mídia*, realizado em 2009 na cidade de São Paulo. Desde seu surgimento, o compromisso da Rede é “[...] com a democratização da comunicação no Brasil e com a necessidade de colocar as mulheres nesse campo de disputa, não somente como beneficiárias de políticas, mas como protagonistas no setor” (VELOSO, 2013, p. 45). Assim, Veloso assegura que a observação participante permitiu ir além de acompanhar os discursos. A pesquisadora afirma que sua presença e observação foi fundamental para “[...] buscar formas de compreender, de fato, como poderiam ser coletados, tratados e interpretados os dados levantados durante a observação dos fenômenos registrados em diário de campo” (VELOSO, 2013, p. 46).

As primeiras preocupações da tese de Veloso (2013, p. 47) são: “[...] discutir como a ideologia fundamental, permeia e alicerça a expressão e circulação de imagens e discursos sobre as mulheres”; problematizar “[...] as contribuições que o movimento feminista apresentou, como projeto político e pensamento crítico, para saída das mulheres da posição de subalternidade e ascensão no mundo público”; e busca pistas para compreender o “[...] investimento das mulheres para ocupar uma posição de fala em busca da desconstrução da ordem patriarcal e sexista, identificando como essa ordem permeia as produções dos meios de comunicação e colaboram com a construção da realidade”. Assim, a pesquisadora vai indicar sua percepção da mídia, do jornalismo e do feminismo no mundo e suas funções. Além disso, apresenta seu entendimento de ideologia e as relações entre mídia-ideologia, feminismo-ideologia e mídia-ideologia-feminismo. Para tanto, Veloso utiliza os estudos de ideologia e análise do discurso.

Veloso aproxima sua ideia de mídia à de Louis Althusser, o que coloca as redes de televisão e jornais como “[...] corporações que atuam como reprodutora da ideologia de quem controla os meios de produção de riquezas e são co-responsáveis pela reprodução de valores culturalmente aceitos e edificados em diversas sociedade” (VELOSO, 2013, p. 52). Ou seja, a mídia em conjunto com outros aparelhos ideológicos do estado (igreja, escola, família) tem

⁴³ I Conferência nacional de comunicação (CONFECOM) - dezembro/ 2009; Encontro da Rede de Mulheres em Comunicação - setembro/2010; Seminários Mulher e Mídia 07 e 08 - dezembro/ 2010 e dezembro/ 2011; Cotidiano da Agência Patrícia Galvão - outubro e novembro de 2011; Reunião estratégica sobre banda larga e marco regulatório das comunicações - 3 a 5 de julho de 2011; Reunião estratégica sobre a ação das feministas na campanha *Para expressar a liberdade* - 26 e 27 de outubro/ 2012.

como função reproduzir e produzir valores, comportamentos, conhecimentos legitimados social e culturalmente.

Já o feminismo é colocado por Veloso como um projeto ideológico de transformação da sociedade. Ela vai definir o feminismo como movimento social a partir do conceito de movimento social de Maria da Glória Gohn e apresentar uma breve história da luta do feminismo buscando caracterizar o discurso do movimento e sua ideologia. Veloso se apropria do conceito de dominação masculina de Pierre Bourdieu e reforça esse conceito a partir de Yvonne Knibiehler. Assim, o feminismo é colocado também como um movimento político eterno com a função de limitar as desigualdades e injustiças produzidas pela dominação masculina.

Como resultado da investigação sobre o lugar das mulheres na indústria cultural, Veloso vai identificar que as mulheres são sub-representadas tanto em cargos como de colunista e articulista das páginas de opinião como nos cargos executivos. Em outras palavras, os espaços de opinião e de decisão política e econômica dos principais jornais e televisões do mundo são majoritariamente ocupados por homens. Levando em consideração que Veloso concebe os meios de comunicação como aparelho ideológico do estado para produzir e reproduzir o pensamento hegemônico e o fato dos homens serem maioria em cargos de prestígio nas redações o jornalismo, como parte dos meios de comunicação, é também um instrumento para a manutenção da dominação masculina.

Essas visões da mídia e do feminismo, que constroem o problema da pesquisa, são miradas por Veloso a partir da Economia Política da Comunicação. Por se tratar de uma corrente teórico-metodológica, além de auxiliar a pesquisadora na reflexão teórica, é também importante para o percurso metodológico adotado. É, portanto, parte da justificativa para a diversidade de métodos adotados por Veloso, já que esta corrente busca investigar o objeto a partir da economia, da política e do social. Neste sentido, a pesquisadora corrobora com os estudos de Adorno, Horkheimer, Habermas, Gramsci, Mattelart, Miège, Flichy, Murdock, Golding, Mosco e Tremblay quando aborda o jornalismo. Além disso, Veloso aproxima esses autores dos estudos feministas da economia política já que essa também se esforça para superar “[...] as quantificações de fenômenos comunicacionais na busca por evidenciar como eles são alimentados pela ação de marcadores ideológicos” (VELOSO, 2013, p. 99). À corrente feminista cabe a apresentação das “[...] tendências em torno da presença das mulheres nas redações” (VELOSO, 2013, p. 101).

Como contraponto, Veloso apresenta também a participação organizada de mulheres que resistem ao controle social em relação aos conteúdos midiáticos. Para contextualizar essa

luta, Veloso precisou antes apresentar a história das concessões públicas de rádio e televisão e de como se configurou a concentração da mídia no Brasil. Veloso também coloca em debate a presença majoritária de políticos e líderes religiosos no controle da mídia. Com o cenário político-econômico da mídia estruturado, Veloso se esforça para apresentar características da resistência das mulheres. Nesse sentido, vai abordar o uso de sites e redes sociais (ciberativismo) por organizações de mulheres que lutam pela democratização da comunicação. Essa luta é personificada nas entrevistadas da *Rede Mulher e Mídia*.

Veloso não tensiona as teorias do jornalismo a partir de uma perspectiva feminista. Contudo, a pesquisadora coloca no centro da sua tese a perspectiva feminista ao escolher e aproximar a corrente da Política e Economia da Comunicação e os estudos feministas da política e economia. Além disso, a proporção global da pesquisa, que investiga 15 programas de televisão e 19 jornais de 11 países, indica que os problemas da mulher no jornalismo atravessam culturas, políticas e economias distintas.

4.7 Marcas de gênero e performance: a construção do lugar de fala para a mulher apresentadora no telejornalismo – Máira dos Santos Portela

Máira Portela tem passagem no telejornalismo baiano e, atualmente, é repórter na Record TV Itapoan, segundo dados do Facebook da jornalista. Portela é graduada em Jornalismo pela UNIJORGE e tem mestrado defendido em 2015 na UFBA. Seus interesses de pesquisas são o rádio e a televisão.

A dissertação de Portela trata da construção do lugar de fala da jornalista apresentadora de telejornais. A pesquisadora pretende estudar a forma como “[...] o gênero sexual e gênero televisivo dialogam, e como os valores do telejornalismo como atualidade e interesse público são articulados na performance da mulher como apresentadora” (PORTELA, 2015, p. 14). Assim, ao buscar entender o lugar da jornalista no telejornalismo, Portela objetiva verificar “[...] como a televisão se apropriou dos processos culturais, sociais, econômicos e políticos que o Brasil passou desde a chegada da TV no país, e se a figura feminina provoca tensionamentos nesses programas” (PORTELA, 2015, p. 15).

Para tanto, ela analisa, a partir de conceitos teórico-metodológicos dos Estudos Culturais, cinco programas da televisão aberta⁴⁴ durante uma semana dos meses de setembro, outubro e dezembro de 2013 e de abril de 2014. Além disso, Portela utiliza reportagens em

⁴⁴ Encontro com Fátima Bernardes (TV Globo); Jogo Aberto (Band); Fala Brasil (Record); SBT Brasil (SBT); Sem Censura (TV Brasil).

revistas e jornais sobre programas e apresentadoras como suporte para a compreensão histórica da construção do lugar da mulher como apresentadora de telejornal, já que o material acadêmico sobre as mulheres jornalistas ainda é escasso, principalmente no âmbito da televisão.

Estruturalmente, a dissertação é dividida em quatro capítulos: 1. Conceitos teórico-metodológicos: um guia para as análises dos programas; 2. Feminismo e comunicação: trajetórias e temporalidades; 3. O lugar da mulher apresentadora: análise dos programas; 4. Gêneros televisivo e sexual: a performance do feminino no telejornalismo.

Para solucionar as questões levantadas e elaborar um guia para a análise, Portela se apropria de três conceitos dos Estudos Culturais: estrutura de sentimento, gênero televisivo enquanto categoria cultural e modo de endereçamento. Outro conceito adaptado ao telejornalismo é o de performance. É na relação desses conceitos e a análise dos programas que as questões levantadas para a pesquisa são respondidas. Assim, o conceito de Estrutura de Sentimento, formulado por Raymond Williams, é adaptado ao telejornalismo por Itania Gomes, e atrelado por Portela ao conceito de gênero televisivo como categoria cultural, como propõe Gomes. Essa formulação vai responder como:

[...] a cultura dominante tem ressignificado este lugar destinado à mulher apresentado na tevê brasileira em articulação com as diferentes temporalidades que configuram o telejornalismo no Brasil no que conhecemos e legitimamos como prática nos dias de hoje (PORTELA, 2015, p. 24).

Já o conceito de modo de endereçamento, que diz respeito às estratégias de direcionamento dos programas para o público, vai indicar como programas jornalísticos que têm jornalistas como apresentadoras “[...] constroem uma relação com a audiência e qual é o lugar destinado à apresentadora através destas estratégias de se endereçar para o público” (PORTELA, 2015, p. 26). Por último, Portela se apropria do conceito de performance proposto por Paul Zumthor e adaptado ao jornalismo por Juliana Gutmann, para identificar “[...] como o corpo da mulher apresentadora materializa marcas do programa, que vão ser lidas e interpretadas pelos telespectadores” (PORTELA, 2015, p. 26).

Em dois momentos da dissertação, Portela aproxima esses conceitos relacionados ao jornalismo, que são apresentados no primeiro capítulo, das questões sobre a mulher. O primeiro momento acontece no segundo capítulo. Portela apresenta um recorte da história das lutas do movimento feminista no Brasil e da história da mulher nos meios de comunicação nacionais para que a percepção da construção do lugar da mulher no telejornalismo em tempos distintos possam ser identificados e relacionados à análise realizada para a pesquisa.

Essa estrutura que aborda a luta feminista e, em seguida, o espaço conquistado pelas mulheres no telejornalismo, sugere que essa conquista é fruto também da luta feminista.

O segundo momento é no quarto capítulo, no qual Portela faz a relação Capitalismo-Jornalismo-Patriarcado. Ou seja, a pesquisadora associa a sua análise à conclusão do estudo feito no segundo capítulo da sua dissertação, na qual ela constata que:

[...] a consolidação do capitalismo como um modelo político econômico, marcado pela ênfase na propriedade, consumo e desigualdade sociais, o sistema de dominação dos homens sobre as mulheres rompeu as barreiras domésticas, enraizando-se nas relações de trabalho, na política e na mídia (PORTELA, 2015, p. 191).

Para Portela, como indicado no primeiro capítulo, o telejornalismo é parte de um processo cultural e, por ser a sociedade patriarcal, o espaço da mulher no telejornalismo, ainda que tenha crescido e mudado, é marcado por características da sociedade patriarcal, no caso analisado a sociedade brasileira. O conceito de patriarcado trabalhado por Portela é um construto dos pressupostos de Friederich Engels, Simone de Beauvoir e Heleith Saffioti.

Embora não seja estabelecida relação epistemológica entre o jornalismo e os estudos feministas, é interessante perceber como Portela relaciona o gênero televisivo e o gênero sexual para abordar o espaço das jornalistas no telejornalismo. A análise de Portela é guiada por conceitos dos Estudos Culturais adaptados ao jornalismo – e, portanto, pertinentes ao jornalismo, mas, como observado no capítulo 1, escapam a suas especificidades – na relação com os estudos feministas para marcar a construção estereotipada da mulher.

4.8 Saberes *para* a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade – Marcia Veiga da Silva

A apresentação de Veiga está presente no subtópico da sua dissertação (4.4). A tese estuda a formação universitária dos jornalistas e problematiza os processos simbólicos que envolvem o fazer e o pensar jornalístico. Veiga (2015, p. 19) coloca como questão-problema: “de que forma se manifestam e são problematizados nos processos de ensino e aprendizagem do jornalismo os valores sociais e os sistemas classificatórios de diferença hegemônicos, e como estes se interseccionam aos paradigmas e conceitos dominantes no campo acadêmico?”. A pesquisadora vai partir da hipótese de que:

A compreensão naturalizadora do status quo e das convenções e hierarquias sociais hegemônicas, acionada pelos jornalistas no processo de produção de notícias, é

também resultado de uma formação universitária cujas bases repousam em paradigmas (visões de mundo, conceitos, métodos e técnicas) restritivos ou limitados no seu potencial de compreensão mais ampla e complexa dos fenômenos, arranjos e relações sociais contemporâneos. Essas restrições contribuem para que não sejam colocados em perspectiva crítica os valores sociais que fazem parte dos saberes que informam hegemonicamente a sociedade, que são incorporados aos sujeitos e às instituições e que, não sendo escrutinados, acabam por ser naturalizados, tomados como verdades, interferindo na forma como a realidade é apreendida (VEIGA, 2015, p. 18).

O objetivo principal de Veiga é entender como os valores sociais hegemônicos interferem no processo de ensino e aprendizagem do jornalismo, atravessando os saberes da profissão, as práticas pedagógicas e as relações interpessoais, numa interseção com os paradigmas e epistemologias dominantes.

O estudo se baseia nos paradigmas pós-estruturalistas e interpretativo. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e inspira-se no método etnográfico, da Antropologia, a partir das técnicas da observação participante e descrição densa. Essas escolhas metodológicas foram utilizadas para acompanhar o cotidiano de aulas em duas Universidades Federais de diferentes regiões do país - a pesquisadora decidiu, por razões éticas, excluir a possibilidade de investigar a UFRGS e por questões de proximidade cultural as demais universidades do estado do Rio Grande do Sul. Embora deixe em sigilo o real nome das universidades e cidades (que são capitais), Veiga apresenta dados reais sobre as cidades para contextualizar o universo em que o espaço estudado está inserido. Além disso, os nomes dos alunos e dos professores das disciplinas também são reservados. Foram acompanhadas 3 disciplinas de cada curso.

A estruturação dos capítulos da tese de Veiga indica o já percebido na sua dissertação. A preocupação da pesquisadora de localizar o conhecimento que produz. Se na dissertação o que marcava esse lugar, ou esse recorte epistemológico, era a narrativa em primeira pessoa – que não é comum às normas do que se habituou chamar Ciência –, em sua tese o ponto 1.1 *As origens da pesquisa: a localização dos saberes*, parte final da sua introdução, também cumpre essa função. Veiga se apoia em Harawa para indicar que sua perspectiva de objetividade é feminista e, assim, “[...] assume-se o caráter limitado, localizado e corporificado da produção do conhecimento, bem como a responsabilidade por aquilo que resulta das possibilidades de enxergar a realidade” (VEIGA, 2015, p. 28).

A contagem dos seus capítulos tem início com o segundo, *As lentes pelas quais o jornalismo é observado*, e segue com os capítulos: 3. *O percurso metodológico da pesquisa*; 4. *O sistema-mundo e os marcadores de diferença nas estruturas e nas interações ensino-aprendizagem na universidade*; 5. *O conhecimento para o jornalismo e as redes tecidas pelo*

poder-saber; 6. Saberes de profissão: um olhar sobre a teoria e a prática do jornalismo nos discursos do ensino.

Veiga vai debater sobre o jornalismo como forma de conhecimento, a partir de Adelmo Genro Filho e Eduardo Meditsch, e problematizar esse conhecimento a partir da perspectiva pós-estruturalista e pós-colonialistas. Assim, a pesquisadora coloca como central o entendimento da relação poder-saber de Foucault e uma reflexão das hierarquias e desigualdades sociais a partir do padrão de poder colonial global para analisar as marcas do conhecimento produzido para e pelo o jornalismo. Todo o debate proposto por Veiga é atravessado pela perspectiva do feminismo. Veiga acredita que essa lógica de investigação:

[...] permite compreender por que na sociedade, de um modo geral, e no jornalismo em particular, nossas possibilidades de compreensão do nós/Outro se constroem sobre essas bases e são invisibilizadas na naturalização destas normas em consonância com os regimes do híbrido poder-saber de que são parte. Facilita igualmente perceber quão profundas são as origens de nossas “ignorâncias” sobre as formas de se viver e ser sujeito que diferem das normas arraigadas ao longo da história. E, do mesmo modo, compreender por que esses meios de conhecer continuam produzindo mazelas sociais, como as já citadas homofobia, racismo, sexismo, heterossexismo, classismo, entre outras, que até hoje são evidenciadas pelos mais variados índices (VEIGA, 2015, p. 36)

Além disso, Veiga acredita que a configuração da universidade, neste caso particular da universidade brasileira, é parte importante para a instauração de regimes disciplinares. Essa percepção de Veiga aparenta reflexos da sua dissertação, na qual observou o processo de produção da notícia e como os valores dos jornalistas atravessavam essa produção. Fica a ideia de que Veiga acredita que a relação da construção desses valores está atrelada a um momento anterior ao da produção da notícia. Para identificar as razões da reprodução e produção dos ideais dominantes na notícia é preciso voltar no caminho e também investigar a formação profissional dos jornalistas.

A partir desta perspectiva, Veiga debate o conhecimento jornalístico “[...] considerando não apenas suas relações como paradigmas, métodos, epistemologias, mas também com as visões de mundo, hierarquias e sistemas de poder [...] e no contexto social em que está inserido” (VEIGA, 2015, p. 39). Ela aproxima o conhecimento jornalístico do conhecimento científico por três razões: i. o desenvolvimento histórico, já que para Veiga tanto o jornalismo como a ciência têm o século XIX como marco inicial da sua estruturação como discurso de atualidade; ii. a utilização dos conceitos de objetividade, neutralidade e universalidade como base; iii. e o reducionismo. Além disso, Veiga também aproxima o conhecimento jornalístico do conhecimento do senso comum, pois para a pesquisadora:

[...] entre a linguagem do cotidiano e os conceitos científicos, o jornalismo é partícipe, atuando como um mediador e também sendo por eles perpassado, adquirindo conhecimentos através destes conceitos e características similares às da ciência, especialmente em alguns métodos e epistemologias hegemônicas para a validação de uma “verdade objetiva” (VEIGA, 2015, p. 41).

Para Veiga (2015, p. 42), “as marcas da modernidade e da epistemologia positivista nos métodos e técnicas de produção jornalística produzem efeitos nas formas como a realidade pode ser percebida e narrada como um conhecimento”. A pesquisadora vai colocar que a influência positivista ainda é permanente na construção do conhecimento sobre o jornalismo, ou seja, é a partir de lentes positivistas que o jornalismo vê e ensina a ver a realidade. Para tanto, Veiga não nega o desenvolvimento de correntes que são críticas ao positivismo. A pesquisadora também coloca em debate a perspectiva dos funcionalistas (que têm como base também o positivismo), estruturalistas, do modelo crítico-dialético Marxista e a Escola de Frankfurt, mas afirma que:

Englobando historicamente o arcabouço conceitual no estudo (e ensino) do jornalismo, esses vieses trazem implícitas formas que, hoje, podem ser consideradas restritas para os modos de concepção da realidade, dos funcionamentos do poder e da problematização mais efetiva dos próprios conceitos de verdade, como mais recentemente se propõem aquelas problematizações derivadas da chamada “virada linguística” (VEIGA, 2015, p. 44).

Veiga (201, p. 44) constata que, de modo geral, existe uma prevalência de modos de compreender a realidade e que essa perspectiva sobre a realidade determina o jornalismo como “[...] informação produzida em consonância com ‘a verdade pura e objetiva dos fatos’”. Para exemplificar, Veiga traz a compreensão da notícia como espelho da realidade ainda como um fato – Veiga pode observar esse posicionamento diante a notícia durante a observação de grupo de jornalistas para a realização da sua dissertação. Ou seja, esse ponto de vista é derivante da perspectiva positivista, o que comprova que o desenvolvimento de outras correntes não foi suficiente para romper a relação entre o jornalismo e o pensamento positivista. É assim que Veiga vai afirmar que o jornalismo vem se constituindo como um tipo de conhecimento social a partir de reflexões teóricas e metodológicas fundadas na base da racionalidade que persiste na ciência moderna.

Contrária à perspectiva positivista, a pesquisadora vai questionar os conceitos de objetividade, imparcialidade e universalidade a partir de uma reflexão crítica. E, embora dedique espaço para os três conceitos, o debate sobre a universalidade é mais detalhado, já que, para Veiga (201, p. 53), “reside na universalidade as visões de mundo hegemônicas, mais amplamente circulantes na cultura e nas formas preeminentes de conhecer a realidade que, por serem compartilhadas, necessariamente deveriam ser reconhecidas para serem

problematizadas”. A pesquisadora amplia a compreensão do universal proposto por Adelmo Genro Filho para afirmar que, além de conter na universalidade determinadas concepções sobre a realidade, sobre a história e a luta de classes, é também nela que se percebe relações de poder mais amplas, como as questões de gênero, de raça e de sexualidade.

[...] problematizando e complexificando a universalidade, matéria base sobre a qual a realidade é compreendida e simbolicamente produzida no processo cognoscente de produção do jornalismo, estaríamos incidindo nos modos como a realidade e os sentidos de verdade vêm sendo até hoje compreendidos e reproduzidos neste processo que é mediado pelos jornalistas e que, por fim, resulta num conhecimento precário do mundo, reprodutor de hegemonias, na forma do conhecimento social das notícias. Seria possível intervir nos modos como a “objetividade jornalística” vem reproduzindo valores hegemônicos do sistema-mundo capitalista (nos termos já discutidos) na forma das notícias (ainda construídas a partir de uma epistemologia positivista), tornando esta objetividade mais complexa e mais afeita a trazer novos prismas menos reducionistas e reificadores sobre a realidade (VEIGA, 2015, p. 53).

Veiga afirma que a visão teórica dos estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas adotadas em sua pesquisa corresponde a uma expansão da perspectiva de Genro Filho, que é marxista de lutas de classe e se baseia na dominação fundamentalmente econômica. Assim, ela busca por uma concepção de poder mais ampla envolta nas relações culturais. Dessa forma, Veiga vai questionar a produção de conhecimento no jornalismo desde o ensino à produção da notícia (ainda que ela tenha feito o movimento contrário, já que sua dissertação investiga a produção da notícia e sua tese o ensino).

Para tanto, a pesquisadora faz paralelos entre as críticas feministas à ciência e as críticas levantadas em sua tese ao jornalismo. Os paralelos são justificados tanto por Veiga partir de uma perspectiva feminista como por perceber que assim como a ciência, o jornalismo é masculinista e positivista. Veiga complexifica sua conclusão da dissertação. A partir da divisão de conhecimento do, conhecimento sobre e conhecimento para o jornalismo, pensada por Eduardo Meditsch, Veiga vai colocar que não só o conhecimento do jornalismo é masculino, mas o conhecimento sobre e para também.

Gênero como uma categoria epistemológica e perpassada pelo conceito de poder contribui para refletir sobre por que o jornalismo, em suas diferentes formas de produzir conhecimento, está enredado epistemológica e politicamente em valores sociais hegemônicos, como o masculinismo, o que, em alguma medida, pode ser percebido desde os atributos dos sujeitos que privilegia (forma e seleciona) até os saberes de profissão (teóricos, práticos e metodológicos) que reproduz em diferentes âmbitos (VEIGA, 2015, p. 61).

É dessa forma que Veiga se volta para o debate do conhecimento sobre e para o jornalismo. Em outras palavras, para o conhecimento produzido sobre o jornalismo para o exercício da profissão, que tem como *locus* a universidade. Assim, Veiga também se apoia em

estudos da e sobre a educação, pois acredita que compreender as relações de poder que atravessam a construção do saber é primordial para compreender a produção e reprodução de narrativas etnocêntricas sobre o Outro, neste caso especial a publicação da visão de mundo dominante nas notícias. Ou seja, o cerne da questão para compreender o problema das limitações tanto teóricas quanto práticas é a universidade.

Veiga divide o debate sobre a universidade em dois momentos. Primeiro ela se apoia na perspectiva de Tomaz Tadeu da Silva para perceber o currículo, que é “[...] um elemento que dá a dimensão das escolhas políticas, teóricas e metodológicas que delineiam os tipos de sujeitos formados a partir destas escolhas” (VEIGA, 2015, p. 63). Ou seja, o currículo é resultado da tensão entre poder e controle. Depois Veiga aborda questões sobre a estrutura da universidade e o ensino superior brasileiro.

A percepção que Veiga tem do currículo coloca para a pesquisadora que entender a formação universitária do jornalista também é perceber que tipo de sujeito será formado, ou seja, identificar as lentes pelas quais os profissionais enxergam e narram a realidade. Portanto, a teoria “[...] pode estar delineando o tipo de conhecimento social que reproduz hegemonias que reforçam desigualdade” (VEIGA, 2015, p. 67). Assim, Veiga inverte a lógica de Eduardo Meditsch, ao tentar explicar as razões que distanciam a teoria e a prática do jornalismo. Essa inversão acontece sustentada na ideia de discurso de Foucault, que vai dizer que o discurso é a prática, a teoria é a própria prática. Para perceber essa construção discursiva do jornalismo, Veiga investiga os currículos para os cursos de Comunicação no Brasil e as novas transformações pelas quais passava. Para Veiga, essas mudanças não só condicionam os egressos assim como interferem nas suas ações práticas e sua relação com o mercado, com a sociedade e os demais profissionais.

Para tratar as questões estruturais da universidade, Veiga se apropria das afirmações de Derrida sobre esse universo estudado. Vai pensar a universidade como um espaço de construção crítica, mas que vem sendo perpassada cada vez mais por uma lógica mercadológica que coloca à distância do seu propósito de formação. É a partir dessa perspectiva que Veiga vai tratar a história da formação estrutural das universidades públicas no Brasil. Percebendo as relações de poder que atravessam historicamente a universidade, tratando desde o seu surgimento em 1920 até medidas mais recentes como as cotas implementadas no Brasil em 2003. Para construir essa narrativa, Veiga articula disciplinas como a educação e a filosofia e utiliza autores como Tomaz Tadeu da Silva e Marilena Chauí.

Como visto, a questão dos estudos de gênero e feministas perpassa epistemologicamente a pesquisa de Veiga. É perceptível o esforço da pesquisadora em romper

sua própria formação, que foi exatamente a formação que ela critica, para formular novas perspectivas ao jornalismo. Portanto, nesta pesquisa a questão da mulher não é colocada em paralelo ao jornalismo. Gênero é utilizado por Veiga como categoria central para pensar e solucionar questões envolvendo o campo do jornalismo como um todo.

4.9 Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas – Carolina Cerqueira Lôbo

Carolina Cerqueira Lôbo tem graduação em Letras (2008) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (2007) pela Universidade Feira de Santana (UNEF). É mestre e doutora em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP e tem como temas de pesquisas a mulher, gênero, crítica de processo, comunicação local, regional e internacional, segundo informações retiradas da plataforma *Lattes*. Sua dissertação estuda o processo criativo do arquiteto e artista plástico baiano Juraci Dórea no projeto Terra.

Sua tese, aqui analisada, estuda o discurso de revistas femininas sobre a dupla jornada de trabalho para perceber se e como acontece a naturalização da dupla jornada como uma ação contrária ao ato de abandonar o mercado de trabalho para se dedicar ao lar. A motivação da pesquisadora foi a sua percepção cotidiana de um movimento das mulheres de classe média de “migração” do mercado de trabalho para o lar e por notar um discurso produzido por revistas contrário a esse movimento, que coloca a dupla jornada como natural e como parte da trajetória de uma “mulher bem sucedida”. Para tanto, a pesquisadora realiza uma análise do discurso (método e teoria) a partir de Ernesto Laclau e Slavoj Žižek.

A tese é organizada em três capítulos, a saber: 1. Cartografia dos contratos de comunicação nas revistas femininas, no qual são identificados “[...] os contratos de comunicação estabelecidos entre enunciadora e enunciatária” (LÔBO, 2015, p.15-16) e são mapeadas as reportagens que tratam do tema da pertinência ou abandono do mercado de trabalho formal; 2. Convocações mediáticas: equilíbrio ou abandono, é a apresentação da análise de como são construídos os discursos sobre o mercado de trabalho, da dupla jornada e do retorno ao lar ; e, por fim, o 3. A liberdade e seus significados é “[...] uma análise dos discursos em disputa e os deslocamentos que estes promovem em instâncias teóricas - sejam elas do feminismo ou do neoliberalismo” (LÔBO, 2015, p. 16).

Depois de contextualizar as revistas analisadas, o que Lôbo chamou de cartografia dos contratos de comunicação, a pesquisadora vai partir do conceito de discurso proposto por

Laclau, que o compreende como um conjunto de elementos que nas suas relações exercem papel constitutivo. Assim, o discurso deve ser percebido para além da escrita e fala e englobar contextos. É desta forma que a pesquisadora vai negar comparações entre o retorno ao lar contemporâneo - que ela, baseada em Emily Matcha, vai chamar de nova domesticidade - com o que aconteceu nos subúrbios dos Estados Unidos pós-guerra de 1940 e 1950.

Segundo Lôbo, nas décadas citadas o discurso sobre a mulher era vinculado à figura materna e à rainha do lar. A partir da década de 1970 e provocado tanto pelas conquistas do movimento feminista como da necessidade do capitalismo por mão de obra, as mulheres passam a exercer funções remuneradas. Assim, a partir desse momento acontece o acúmulo de papéis desenvolvidos pela mulher, que agora além de mãe e rainha do lar precisa ser também excelente profissional.

Para Lôbo, é assim que surge a imagem da mulher multitarefas, propagada principalmente pelo discurso institucionalizado e hegemônico da mídia. Contudo, partindo novamente das ideias de Laclau, Lôbo vai afirmar que o hegemônico não é sinônimo de perfeição e totalidade. Os significantes vazios do discurso hegemônico possibilitam, assim, o surgimento de discursos antagônicos. Lôbo (2015, p. 115) acredita que “[...] o discurso que está nascendo é a rejeição por parte de algumas mulheres de assumir ao mesmo tempo vários papéis e jornadas”. É desse discurso antagônico, que surge de brechas no discurso hegemônico, que emerge a imagem da mulher que abandona o mercado de trabalho para voltar ao lar. É, justamente, a versão “fracassada” da mulher construída no discurso hegemônico da mídia: a mulher bem sucedida que consegue equilibrar trabalho remunerado e o trabalho doméstico voluntário. O discurso antagônico é fortalecido, segundo Lôbo, por blogs e sites independentes de mulheres que abandonaram o mercado de trabalho para cuidar dos filhos.

Essa resistência do discurso antagônico, ainda segundo Lôbo, não soluciona os problemas da mulher no mercado de trabalho, mas ele desloca a problemática do discurso hegemônico e muda a percepção de liberdade. Nas décadas de 1970, a liberdade da mulher estava associada ao trabalho e agora está associada a escolha de ir trabalhar fora de casa ou permanecer nos cuidados do lar, sem que a segunda escolha seja tomada como menor, pois, para Lôbo:

No discurso hegemônico, as atividades ligadas ao cuidado como cozinhar, receber, lavar, passar, cuidar de crianças/ idosos/ doentes são obrigatórias, naturais e inferiores ao trabalho fora de casa. No discurso antagonista, essas atividades são tão valorizadas quanto aquelas remuneradas e prazerosas (LÔBO, 2015, p. 116).

Após a explanação sobre discurso, Lôbo realiza uma revisão bibliográfica sobre o movimento feminista e sobre seu discurso. Assim, a pesquisadora chega à conclusão de que o discurso das revistas analisadas apresenta convergências com a vertente liberal do feminismo.

O jornalismo é tratado na tese de Lôbo como objeto empírico. A preocupação central da pesquisadora é com o discurso e não com as peculiaridades do jornalismo. Como efeito, a parte que mais trata do jornalismo na pesquisa é o primeiro capítulo, no qual a pesquisadora apresenta dados históricos e editoriais das revistas que foram analisadas. Também por isso, a aproximação dos estudos feministas na pesquisa acontece a partir da contraposição do discurso feminista e o discurso das revistas, que são colocados como neoliberais. Portanto, não são estabelecidas articulações entre o jornalismo e a teoria feminista.

4.10 Mulher, mulata e migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa – Danubia de Andrade Fernandes

Danubia de Andrade Fernandes tem graduação em Comunicação Social (2005), especialização em Arte, Cultura visual e Comunicação (2006) e mestrado em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2009). Sua dissertação abordou a mulher negra como personagem da telenovela brasileira. Tem dupla titulação de doutora: em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e pela Université de Grenoble (França). Fernandes tem experiência como professora em universidades brasileiras e francesas.

A tese problematiza a representação midiática da tripla alteridade (mulher, mulata e migrante) no discurso jornalístico europeu. Para tanto, Fernandes analisa 10 periódicos de cinco diferentes países (França, Itália, Espanha, Portugal e Inglaterra) a partir da metodologia dos estudos críticos do discurso. Além disso, entrevistou mulheres brasileiras migrantes na Europa. Para as entrevistas foram utilizadas duas metodologias. Primeiro, foram aplicados questionários objetivos estruturados. Depois, entrevistas em profundidade a partir do método história de vida tópica.

A divisão estrutural da tese acontece em seis capítulos, a saber: 1. A tripla alteridade; 2 Reconhecimento e representação; 3. O discurso de autoridade do jornalismo; 4. Em nome de um discurso de alteridade no jornalismo; 5. Constantes variáveis na representação de uma tripla alteridade; 6. A mulher brasileira, negra e migrante.

As decisões teóricas e metodológicas começam a surgir de forma muito explícita já na introdução da tese de Fernandes. Inspirada em Bell Hooks, a pesquisadora não oculta sua proximidade com o objeto estudado. É mulher, se diz distante do que é considerado ser branca e teve experiência como migrante na Europa. Fernandes defende sua narrativa em primeira pessoa como forma de comprovar que pensa, escreve e sente a sua tese e também por compreender a atitude como parte da validação para a crítica “[...] à exclusão do Eros do processo cognitivo e as suas consequências para a constituição do conceito de ‘mulher’ no ocidente”. Fernandes diz pretender estar inteira nas páginas que escreveu.

Ainda na introdução, Fernandes esclarece também a adoção de alguns termos como mulata, raça e minoria. Os dois primeiros, mulata e raça, a pesquisadora usa como provocação. Acredita que o incômodo do uso desses conceitos acontece por eles não existirem na realidade, pertencemos a uma única raça independente das diferenças fisiológicas. Contudo, são conceitos construídos socialmente que interferem na percepção da realidade. O uso de palavras com significado pejorativo socialmente tem sido usado pelo movimento feminista como forma de ressignificação, a exemplo da Marcha das Vadias. Para a adoção da ideia de minoria, Fernandes estabelece debate entre os conceitos de subalterno da teórica indiana Gauri Chakravorty Spivak e o conceito de minoria do pesquisador brasileiro Muniz Sodré e o de Arjun Appadurai.

As primeiras preocupações teóricas de Fernandes são para com a mulher. É necessário definir a visão que a pesquisadora tem da mulher tanto como categoria como sujeito no mundo. Assim, a pesquisadora vai investigar a participação das mulheres na produção de conhecimento do mundo ocidental. Fernandes desvia a questão da participação das mulheres nos eventos que marcaram a história. Ela se guia pelas questões:

De que modo a constituição de uma filosofia ascética influenciou no destino histórico do contingente feminino? De que maneiras idealizações abstratas fundamentadas nas filosofias grega e cristã sobre pureza, amor e desejo intervieram na construção discursiva do gênero feminino? (FERNANDES, 2015, p. 24).

Para encontrar as respostas, Fernandes apresenta a percepção das intelectuais feministas Judith Butler, May Robin Schott, Sylviane Agacinski e Dorilda Grolli. Estas pesquisadoras, de modo geral, colocam a filosofia como um sustentáculo para a concepção e solidificação da mulher como uma categoria inferior. Como exemplo, Fernandes traz a ideia de mulher dos filósofos: Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Tomás de Aquino e São Paulo. Segundo Fernandes, Grolli vai adotar a filosofia da alteridade como uma forma de romper

com a tradição filosófica ocidental. A filosofia da alteridade, pensada por Enrique Dussel, é abordada por Fernandes a partir, principalmente, da concepção de Grolli que a coloca como a “[...] afirmação da exterioridade, superando o horizonte ontológico, para construir um compromisso histórico de libertação” (FERNANDES, 2015, p. 30). A partir desta perspectiva de Grolli, gênero é definido como um processo histórico.

Embora acredite ser legítima a crítica das intelectuais citadas, Fernandes vai colocar que a perspectiva da arqueologia do saber de Michel Foucault pode colocar “[...] em risco a linearidade e a estabilidade que atribuem ao desenvolvimento histórico da categoria da mulher na filosofia” (FERNANDES, 2015, p. 31). Como explica Fernandes, Foucault coloca que “[...] os saberes não são eternos ou universais, mas sim historicamente produzidos com alicerce em um campo de possibilidades delimitado por cada episteme” (FERNANDES, 2015, p. 32). Por adotar a perspectiva da arqueologia do saber como procedimento metodológico, Fernandes vai construir uma narrativa não linear e despreocupada com a produção de coerência para abordar o conceito de gênero. Isso significa que a pesquisadora apresenta o conceito de gênero proposto por estudiosas que o articula de formas diferentes e a partir de referencial teórico diverso sem se preocupar com a aparição das contradições e rupturas. Ainda, para Fernandes (2015, p. 34):

[...] afirmar que de um modo ou de outro, ambas buscam dissociar sexo, gênero e desejo e, especialmente, refletir a constituição da categoria do feminino em abordagens atreladas aos contextos sociais, históricos, econômicos e políticos. Os estudos de gênero e aqueles desenvolvidos na teoria *queer* desdobram-se para analisar a construção sociocultural da “mulher” como categoria e para oferecer válvulas de escape ao que parece, em um primeiro olhar, um construto ideológico sólido e inflexível.

O conceito de gênero é debatido a partir da perspectiva de Joan Scott, Beatriz Preciado, Mariza Corrêa, Simone de Beauvoir e Judith Butler. Embora se despreocupe com a coerência epistemológica, é importante salientar a coerência da pesquisadora ao assumir os riscos de trabalhar com estudiosas de visão distintas. Além disso, a reflexão de Fernandes tem um propósito de, dentro do conflito, delimitar a sua própria percepção de gênero. Embora articule as autoras já referidas, o desenho do conceito de gênero para Fernandes se estrutura a partir principalmente do conflito teórico entre Butler e Sylviane Agacinski. Ou seja, ao mesmo tempo em que corrobora com o entendimento de Butler de “[...] gênero como um ato performativo que se dá nas teias discursivas do poder” (FERNANDES, 2015, p. 45), Fernandes coloca a observação de Agacinski para a necessidade de pensar que no contexto capitalista neoliberal vivido, mulheres pobres do mundo todo se prostituem para sobreviver e

a ideia da construção de corpos neutros em um mundo pós-gênero como chave para a libertação da mulher padece de sentido nessas condições. A esse debate, Fernandes também acrescenta a visão pós-gênero de Donna Haraway e Monique Wittig. Contudo, a pesquisadora explica o uso da categoria mulher já aparente desde o seu título:

Ao tratar da “mulher brasileira, mulata e migrante”, ainda que procure manter as perspectivas abertas para as opressões transversais que a atropelam nas suas vivências cotidianas, ou mesmo que me identifique com a personagem que estou a pesquisar, não posso evitar certa essencialização. Ao pressupor uma Tese sobre esta “mulher”, tomo como ponto de partida alguém universal e, portanto, impossível e irreal (FERNANDES, 2015, p. 53).

Apresentada a mulher como categoria e sujeito de estudo, Fernandes especifica debatendo a segunda alteridade: negra. A pesquisadora acredita que assim como as verdades filosóficas e científicas universais consolidaram as divergências entre mulheres e homens, também solidificaram a polaridade entre negros e brancos. Para essa reflexão é usado como marco teórico a perspectiva de Immanuel Wallerstein e como aprofundamento os pesquisadores Frantz Fanon, Kabengele Munanga, Homi Bhabha, Yann Le Bihan, Bell Hooks, Sander Gilman. Assim, pode-se dizer que, para Fernandes, os discursos filosófico e científico, tomados como verdades universais, ajudaram a enraizar a ideia do negro como inferior, como um ser humano menos evoluído, próximo aos primatas.

O exemplo que a pesquisadora usou para demonstrar essa construção, que vai do senso comum à ciência, foi o caso Saartjie Baartman, uma mulher negra e africana vendida para o circo como objeto exótico. Nos shows, Saartjie se apresentava como animal selvagem e o público podia apalpar suas nádegas, o que em muitos casos acontecia com alfinetes e agulhas. Após sua morte, aos 25 anos, seus restos mortais foram usados em estudos científicos que buscavam comprovar que os negros são mais próximos morfologicamente dos macacos e os brancos são a superação desta fase. É desta forma e apoiada em autores como Bell Hooks e Sander Gilman que Fernandes vai assegurar que a mulher negra é duplamente caracterizada como um ser inferior.

Além de apresentar o desenvolvimento do discurso que inferioriza o negro e em especial a mulher negra, Fernandes abre espaço ao discurso de resistência: é apresentado o movimento feminista negro tanto nos Estados Unidos como no Brasil. O suporte para a reflexão histórica de Fernandes é elaborado a partir de autoras negras como Bell Hooks, Michele Wallace, Angela Davis, Patricia Collins, Sandrine Chaloin, Léila Gonzalez e Sueli Carneiro. Assim, a pesquisadora apresenta as especificidades da organização do movimento feminista negro nos Estados Unidos e no Brasil e também as especificidades da mulher negra

dentro do próprio movimento feminista. Dentre essas peculiaridades, Fernandes inicia o debate da combinação racista-sexista brasileira que se personifica na mulata.

Por fim, a última alteridade abordada por Fernandes é a de migrante. Para tanto, a pesquisadora vai abordar o estudo da globalização e da intensificação dos fluxos e das redes de migração e as discussões sobre interculturalidade, integração e assimilação. Para delimitar a sua compreensão da migração ela se apoia nas pesquisas de Massimo Livi Bacci, Zygmunt Bauman, Abdelmalek Sayad, Homi K. Bhabha, Didier Lapeyronnie, Julia Kristeva e Helion Póvoa Neto. Assim, ela vai assegurar que:

[...] o migrante não se resume aquele indivíduo que percorreu uma distância espacial de um ponto ao outro, de um local de origem a um lugar de destino, e que se encontra necessariamente às margens da sociedade. Sua natureza ambivalente, a indeterminação de sua identidade diaspórica e o impacto de suas experiências na esfera cultural nos obrigam a analisar o migrante imergindo na complexidade dos fenômenos contemporâneos (FERNANDES, 2015, p. 92).

A partir dessa ideia, Fernandes também estabelece dois tipos de migrantes: i. aquele que deixou seu país, sua cultura, seus valores e tradições; ii. aquele que já nasceu no país estrangeiro, o que configura o migrante colonizado. A pesquisadora também retorna a conceitos trabalhados na sua introdução, como o de minoria, e aproxima a temática do migrante a do negro. Já a discussão particular sobre migrante e gênero é consolidada a partir das pesquisas de autoras como Eleonore Kofman, Mirjana Morokvasic, Laurence Berger-Rouleau, Adriana Piscitelli e Beatriz Padilla. Segundo Fernandes:

Cabe ressaltar que o embasamento de uma perspectiva de gênero como mediadora nos estudos migratórios salvaguarda as especificidades da migração feminina, isto é, leva em conta o fato de que a migração é vivenciada de forma diferente por homens e mulheres. Isto quer dizer conduzir uma análise atenta às diferenças materiais e culturais da migração da mulher, investigando suas relações no mercado de trabalho, seu papel como guardiã da comunidade por meio da preservação de tradições, suas facilidades e dificuldades no processo de integração (FERNANDES, 2015, p. 102).

Após abordar as particularidades da mulher como migrante, Fernandes inicia debate sobre a imigrante brasileira na Europa a partir dos estudos de Isabela Sousa, Sònia Parella e Leonardo Cavalcanti, Luciana Pontes, Adriana Piscitelli, Beatriz Padilha e Mariana Gomes. Para Fernandes e para essas autoras, a mulher brasileira migrante é percebida como o símbolo maior de brasilidade. Assim como as suas entrevistas comprovam, as entrevistas do estudo de Gisele de Almeida indicam que a maioria das mulheres já sofreu algum tipo de assédio após anunciar ser brasileira.

Após todo o debate sobre a mulher e antes de iniciar o debate sobre o Jornalismo, Fernandes apresenta alguns conceitos que serão importantes tanto para a sua percepção do jornalismo como para sua análise. Ela vai partir da Filosofia, da Sociologia e da Psicologia Social para abordar [...] os modos como os sujeitos se relacionam, se reconhecem, se comunicam e se representam” (FERNANDES, 2015, p. 116). Fernandes estrutura o debate a partir das ideias de estudiosos como Emmanuel Lévinas, Paul Ricoeur, Charles Taylor, Stuart Hall, Mohammed ElHajji, Gerd Baumann, Maria Lucília Marcos, Olivia Navarro, Erving Goffman, Serge Moscovici, Denise Jodelet, Edward Said, Homi Bhabha, Gayatri Spivak, Ruth Amossy e Anne Pierrot; e tem como referência inicial a teoria social de Axel Honneth para trabalhar o conceito hegeliano de luta por reconhecimento. O objetivo desse momento da tese é perceber “[...] como as representações sociais podem atuar na construção das identidades e nas experiências cotidianas dos sujeitos devido à importância dos universos simbólicos nos processos de constituição das alteridades e nas práticas de exclusão social” (FERNANDES, 2015, p. 150).

O Jornalismo é localizado a partir da percepção de Peter Berger e Thomas Luckmann de construção social da realidade. Para a pesquisadora, esses autores entendem que a construção social da realidade “[...] é precedida pela construção simbólica da realidade” e “[...] sendo o jornalismo uma das fontes de narrativa do tempo presente, podemos dimensionar sua importância na construção social da realidade” (FERNANDES, 2015, p. 151). Para fazer essa leitura, Fernandes vai trazer os estudos de João Carlos Correia, Jean-Pierre Esquenazi, Patrick Charaudeau, Bertrand Cabedoche, José Luiz Raigada, Juan Antonio Moya e Carlos Ascendio. Em síntese, a pesquisadora vai colocar que o Jornalismo é construtor de um discurso de autoridade e que esse discurso dos canônicos além de estabelecer normas de como agir em sociedade não favorece o reconhecimento das minorias, ao contrário; reforça os estereótipos.

Em uma construção de raciocínio lógico para questionar o discurso jornalístico, Fernandes debate a verdade e consequentemente a objetividade no Jornalismo. A partir dos pesquisadores Daniel Cornu, Patrick Charaudeau, Jean-Pierre Esquenazi, Nelson Traquina, Érik Neveu e Gaye Tuchman. Primeiro a pesquisadora vai apresentar os significados para alguns desses autores de verdade. Depois, a intenção é questionar a verdade absoluta e totalitarista no Jornalismo. Assim, Fernandes levanta as questões:

No caso das modalidades de representação dos sujeitos em migração, por exemplo, por que a verdade mais recorrente no discurso do jornalismo é aquela que associa o imigrante à marginalidade? Na cobertura da imigração não documentada não deixa

de ser verdade que os sujeitos estão vivendo e trabalhando ilegalmente em um determinado território, portanto, uma reportagem sobre a migração ilegal poderia ser justificada. Sem embargo, também é verdade que a imensa maioria do contingente migrante indocumentado não exerce atividades ilegais, ou seja, relacionadas à criminalidade, mas por que esta verdade não aparece? Por que as contribuições na esfera da cultura e da economia são caladas por verdades referentes ao seu estatuto não oficial? (FERNANDES, 2015, p. 165).

Embora foque o debate no conceito de verdade, o problema central para Fernandes (2015, p. 164) não é a verdade no Jornalismo, mas “[...] quem escolhe quais verdades noticiar, quais verdades calar e com quais interesses”. Assim, a pesquisadora também questiona a objetividade como estratégia para atingir a verdade. Para ela, embasada na ideia da objetividade como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão, o método da objetividade não é suficiente para anular os valores e ideologias dos jornalistas. É também com essas questões sobre quem determina a “verdade” do Jornalismo que Fernandes abre debate sobre os valores-notícia e de como esses valores estabelecidos são indicadores para os sujeitos que delimitam essa verdade relatada. Fernandes (2015, p. 173) entende que “[...] quando refletimos sobre os critérios que definem o que será notícia ou não, a objetividade não opera sozinha. Em conjunto com o método objetivo de seleção dos acontecimentos estão os critérios de noticiabilidade” e “são eles quem definem, em tese, o que passa ou não pelo filtro do jornalista”. Ou seja, são os critérios de noticiabilidade que fundamentam a invisibilidades ou a supervisibilidade de temáticas e sujeitos. E principalmente, são esses critérios que vinculam a visibilidade das minorias ao negativo. A pesquisadora apresenta a visão sobre esses critérios de Mauro Wolf e Nelson Traquina.

Considero que os discursos do jornalismo mais que os outros discursos midiáticos, como aqueles provenientes da ficção ou do humor, atuam fortemente na construção da realidade social e, assim, influenciam a constituição das identidades dos sujeitos. O jornalismo contemporâneo está pautado na renúncia à subjetividade, na despersonalização da enunciação e na pretensão de espelhar a realidade. E são justamente estes elementos fundadores do jornalismo que constroem o seu discurso de autoridade. Com efeito, a autoridade do discurso do jornalismo está no fato de expor uma versão narrativa da realidade que se apresenta socialmente como a realidade inteira, como a verdade dos fatos. Quando a autoria dá lugar à autoridade, a solidariedade e a responsabilidade para com o Outro perdem espaço no jornalismo (FERNANDES, 2015, p. 186).

Mas, para Fernandes o discurso do Jornalismo não é estanque ao autoritário e, portanto, ela debate sobre as possibilidades, inclusive teóricas, para se pensar o discurso do que ela chamou de jornalismo de alteridade. Para tanto, a pesquisadora vai debater os Estudos Críticos do Discurso a partir de Teun van Dijk, que pensou uma forma de análise do discurso da mídia relacionada à discriminação; elaborou uma reflexão sobre o papel do Jornalismo na construção da alteridade nas notícias a partir do paradigma da comunicação como pensado por

Maria Lucília Marcos; e, por fim, apresenta propostas teóricas e empíricas que se dispõem a repensar as práticas jornalísticas, a partir de pesquisadores como Aidan White, João Carlos Correia, Rogério Christofolletti, Francisco Karam, Denise Cogo e Maria Badet.

[...] a relação com o Outro como ponto de partida para superar a violência da representação, cabe destacar o enorme potencial do jornalismo de conectar o Outro, aquele que está à margem, para o seio da sociedade. O jornalismo tem esta capacidade de conduzir os afetos ao direcionar as pautas e os modos de interpretá-las na cena pública. Ele pode, se assim desejar, atuar decisivamente no processo de construção de um olhar mais solidário na direção do Outro (FERNANDES, 2015, p. 210).

Por essa explanação sobre a tese de Fernandes, é possível concluir que a mulher atravessa toda a sua pesquisa. Indo além, a pesquisadora também acredita na potencialidade do Jornalismo superar o discurso de autoridade e como modelo para essa passagem ela inicia um debate teórico e empírico do jornalismo de alteridade. É importante salientar também que essa proposta de Fernandes não visa um Jornalismo que construa representações igualitárias entre homens e mulheres. A proposta da pesquisadora pode se aplicar às minorias de forma geral. A mulher foi um recorte dado a sua pesquisa.

4.11 O panorama da pesquisa sobre a mulher em teses e dissertações sobre o Jornalismo

O esforço da análise apresentada ao longo desse capítulo foi de perceber como a mulher é estudada em teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo do Brasil. O objetivo é perceber se essas pesquisas estabelecem relações entre as teorias do Jornalismo e a teoria feminista e de gênero. Esse movimento surge de uma questão anterior. O cruzamento dos problemas levantados por Genro Filho (2012) e Veiga (2010;2014) suscitou a questão: se o Jornalismo tem a potencialidade de ultrapassar o capitalismo, ele também não teria para superar o gênero masculino? Portanto, essa pesquisa intenta também apresentar elementos concretos para necessidades de uma reflexão do Jornalismo a partir da perspectiva feminista.

A primeira observação da análise é sobre os objetos estudados. Percebeu-se a intenção de estudos que personificam as mulheres jornalistas para a valorização da categoria (IARA, 2001; CRIADO, 2001; MATOS, 2006; MIZUMURA, 2011), os que se propõem a uma reflexão crítica da prática e ou os processos do Jornalismo (VEIGA, 2010;2015; VELOSO, 2013; PORTELA, 2015;) e os que abordam a representação das mulheres no Jornalismo (LÔBO, 2015; FERNANDES, 2015). A elaboração das seis categorias para identificar o tema

das pesquisas e a escolha para a análise das categorias que tratam da rotina de trabalho de jornalistas (5), que tratam da representação da mulher e apresentam no resumo a preocupação de trabalhar conceitos dos estudos feministas (4*) e a que apresenta relações epistemológicas sobre o Jornalismo (6) justifica o surgir destas pesquisas no *corpus* final.

Metodologicamente as pesquisas adotaram as matrizes do marxismo, estudos culturais, pós-estruturalismo, pós-colonialismo e construcionismo tanto para abordar o Jornalismo quanto o feminismo e o gênero. Já os métodos e técnicas empregadas são a análise do discurso, entrevista semiestruturada, história oral, história de vida/profissional, observação participante, etnografia, estudo de caso e estudo de caso múltiplo. A escolha desses métodos tem relação com a matriz teórico-metodológica e objetos escolhidos para estudo.

O pressuposto de que são poucas as pesquisas que tensionam o Jornalismo a partir de uma perspectiva feminista se comprova na análise. É importante lembrar que os 10 trabalhos aqui selecionados foram escolhidos por serem os de maior potencial para uma abordagem do Jornalismo a partir de uma perspectiva feminista e/ou de gênero e que foram selecionados em um universo de 223 pesquisas.

Embora tragam o debate sobre gênero e sobre a mulher no Jornalismo, as dissertações de Iara (2001), Criado (2001) e Matos (2006) e a tese de Mizumura (2011) não avançam na parte teórica para pensar o problema da mulher na mídia e no Jornalismo. Mas, Criado, Matos e Mizumura têm a preocupação de personificar a categoria em um grupo de jornalistas, dando visibilidades às profissionais. Assim, elas suprem uma carência do campo, já que são poucas as mulheres jornalistas que têm seus trabalhos estudados ou sua vida perfilada em livros ou mesmo pesquisas.

A tese de Lôbo (2015) apresenta um debate teórico maior sobre gênero e a mulher, mas sua preocupação principal é o discurso e não as especificidades do discurso da mídia ou do Jornalismo. A pesquisadora fez uso de abordagem de outros campos para analisar o discurso de revistas femininas. Portanto, embora trabalhe gênero e a mulher, conceitualmente Lôbo não trata do Jornalismo, sendo esse o seu objeto empírico. A dissertação de Portela (2015) segue caminho semelhante. Embora trabalhe conceitualmente tanto o Jornalismo como o gênero e a mulher, a pesquisadora se apropria de conceitos dos estudos culturais para tratar o Jornalismo. Neste caso, o Jornalismo não está limitado ao objeto empírico, mas as relações entre a mulher e o Jornalismo são abordadas por matriz teórica que não são próprias do Jornalismo ou não estão referendadas como conjunto de conceitos e teorias reconhecidas pelo campo como teorias do Jornalismo.

Por fim, as teses de Veloso (2013) e Fernandes (2015) e a dissertação e tese de Veiga (2010; 2015) problematizam o Jornalismo e o feminismo de duas formas. Veloso (2013) e Veiga (2010), embora transpareçam acreditar em soluções, colocam o Jornalismo estancado nos problemas da mulher e de gênero. O Jornalismo é um reproduutor e produtor do discurso dominante. As teses de Veiga (2015) e Fernandes (2015) também identificam o Jornalismo dessa forma, contudo indicam razões superáveis para essa produção e reprodução do discurso dominante. Para Veiga (2015) o problema tem início na formação dos jornalistas, e para Fernandes (2015), de uma forma complexa, o discurso dominante se aproveita da percepção do Jornalismo como espelho da realidade sustentado a partir do conceito de verdade, objetividade e valores-notícia. Ambas as pesquisadoras indicam caminhos para a superação do discurso dominante no Jornalismo que invisibiliza minorias de forma geral.

A partir destas observações, pode-se considerar que a maioria das pesquisas estrutura uma reflexão crítica do jornalismo. Além disso, pode-se afirmar que na década de 2000 os estudos sobre o jornalismo e a mulher apresentam menor reflexão teórica sobre essa relação. E, embora a partir da década de 2010 comece a surgir pesquisas preocupadas com a relação teórica do Jornalismo e da mulher (VELOSO, 2013; VEIGA, 2010, 2015; FERNANDES, 2015), são poucos e recentes os trabalhos que articulam as teorias do Jornalismo e as teorias feministas. Por fim, é importante frisar que Veloso (2013), Veiga (2010;2015) e Fernandes (2015) estruturam toda a sua pesquisa a partir da perspectiva feminista da produção do conhecimento. A primeira a partir da economia política feminista e as duas últimas a partir dos estudos pós-estruturalistas de gênero e da teoria *queer*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Simone de Beauvoir propôs uma filosofia centrada na mulher; Lucila Scavone caracterizou uma sociologia feminista; Sarah Ono e Alinne Bonetti são algumas das autoras que abordam a antropologia a partir do feminismo; Michelle Perrot coloca a necessidade de se pensar a mulher na história. Existe um movimento crescente e sólido de pesquisadoras que colocam a mulher como questão nodal das suas disciplinas de origem. Pensar o jornalismo a partir dessa perspectiva corresponde não só a seguir uma tendência, mas, principalmente, a entender as mudanças sociais e avançar com estudos que se adequem à realidade.

É nessa perspectiva que essa pesquisa tomou forma: colocar a mulher como questão nodal do Jornalismo. Em outras palavras, pensar a singularidade da mulher na particularidade do jornalismo. A ideia inicial era pensar categorias capazes de facilitar uma reflexão teórica do jornalismo a partir do feminismo. No processo da pesquisa, decidiu-se deslocar a questão. Antes, seria importante analisar estudos precedentes que abordam a mulher e o jornalismo. Tanto por ser uma etapa de qualquer pesquisa (revisão da literatura) como por ser essa análise de teses e dissertações um alicerce para futuras pesquisas que visem uma perspectiva feminista do jornalismo.

A construção do problema aconteceu no tensionamento da ideia do jornalismo autônomo do capitalismo (GENRO FILHO, 2012) e a afirmação do jornalismo como do gênero masculino (VEIGA, 2010;2014). Sendo a questão-problema definida: como a mulher é estudada em teses e dissertações defendidas em programas de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo do Brasil? O intento foi de perceber se existe relações teóricas entre o jornalismo e o feminismo nessas pesquisas e como essas articulações são estabelecidas. Embora exista todo um esforço de reflexões feministas em disciplinas próximas, partiu-se do pressuposto de que são poucas as pesquisas em Jornalismo que fazem esse movimento de pesquisa.

Elaborou-se mapeamento das teses e dissertações defendidas entre 1972 e 2015 como parte da estratégia de buscar soluções para a pesquisa. A preocupação desse levantamento não se circunscreve apenas na pesquisa sobre a mulher e ou gênero. O resultado final do esforço possibilita um panorama da pesquisa em Comunicação no Brasil. Além disso, os dados e metadados podem ser embasamento para uma infinidade de pesquisas. Em 43 anos de pesquisa acadêmica, foram defendidas 10201 dissertações e 3026 teses nos 48 programas de Pós-Graduação em Comunicação e Jornalismo do país (47 mestrados, 17 doutorados e 1 mestrado profissional), sendo 25% dessas pesquisas sobre Jornalismo. Tanto na Comunicação

como na subárea do Jornalismo as mulheres aparecem como maioria no histórico geral. Elas representam 58% das autoras de dissertações e 55% de teses da área. No Jornalismo elas são autoras de 60% das dissertações e 55% das teses.

Também têm crescido as pesquisas que tematizam a mulher e ou gênero. No tempo analisado, 595 dissertações e 141 teses em Comunicação abordam o tema. No Jornalismo foram defendidas 189 dissertações e 34 teses. É notória a expansão de pesquisas que tematizam a mulher e/ou estudos de gênero. De 1972 a 1979 apenas quatro pesquisas da Comunicação tratavam do tema. Na década de 1980, esse número subiu para 28 pesquisas e na de 1990 para 101. Mas, é a década de 2000 que marca a expressividade da pesquisa sobre a mulher e/ou de gênero no Jornalismo, quando foram publicadas 280 pesquisas sobre o tema na Comunicação, sendo 96 dessas em Jornalismo. De 2010 a 2015 foram defendidas na Comunicação 323 pesquisas sobre a mulher e/ou os estudos de gênero e, dessas, 105 também tematizam o jornalismo.

Além do quantitativo sobre as pesquisas, é importante destacar o qualitativo. Em sua dissertação, Zirbel (2007) pesquisa o desenvolvimento dos estudos feministas e de gênero no Brasil. A pesquisadora indica em diferentes momentos o estigma de marginal enfrentado pelas pesquisadoras e os resultados das suas pesquisas julgadas como não-científicas. Tendo em mente que uma premiação acadêmica pode ser parte para a legitimação de estudos, percebe-se também a qualidade dos estudos que tematizam mulher e gênero no Jornalismo. Em 2011, *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias* (UFRGS), da autoria de Marcia Veiga da Silva e orientada por Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca, recebeu da SBPjor o prêmio Adélmo Genro Filho na categoria dissertação. A tese, de mesmas autoria e orientação, *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade* (UFRGS), recebeu menção honrosa no Prêmio Capes de Teses na área Ciências Sociais Aplicadas I. É interessante observar que as premiações de Veiga coincidem com o momento em que as pesquisas sobre o tema começam a se complexificar (década de 2010). Das 5 dissertações e 5 teses analisadas, as que apresentam maior nível de complexificação foram publicadas a partir de 2010.

O cruzamento dos dados e metadados gerados pelo levantamento com observações da realidade do campo acadêmico possibilitou algumas considerações. As mulheres são maioria entre as pós-graduadas da Comunicação, é fato. Contudo, a legitimação dessas mulheres como intelectuais do campo parece ser mais complexa do que para os homens. As mulheres são minoria tanto na premiação da INTERCOM como da SBPjor na categoria sênior, que

condecora a trajetória acadêmica de pesquisadores; apenas uma premiação da área tem nome de mulher; as jornalistas escolhidas para serem estudadas são poucas e têm reconhecimento muito mais por sua produção literária do que jornalística. Quando se pensa em referências canônicas da Comunicação e Jornalismo, são nomes masculinos que surgem. Assim, levanta-se um questionamento para estudos futuros. Historicamente a mulher exerce a figura da cuidadora, da educadora. Não estariam as mulheres entrando no universo acadêmico para estender seu papel social de educadora também para jovens adultos e adultos enquanto aos homens se resguarda o papel de intelectual?

Como a mulher é estudada no Jornalismo? Pelo volume de pesquisas enquadradas na categoria 4, que trata da representação da mulher no jornalismo, afirma-se aqui: a mulher é estudada no Jornalismo a partir da sua representação ou da falta da sua representatividade em produtos jornalísticos. Mais a fundo, pode-se definir que a mulher é estudada no Jornalismo, principalmente, a partir da matriz teórico-metodológica do pós-estruturalismo em combinação com a teoria *queer*. Já o método mais adotado é o da história oral. Das 10 pesquisas selecionadas como aquelas com maior potencial para encontrar relações teórico-metodológicas entre jornalismo e estudos feministas, apenas quatro estabelecem articulações. Uma destas pesquisas (VELOSO, 2013) é recortada metodologicamente pela visão feminista da economia política da comunicação. As outras três (VEIGA, 2010; 2015; FERNANDES, 2015), além do recorte metodológico feminista, iniciam reflexão teórica sobre o jornalismo a partir de teorias feministas e preocupadas com minorias. Essas pesquisas ainda podem ser identificadas por dois grupos: i. as que percebem o jornalismo como reprodutor do discurso dominante (VELOSO, 2013; VEIGA, 2010;2015); e ii. a que consegue perceber no jornalismo potencialidade de autonomia do discurso dominante (FERNANDES, 2015).

É imprescindível algumas observações sobre a mulher que é estudada. Apenas quatro dissertações e uma tese tratam especificamente da mulher negra e nenhuma pesquisa trata da mulher lésbica ou bissexual. Também foi possível perceber, ao localizar o lugar da mulher no jornalismo, que as jornalistas negras recebem menos (PONTES, 2017) e as próprias jornalistas acreditam que as mulheres negras têm menos oportunidade na profissão (PESQUISA, 2016). Sobre a mulher lésbica ou bissexual o quadro é mais problemático, pois também não foi possível encontrar nenhum dado sobre a população lésbica e bissexual das jornalistas ou sobre o jornalismo lésbico. Esse é o significado maior da invisibilidade. Todas as pesquisas que tratam dos homossexuais abordam o movimento LGBTT como um todo ou especificamente o homem gay e a mulher trans. Com isso, é possível alegar que a preocupação das pesquisas é para com a mulher branca e heterossexual.

A dissertação de Veiga (2010) assenta o jornalismo no gênero masculino ao analisar uma redação. A sua tese (2015) se munuiu para compreender como a formação dos jornalistas interfere na construção dos seus valores e esse movimento é resultado das inquietações deixadas por sua dissertação. Já Fernandes (2015) vai além e, para compreender os modelos de representação da mulher mulata e migrante nos jornais da Europa, tensiona a compreensão teórica de conceitos basilares para as teorias do jornalismo: verdade, objetividade e valores-notícia. Por fim, Veloso (2013) demonstra que a relação conturbada entre a mulher e o jornalismo é um cenário global. Os elementos e pistas construídos pelas pesquisadoras indicam a necessidade de uma reflexão específica e teórica do jornalismo a partir da perspectiva feminista.

É nessa direção que caminham as aspirações de continuidade para esta pesquisa. Uma abordagem do feminismo e do jornalismo pelo viés epistemológico que façam convergir teorias que contribuam para a prática jornalística na contemporaneidade. Já que as categorias são postulados definidores das ciências empíricas (LOPES, 2014), o primeiro esforço deve ser o de construção de categorias que colaborem para pensar o jornalismo e o feminismo em articulação.

REFERÊNCIAS

- BAHÍA, Juárez. **As técnicas do jornalismo**. Jornal: História e Técnica, Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- BANDEIRA, Ana Paula Bornhausen da Silva. Jornalismo Feminino e Jornalismo feminista: aproximações e distanciamentos. **Vozes & Diálogo**, Itajaí, v. 14, n. 02, p. 190-199- jul/dez 2015. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/8167>>. Acesso em: 24 nov 2017.
- BERGER, Christa. Jornalismo na Comunicação. In: HOHLFELDT, A; WEBER, M.A; BENTZ, I. **Tensões e objetos da pesquisa em comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2002.
- BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à Filosofia do Jornalismo**. 2 ed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Com-Arte, Clássicos do jornalismo brasileiro, 1992.
- BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cadernos Pagu**, v. 34, p. 269-299, 2010.
- _____. O público e o Privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BUITONI, Dulcília Helena Schroeder. **Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira**. Summus editorial, 2009.
- BRUSCHINI, Maria Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. **Estudos feministas**, p. 179-199, 1994.
- _____. **Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1985-1995**. São Paulo: FCC/DPE, 1998.
- CAMPOS, Rubens Aparecido. **A representação da mulher negra na Revista Claudia**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Paulista, São Paulo, 2014.
- CARDOSO, Elizabeth da P. **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- CASADEI, Eliza Bachega. A inserção das mulheres no jornalismo e a imprensa Alternativa: primeiras experiências do final do Século XIX. **Revista Alterjor**, v. 1, n. 3, 2012. Disponível em: <http://www.usp.br/alterjor/ojs/index.php/alterjor/article/viewArticle/aj3-d3> acesso: 02 dez 2016.
- COSTA, Claudia de Lima. O tráfico do gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11, p. 127-140, 1998.
- COSTA, Renata Carvalho da. **Pesquisadores Brasileiros em Periódicos científicos de Ciências da Comunicação**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da

Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

COSTA, Tatiane Cruz Leal. **A Mulher Poderosa:** construções da vida bem-sucedida feminina no jornalismo brasileiro. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

CULLER, Jonathan. Reading as a woman. In: CULLER, Jonathan. **On deconstruction:** Theory and Criticism after Structuralism. Cornell University Press, Ithaca, New York, 1982. p. 43-64).

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil:** Século XIX - Dicionário Ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e gênero:** a aventura da pesquisa/ Ana Carolina D. Escosteguy (Org.) - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; MESSA, Márcia Rejane. Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e gênero:** a aventura da pesquisa. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

FERNANDES, Danubia de Andrade. **Mulher, mulata e migrante:** modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Norma de Almeida Sandra. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & sociedade**, v. 23, p. 257.

FIGUEIRA, Mariza Tavares. **Revistas Femininas:** realidade e mito. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1984.

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: A contribution to the critique of actually existing democracy. *Social text*, n. 25/26, 1990.

G1. Feminismo é eleita a palavra do ano pelo dicionário americano. **G1**, Educação, 13.dez.2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/feminismo-e-eleita-a-palavra-do-ano-pelo-dicionario-americano.ghml>. Acesso em: 20.jan.2018

GALLAGHER, Margaret. **Who makes the news?** London: World Association for Christian Communication, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

_____. O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo. In: **Olhares sobre o jornalismo:** a contribuição de Adelmo Genro Filho. AMARAL, Márcia Franz (Org.). Santa Maria, FACOS-UFSM, 2007.

_____. **O segredo da pirâmide:** para uma teoria marxista do jornalismo. Série jornalismo a rigor. V. 6. Florianópolis: Insular, 2012.

GONÇALVES, Elias M; SANT'ANNA, J. Limitações metodológicas na pesquisa em Jornalismo Um estudo dos trabalhos apresentados no GT de Jornalismo da (COMPÓS, 2000-2005). X Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. **Anais...** Curitiba, 2012. Disponível em: <http://soac.unb.br/index.php/ENPJor/XENPJOR/paper/viewFile/2146/216>. Acesso em 30 out. 2017.

GUIMARÃES, Katia. Eleita "palavra do ano" de 2017, o feminismo está no ar. **Socialista Morena**, Feminismo, 14.dez.2017. Disponível em: <http://www.socialistamorena.com.br/eleita-palavra-do-ano-de-2017-o-feminismo-esta-no-ar/>. Acesso em: 20 jan.2018

HAMLIN, Cynthia Lins. Ontologia e Gênero: realismo crítico e o método das explicações contrastivas. **Rev. Bras. Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 71-81, 2008.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Estudos Feministas**, n. 07, p. 7-32, 1993.

IPEA. **Retratos das desigualdades de Gênero e Raça**. Brasília-DF, 2015.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991. Disponível em: <http://kucinski.com.br/pdf/livros_jornrevPrint.pdf>. acesso: 04 mar 2017.

LEAL, Luciana Nunes. 'Quando acordei, tinha 33 caras em cima de mim'. Estadão, Brasil, 26.mai.2016. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,vitima-de-estupro-divulgado-nas-redes-sociais-e-submetida-a-exames,10000053582>. Acesso: 25.jul.2017

LEAL, Tatiane. A mulher emocional: potências e riscos da feminilidade no discurso jornalístico. **Rumores**, n. 21, V 11, p. 191-208, 2017.

LEITE, Aline Tereza Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo:** um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, p. 271-284, 2003.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo; ROMANCINI, Richard. **Pós-Graduação**. In: CASTROS, Daniel; MELO, José Marques de (Org). **Panorama da comunicação e das telecomunicações no brasil 2011/2012:** flagrantes. V. 2. . P Brasília, 2012. Disponível: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_panoramadacomunicacao_volum02_2012.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo. **Diversidade & Interdisciplinaridade** - teses e dissertações: Ciências da Comunicação. ECA-USP, 1972-2002. São Paulo, Nupem, 2003

_____. **Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2014.

MACHADO, Elias. Dos estudos sobre o jornalismo às teorias do jornalismo: três pressupostos para a consolidação do jornalismo como campo de conhecimento. **e-compos (Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação)**, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewArticle/2>>, acesso em: 17 jan 2018.

MACHADO, Márcia Benetti. (2004). “**Pesquisa em Jornalismo no Brasil: dados e reflexões sobre três ambientes**”. II Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJor. **Anais...** Salvador, 2004.

MACHARIA, Sarah. **Who makes the news?** Asociación Mundial para la Comunicación Cristiana, 2015.

MAIA, Rousiley C. M. Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo. **LOGOS** 27: Mídia e democracia. Ano 14, 2º semestre 2007. Disponível em: <<http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/democraciadigital/maia2008.pdf>>. Acesso em: 01 dez 2017.

MALDONADO, Alberto E (2003). **Explorações sobre a Problemática Epistemológica no Campo das Ciências da Comunicação**. In: LOPES, Maria I. V. (org). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Editora Loyola, 2003 p. 205-225.

MARQUES DE MELO, José; et al. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo - Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação. Brasília, 2009.

MARTINS, Nereida Soares. A maldição das filhas de Eva: uma história de culpa e repressão ao feminino na cultura judaico-cristã. **ANPUHPB. XIII Anais. Universidade Federal da Paraíba**, 2008. Disponível em: <http://www.anpuhpb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2008%20-%20Nereida%20Soares%20Martins%20da%20Silva%20TC.PDF>. Acesso em: 27 nov 2017.

MARTINS, Vera. **Despertar mulher**: cartografia sobre comunicação e engajamento no jornal do Movimento de Mulheres Camponesas do RS. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; DE SOUZA LAGO, Mara Coelho. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação/Gender studies in Brazilian journalism research: a fragile relationship. Revista **FAMECOS**, v. 23, n. 2, p. 1, 2016.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do sul global?. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/06.pdf>>. Acesso em: 01 dez 2017.

MEDITSCH, Eduardo. **O conhecimento do jornalismo**. Florianópolis: UFSC, 1992.

_____. Jornalismo como forma de conhecimento. **Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 21, n. 1, 1998.

_____. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**: a função da universidade e os obstáculos para sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

_____.; SEGALA, M. Trends in three 2003/4 journalism academic meetings. **Brazilian Journalism Research**. Brasília, SBPJor, v. 1, n. 1, p. 47-60, jan-jun, 2005.

MELO, José Marques de. Valquírias Midiáticas: a saga de 7 amazonas, ícones da vanguarda brasileira no campo acadêmico da comunicação. São Paulo: Arte & Ciência, 2010.

MENDES, Sérgio Luiz. A imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **Contraponto**, v. 1, n. 1, p. 24-42, 2011.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do jornalista brasileiro** - características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Gênero e política no jornalismo brasileiro. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 36, p. 24- 39, ago. de 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. HUCITEC-ABRASCO, 1998.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX.

Estudos Feministas, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2003000100013/>>. Acesso em: 03 dez 2016

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos feministas**, p. 9-41, 2000.

OTRE, Maria Alice Campagnoli. **A pesquisa acadêmica sobre comunicação popular, alternativa e comunitária no Brasil**: análise de dissertações e teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em Comunicação entre 1972-2012. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2015.

PEREIRA, Manuel Luís Petrik; WAINBERG, Jacques A. A Estado da arte da pesquisa em Jornalismo no Brasil: 1983-1997. **Revista FAMECOS**, v. 1, n. 11, p. 27-37, dezembro de 1999.

PESQUISA desigualdade de gênero no Jornalismo. Coletivo das Mulheres Jornalistas do Sindicato dos Jornalistas do DF, 2016. Disponível em: http://www.sjpdf.org.br/images/Pesquisa_Desigualdade_de_G%C3%AAnero_no_Jornalismo_-_Resultados.pdf. Acesso: 25.jul.2017

PINHEIRO, Rose Mara. **A Educomunicação nos centros de pesquisa do país**: um mapeamento sobre a produção acadêmica com ênfase à contribuição da ECA/USP. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da USP), São Paulo, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002, p. 7-42.

PONTES, Felipe Simão. **Teoria e História do Jornalismo**: desafios epistemológicos. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo), Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

_____. Teoria e História do Jornalismo: confluências e divergências das teorias do jornalismo e da história. **Revista Interin**, v. 10, n. 2, 2010.

_____. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

_____. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **Compós**, Brasília, v. 20, n. 1, jan/abr 2017.

PONTES, Felipe; SILVA, Gislene. . Jornalismo e realidade: da necessidade social de notícia. **Galáxia** (PUCSP), v. 9, p. 44-55, 2009.

PROGRAMAS filiados. Lista de Programas associados na Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/programas.php>>. Acesso: 06 fev 2017

'QUANDO acordei tinha 33 caras em cima de mim', diz menina que foi estuprada no Rio. **HuffPost Brasil**. 26.mai.2016. Disponível em: http://www.huffpostbrasil.com/2016/05/26/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-f_a_21683895/. Acesso: 25.jul.2017

RAMALHO, Guilherme. “Quando acordei tinha 33 caras em cima de mim”, diz menina que sofreu estupro coletivo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 26.jun.2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/quando-acordei-tinha-33-caras-em-cima-de-mim-diz-menina-que-sofreu-estupro-coletivo-19380492>. Acesso: 25.jul.2017.

REDAÇÃO. "Feminismo" é eleita a palavra do ano por dicionário. **Marie Claire**, Notícias, 12.dez.2017. Disponível em: <http://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2017/12/feminismo-e-eleita-palavra-do-ano-por-dicionario.html>. Acesso em: 20.jan.2018.

RIEFFEL, Rémy. La profession de journaliste entre 1950 et 2000. **Hermès** n° 35, p. 49-60, 2003. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-hermes-la-revue-2003-1-page-49.htm> acesso: 03 dez 2016.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Revista Estudos Históricos**, v. 1, n. 31, p. 147-160, 2003.

ROCHA, Paula Melani. **As mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. Tese (Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

ROCHA, Paula Melani; WOITOWICZ, Karina Janz. Representações de gênero na mídia: um estudo sobre a imagem de homens e mulheres em jornais e revistas segmentadas. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10., 2013, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: FG, 2013. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1382121210_ARQUIVO_REPRESENTACOES_DE_GENERO_NA_MIDIA.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2017.

ROMANCINI, Richard. **O campo científico da Comunicação no Brasil**: institucionalização e capital científico. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker Editores, 2001.

SARMENTO, Rayza. **Das sufragistas às ativistas 2.0**: feminismo, mídia e política no Brasil (1921 a 2016). Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Mauad Editora Ltda, 1999.

SOUZA, Juliana Sturmer Soares; KNIJNIK, Jorge Dorfman. A mulher invisível: gênero e esporte em um dos maiores jornais diários do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 21, n. 1, p. 35-48, 2007.

SILVA, Gislene. De que campo do jornalismo estamos falando?. **Matrizes** (USP. Impresso), v. 1, p. 197-212, 2009. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/download/38248/41038>>. Acesso em 30 out. 2017.

_____. Sobre a Imaterialidade do Objeto do Estudo do Jornalismo. **E-Compós**. Brasília, v. 12, n. 2, 1-14, mai-ago, 2009b. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/seer/index.php/e-compos/article/viewFile/372/357>>. Acesso em 10 dez. 2017.

_____. O fenômeno noticioso: objeto singular, natureza plural. **Estudos em Jornalismo e Mídia** (UFSC), v. 2, p. 9, 2009c.

_____. Problemática metodológica em jornalismo impresso. **Rumores** (USP), v. 1, p. 1, 2008. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51126>>. Acesso em 30 out. 2017.

_____. **Do Detalhe ao Talhe**: Dissertações/Teses em Comunicação Rural uma revisão 1978 - 1988. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social).

Universidade Metodista de São Paulo, 1989.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe S. Percursos metodológicos e teóricos da pesquisa em história do jornalismo nas teses dos programas de comunicação do Brasil. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 1, jun 2010. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/issue/view/16/showToc>>. Acesso em 27 out. 2017.

SILVA, Gislene; PONTES, Felipe Simão. Teorias da notícia: impasses para a teoria do jornalismo. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 11, n. 3, p. 176-184, 2009.

STRELOW, Aline. **O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil - 2000-2010**. Intexto, Porto Alegre, UFRGS, v.02, n.25, p. 67-90, dez. 2011. Disponível em: <www.seer.ufrgs.br/intexto/article/download/22405/14482>. Acesso em 25 out. 2017.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. Ed. Brasiliense, 1999.

THIÉBLEMONT-DOLLET, Sylvie. Témoignages de femmes immigrantes et construction d'un problème public. **Questions de communication**, n. 2, p. 107-126, 2003.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

_____. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Série jornalismo a rigor. V. 8. Florianópolis: Insular, 2014.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Gênero, Poder e Resistência**: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

VIEIRA, André Richard Durante. **Os desenhos animados na área da comunicação**: conteúdos e abordagens interdisciplinares presentes nas teses e dissertações defendidas entre 1987 e 2010. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Comunicação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

WEAVER, D.H.; WILLNAT, L. **Journalists in the 21st century**: conclusions. In: WEAVER, D.H.; WILLNAT, L. *The Global Journalist in the 21st Century: News People Around the World*. NY: Routledge, p. 529-554, 2012.

WOITOWICZ, Karina Janz. **Dizeres e fazeres feministas**: a tematização dos direitos reprodutivos no movimento feminista brasileiro a partir da produção midiática alternativa. Tese (Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

_____. Imprensa feminista pós anos 1990: ativismo midiático e novas formas de resistência. **Revista Ação Midiática**, v.2, n. 1, s/p, 2012.

YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.271-292, jul./dez. 2011.

_____. **Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações**. Abaré, Brasília, 2013.

ZIRBEL, Ilze. **Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil: um debate**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Teses e dissertações analisadas:

CRIADO, Alex. **Repórteres Pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da história oral**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DIAS, Iara de Jesus. **Mulheres Jornalistas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERNANDES, Danúbia de Andrade. **Mulher, Mulata e Migrante: modalidades representativas de uma tripla alteridade em jornais da Europa**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LÔBO, Carolina Cerqueira. **Lugar de mulher: uma cartografia da construção discursiva da liberdade nas revistas femininas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

MATOS, Carolina. **Mulheres Jornalistas no Telejornalismo: a cidadania das que constroem cidadania**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MIZUMURA, Cristina Miyuki Sato. **Mulheres no jornalismo nipo-brasileiro: discursos, identidade e trajetória de vida de jornalistas**. Tese (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PORTELA, Maíra dos Santos. **Marcas de Gênero e performance: a construção do lugar para a mulher apresentadora no telejornalismo**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

VEIGA, Marica. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontro com a alteridade.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. **Gênero, poder e resistência: as mulheres nas indústrias culturais em 11 países.** Tese (Programa de Pós-Graduação em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

APÊNDICE A - Programas de Pós-Graduação com teses e dissertações publicadas entre 1972 e 2015

UNIVERSIDADE	PROGRAMA
1. Universidade Católica de Brasília (UCB)	Comunicação
2. Universidade Federal de Goiás (UFG)	Comunicação
3. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	Comunicação
4. Universidade de Brasília (UNB)	Comunicação
5. Universidade Federal da Bahia (UFBA)	Comunicação e Cultura Contemporânea
6. Universidade Federal do Ceará (UFC)	Comunicação
7. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Comunicação e Culturas Midiáticas
8. Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	Mestrado Profissional em Jornalismo
9. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	Comunicação
10. Universidade Federal do Piauí (UFPI)	Comunicação
11. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	Estudos da Mídia
12. Universidade Federal de Sergipe (UFS)	Comunicação
13. Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Ciências da Comunicação
14. Universidade Federal do Pará (UFPA)	Comunicação, Cultura e Amazônia
15. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	Comunicação Social
16. Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Comunicação
17. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Jornalismo
18. Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Comunicação
19. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Comunicação e Informação
20. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Jornalismo

21. Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	Comunicação
22. Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	Comunicação e Linguagens
23. Universidade do Vale do Rio Sinos (UNISINOS)	Ciências da Comunicação
24. Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)	Comunicação e práticas de consumo
25. Faculdade Cásper Líbero (FCL)	Comunicação
26. Faculdade Cásper Líbero (FCL)	Comunicação e Mercado
27. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)	Comunicação Social: Interações Midiáticas
28. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)	Comunicação Social
29. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	Comunicação e Semiótica
30. Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	Comunicação
31. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)	Comunicação
32. Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	Comunicação e Territorialidades
33. Universidade Federal Fluminense (UFF)	Comunicação
34. Universidade Federal Fluminense (UFF)	Mídia e Cotidiano
35. Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)	Comunicação e Sociedade
36. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	Comunicação Social
37. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	Comunicação
38. Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	Imagem e Som
39. Universidade Metodista de São Paulo (UMESP)	Comunicação Social
40. Universidade Estadual Paulista Júlio de	Comunicação

Mesquita Filho (UNESP)	
41. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)	Multimeios
42. Universidade de Marília (UNIMAR)	Comunicação
43. Universidade Paulista (UNIP)	Comunicação
44. Universidade de Sorocaba e Cultura (UNISO)	Comunicação
45. Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM)	Comunicação e Artes
46. Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS)	Comunicação
47. Universidade de São Paulo (USP)	Ciências da Comunicação
48. Universidade de São Paulo (USP)	Meios e Processos audiovisuais